



UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA - UFRR  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PPG-GEO

SHIGEAKI UEKI ALVES DA PAIXÃO

**DINÂMICA FRONTEIRIÇA ENTRE GUIANA E BRASIL: UM ESTUDO SOBRE O  
COMÉRCIO-FORMIGA**

Boa Vista - RR  
2014

SHIGEAKI UEKI ALVES DA PAIXÃO

**DINÂMICA FRONTEIRIÇA ENTRE GUIANA E BRASIL: UM ESTUDO SOBRE O  
COMÉRCIO-FORMIGA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Roraima, como parte dos pré-requisitos para a obtenção de título de Mestre em Geografia. Linha de pesquisa: “Produção do Território na Amazônia”.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Gersa Maria Neves Mourão

Co-Orientador: Prof. Dr. Elói Martins Senhoras

Dados Internacionais de Catalogação na publicação (CIP)

Biblioteca Central da Universidade Federal de Roraima

P149d Paixão, Shigeaki Ueki Alves da.

Dinâmica fronteiriça entre Guiana e Brasil : um estudo sobre o comércio-formiga/ Shigeaki Ueki Alves da Paixão – Boa Vista, 2014.

163 f. : il.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dra. Gersa Maria Neves Mourão.

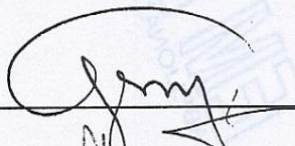
Co-Orientador: Prof<sup>º</sup>. Dr. Elói Martins Senhoras.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Roraima, Programa de Pós-Graduação em Geografia.

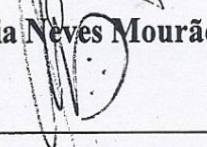
SHIGEAKI UEKI ALVES DA PAIXAO

DINÂMICA FRONTEIRIÇA ENTRE GUIANA E BRASIL: UM ESTUDO SOBRE O  
COMÉRCIO FORMIGA

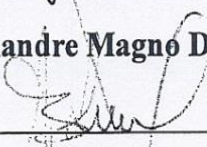
Dissertação apresentada como pré-requisito para conclusão do Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Roraima. Área de concentração: Produção Territorial da Amazônia. Defendida em 25 de março de 2014 e avaliada pela seguinte banca:



Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Gersa Maria Neves Mourão – Orientadora (UFRR)



Prof. Dr. Alexandre Magno Diniz (PUC-MG)



Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Altiya Barbosa da Silva (UFRR)



Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Maria das Graças Santos Dias Magalhães (UFRR)

A Deus Pai, para honra e glória do Teu nome. Onipotente e verdadeiro amor e por ele me foi concedida a minha família amada.

À minha amada mãe, Elizane de Maria Alves da Paixão, pelo continuado incentivo e rica orientação na retidão a partir de procedimentos práticos que conduzem a minha formação pautada no respeito mútuo e compromisso humanístico e fé em Deus. Ao meu amado pai, Helio Ferreira da Paixão, pela hombridade e pelo ser humanista. Aos meus irmãos amados, Shigiane Nancy Alves da Paixão, minha linda e brilhante cirurgiã dentista, e Shigi Allison Helio Alves da Paixão, jurista atuante e comprometido com a responsabilidade socioambiental.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, Senhor Nosso, por toda a dádiva da vida concedida benevolmente e sem a qual não teríamos força para conduzir em plenitude os contínuos processos em experiências, que edificam nosso viver.

Aos meus amados pais, Elizane de Maria A. Paixão e Helio F. Paixão, pelos ensinamentos e paciência nas orientações de todas as etapas de vida e, principalmente, pela compreensão e base consolidada no amor, amigos inigualáveis, cuja paciência transborda.

Aos meus amados Irmãos, Shigiane Nancy Alves da Paixão e Shigiallison Helio Alves da Paixão, por serem serenos e amigos constantes de uma vida inteira, com os quais temos vivenciados experiências conjunta, sendo momentos de amadurecimento e parceria plena.

Aos entes amados, sobrinhos Gustavo e Joab Emiliano, familiares pela nobreza do convívio aprazível e a ternura alicerçada na paz e fraternidade, por sermos unidos e buscarmos sempre a compreensão e dedicação constantes.

À minha orientadora, Profa. Gersa Mourão, e meu co-orientador, Prof. Elói Senhoras, pelo incentivo, sendo profundamente compreensivos e pacientes.

Às amigas, Valdira de Azevedo Farias e Ana Sibelônia Saldanha Veras, pela tríade de empenho conjunto e amor fraterno. Ao amigo dr. Roberto Ramos pela atuação brilhante e empreendedorismo comungado. Aos amigos Sebastião M. Oliveira e Cinthia Cruz pela humanidade. Aos amigos Shéridan de Anchieta, pela determinação, e governador de Roraima, José de Anchieta, pela bravura. Aos amigos, Romero Jucá, Sergio Pillón, Dra. Graciete Sotto, Dra. Lenir Rodrigues, Dra. Thiane Almeida, Shirley Rodrigues, Leila King, Rodrigo Jucá, Chico Rodrigues e Fernanda Rizzo pelo altruísmo, Dra. Silvia Távora. Às amigas Josefa Matos, Laura Fassanaro, Aurilene Freitas e Claudia Oliveira pela compreensão.

Ao povo de minha terra natal, Maranhão, e ao povo cálido do amado Roraima, pelos incentivos inúmeros recebidos de todos os compatriotas do Brasil. Aos amigos Haroldo E. Amóras dos Santos e Ilka Malla cativantes e aprazíveis. Aos amigos Onésimo Cruz, José Franco, Rosa Silva pela compreensão em distintos momentos e aos amigos e amigas, indistintamente, às equipes: SEFAZ, Receita Federal e Polícia Federal.

Agradecimentos póstumos aos amigos Brigadeiro Ottomar de S. Pinto, Hemylia F. L. de Sena e Lucas A. Lacerda, pois os terei vivos em meu coração.

Muito obrigado!

“O mundo é um lugar perigoso de se viver, não por causa daqueles que fazem o mal, mas sim por causa daqueles que observam e deixam o mal acontecer”.

Albert Einstein

## RESUMO

A presente pesquisa versa sobre a dinâmica fronteira entre Brasil e Guiana, considerando as implicações do comércio-formiga entre as cidades-gêmeas de Bonfim, do lado brasileiro, e Lethem, do lado guianense. Trata-se de questões conceituais de fronteira, território, relações comerciais, de segurança e vigilância na faixa de fronteira. Busca, também, fazer uma análise histórica da geopolítica brasileira com a preocupação de entender o atual contexto das fronteiras brasileiras e de como melhor aproveitar a posição geográfica estratégica do Estado de Roraima, que tem seus limites territoriais com dois países, os quais, bem explorados, podem contribuir para o desenvolvimento econômico do Estado. É um tema complexo e intrigante para qualquer pesquisador, além de envolver questões de segurança, ocupação e proteção do território brasileiro. Consiste numa dimensão grande de discussão amplamente pesquisada por vários autores que buscaram discutir as políticas de governo com relação às fronteiras, por isso é um tema que está longe de se esgotar. Esta pesquisa é apenas um ponto de discussão e entendimento do chamado comércio-formiga que, bem organizado e devidamente fiscalizado, poderá impulsionar a frágil economia desse Estado.

**Palavras-Chave:** Comércio-formiga; Fronteira; Lethem; Bonfim.



## **ABSTRACT**

This research deals with the dynamic border between Brazil and Guyana, considering the implications of the ant trade between the twin cities of Bonfim, the Brazilian side, and Lethem, Guyana's side. These are conceptual questions of border territory, trade, security and surveillance along the border. Also seeks to make a historical analysis of the Brazilian geopolitical concern to understand the current context of Brazil's borders and how to best take advantage of the strategic location of the state of Roraima, which has its boundaries with two countries, which, well explored, can contribute to the economic development of the State. It is a complex and intriguing topic for any researcher and involves issues of safety, protection and occupation of Brazilian territory. Consists of a large mailing widely studied by several authors who sought to discuss government policies regarding the borders, so it is a topic that is far from exhausted. This research is just a point of discussion and understanding of the trade-named ant, well organized and properly supervised, can boost the fragile economy of this State.

Keywords: Trade-ant; Border; Lethem; Bonfim.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1:	Tipologia básica das sub-regiões da Faixa de Fronteira.....	30
Figura 2:	Mapa dos Arcos de Fronteira.....	31
Figura 3:	Mapa da geopolítica após a criação dos territórios federais.....	39
Figura 4:	Faixa e zona de Fronteira.....	48
Figura 5:	Composição das fases de construção da ponte sobre a ponte e as margens do Rio Tacutu.....	52
Figura 6:	Panorâmica da ponte sobre o rio Tacutu, conversão para a mão-inglesa no projeto de engenharia.....	53
Figura 7:	Mapa da Guiana.....	54
Figura 8:	Mapa de localização do Município do Bonfim – RR.....	55
Figura 9:	Inauguração e panorâmica da ponte sobre o rio Tacutu.....	57
Figura 10:	Mapa dos Municípios do Estado de Roraima.....	70
Figura 11:	Fluxograma de funcionamento do ENAFRON.....	74
Figura 12:	Municípios brasileiros nas áreas de fronteira.....	76
Figura 13:	Mapa das zonas de fronteiras das cidades-gêmeas.....	81
Figura 14:	Mapa específico das cidades-gêmeas.....	86
Figura 15:	Mapa do perímetro limítrofe do município de Bonfim.....	90
Figura 16:	Mapa do potencial agrícola do município de Bonfim-RR.....	95
Figura 17:	Mosaico de fotos do complexo de lojas comerciais e posto de gasolina em Lethem.....	99
Figura 18:	Mosaico de fotos das edificações arquitetônicas residenciais e comerciais em Lethem.....	100
Figura 19:	Mapa do Estado de Roraima - Brasil e as regiões de fronteiras internacionais.....	103
Figura 20:	Demonstrativos e balanços de mercadorias exportadas.....	113
Figura 21:	Localização de Lethem em relação ao Oceano Atlântico.....	115
Figura 22:	Fluxo de veículos entre os dois países Guiana – Brasil na área do comércio-formiga.....	117
Figura 23:	Quadro do número de gestão de pessoas exercendo funções no Posto Fiscal.....	119
Figura 24:	Demonstrativo do fluxo do comércio-formiga.....	122
Figura 25:	Mercadorias apreendidas.....	125
Figura 26:	Demonstrativos das divisas que saem do Brasil com destino a outros mercados.....	130
Figura 27:	Demonstrativo estatístico do volume de DPV.....	135
Figura 28:	Comportamento PIB, Economia Subterrânea e Empregos Formais.....	139
Figura 29	Variável economia subterrânea crescimento real.....	142

## LISTA DE TABELA

Tabela 1:	Tipologias de Fronteira segundo Ratzel.....	24
Tabela 2:	Demonstrativo da Heurística Gottmaniana.....	26
Tabela 3:	Destinação de terras em Roraima.....	88
Tabela 4:	Movimentação mensal de veículos na fronteira Bonfim/ Lethem.....	116
Tabela 5:	Tipos de veículos na fronteira Bonfim/Lethem.....	116
Tabela 6:	Comportamento PIB, Economia Subterrânea e Empregos Formais.....	137
Tabela 7:	Evolução do Produto Interno Bruto.....	140
Tabela 8:	Comportamento da Economia Subterrânea (ES).....	141
Tabela 9:	Comportamento dos Empregos Formais e População.....	143
Tabela 10:	Correlação entre PIB e Economia Subterrânea.....	144

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACE	Alcance Parcial de Complementação Econômica.
ALCB	Área de Livre Comércio de Bonfim.
ALC's	Áreas de Livre Comércio.
AMAN	Academia Militar das Agulhas Negras.
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária.
2º BEF	2º Batalhão Especial de Fronteira.
CGPTERR	Centro de Geotecnologia, Cartografia e Planejamento Territorial de Roraima.
CONCLA	Comissão Nacional de Classificação.
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social.
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social.
ECEME	Escola do Comando e Estado Maior do Comando e Estado Maior do Exército.
ENAFRON	Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras.
EsAO	Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais.
ESG	Escola Superior de Guerra.
FEMACT	Fundação Estadual do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia.
FENAPEF	Federação Nacional dos Policiais Federais.
FIER	Federação das Indústrias do Estado de Roraima.
FUNAI	Fundação Nacional do Índio.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano.
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal.
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul.
MIDC	Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.
MIN	Ministério da Integração Nacional.
NAFTA	Tratado Norte Americano de Livre Comércio.
OIE	Oferta Interna de Energia.
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte.

RFB	Receita Federal do Brasil.
PCN	Projeto Calha Norte.
PDFF	Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira.
PDIF	Plano de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira.
PFB	Polícia Federal do Brasil.
PIN	Programa de Integração Nacional.
PND	Programa Nacional de Desenvolvimento.
PNUD	Programa das Nações Unidas e Desenvolvimento.
POLAMAZÔNIA	Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia.
PROMESO	Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais.
PPA	Plano Plurianual.
SEFAZ/RR	Secretaria da Fazenda de Roraima.
SENASP	Secretaria Nacional de Segurança Pública.
SEPLAN/RR	Secretaria Estadual de Planejamento do Estado de Roraima.
SIPAM	Sistema de Proteção da Amazônia.
SIVAM	Sistema de Vigilância da Amazônia.
SUFRAMA	Superintendência da Zona Franca de Manaus.
TEP	Tonelada Equivalentes de Petróleo.
UFAM	Universidade Federal do Amazonas.
UFPA	Universidade Federal do Pará.
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco.
UNASUL	União de Nações Sul-Americanas
ZEE	Zoneamento Ecológico Econômico.
ZFM	Zona Franca de Manaus.
ZLC	Zona de Livre Comércio.
ZPE	Zona de Processamento de Exportação.

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 MARCO TEÓRICO SOBRE FRONTEIRA	19
2.1 Concepções Tradicionais sobre a Geografia de Fronteiras	21
2.2 Concepções da Geografia Brasileira sobre Fronteiras	36
2.3 Conceitos operacionais sobre fronteira	45
3 POLÍTICAS FRONTEIRIÇAS DO ESTADO BRASILEIRO	59
3.1 Políticas de Planejamento sobre Fronteira	60
3.2 Políticas Diretas para Fronteiras	67
3.3 As Cidades-gêmeas e sua Importância	79
4 DINÂMICA FRONTEIRIÇA ENTRE GUIANA E BRASIL	87
4.1 Bonfim no Contexto de Roraima: histórico, urbanização e potencial econômico	91
4.2 As Características Econômicas e Sociais da Cidade de Lethem	98
4.3 As políticas públicas para o desenvolvimento fronteiriço	102
5 O COMÉRCIO-FORMIGA	106
5.1 O Comércio-Formiga em Área de Fronteira: o fluxo ilegal e a economia informal	114
5.2 O Fluxo Ilegal, o descaminho e demais Crimes na Fronteira	126
5.3 Comércio-formiga Legal e aparentemente Legal	131
5.4 Comércio-formiga e a relação da Economia Subterrânea	136
5.5 Os demais Crimes na Fronteira	144
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	149
REFERÊNCIAS	153

## 1 INTRODUÇÃO

A dinâmica no comércio-formiga presente na área de fronteira das cidades de Bonfim, Boa Vista e Lethem é de grande relevância para compreensão das relações de cooperação do Brasil com seus vizinhos, bem como do estágio de desenvolvimento já alcançado pelo país nesse setor.

Compreender a dinâmica do comércio-formiga na área de fronteira entre Guiana e Brasil e os processos geo-históricos que permeiam a rede de fixos e fluxos entre os países pertencentes à tríplice fronteira é urgente para a solução de diversas questões que afetam o cotidiano das atividades na fronteira.

Este estudo é relevante, inclusive, para compreender o fenômeno de vazamento de renda de brasileiros (roraimenses) rumo à cidade de Lethem (Guiana), que continua sendo dinamizado mesmo após a instalação das áreas de livre comércio de Bonfim e Boa Vista. O contexto aponta para uma região, cujo crescimento era para se tornar indutor de avanços capazes de proporcionar grande intercâmbio comercial na área de fronteira, provenientes inclusive da Área de Livre Comércio de Bonfim - ALCB, o que não vem sendo observado nos últimos anos. Porém, incipiente aplicação dos investimentos públicos provenientes de incentivos, para implemento da região de fronteira, não tem resultado em melhorias na qualidade de vida, bem como na implantação de um modelo econômico eficaz para o importante enclave decorrente das semelhanças regionais.

Como hipótese, destacamos que o circuito de movimentação comercial na área de fronteira é dinamizado por roraimenses rumo a Lethem, haja vista o país vizinho caracterizar-se por menores custos em seus produtos, em função de uma multiplicidade de regimes favoráveis no mercado de trabalho que é desregulamentado.

E, ainda, existir um sistema de fixo (Boa Vista - Bonfim - Lethem) e fluxos (humanos e econômicos), os quais geram uma mobilidade e vão moldando essas dinâmicas territoriais no câmbio que é desvalorizado e no âmbito aduaneiro tributário, por se tratar de uma cidade identificada como porto livre, ou propriamente área de livre comércio na nomenclatura brasileira.

No sistema de fixos e fluxos, o comércio-formiga destaca-se como principal fator de impacto na dinâmica fronteira. Mas se questiona qual o impacto desse tipo de comércio na movimentação da fronteira Brasil-Guiana. Para responder essa questão, na pesquisa, estabelecer-se-ão algumas variáveis: os fluxos humanos; a movimentação de produtos, que vão determinar a dinâmica da fronteira para entender o funcionamento do comércio-formiga; os fluxos ilegais e a contribuição para a economia do Estado de Roraima. Além disso, é preciso considerar que existe sistema de fixos e fluxos e neste, o comércio-formiga se destaca como principal fator de impacto na dinâmica fronteira, pois, no contexto, há um campo de poder, em que os atores difusores dos fluxos comerciais (Empresas e Famílias) são mais fortes que as Instituições Contedoras (Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) -- Polícia Federal do Brasil (PF) - Receita Federal do Brasil).

Nesse sentido, o objetivo geral da presente dissertação é desenvolver um estudo sobre as fronteiras, tomando como referência uma análise das teorias sobre o tema *fronteira*, sobre os planos fronteiros do Governo Brasileiro existentes desde a década de 1930 aos dias atuais, bem como uma análise e pesquisa documental focalizada na dinâmica fronteira entre Guiana e Brasil, cidades-gêmeas e comércio-formiga, no período de 1991 a 2013.

A estrutura prioriza sistematizar uma discussão sobre as teorias geográficas de fronteira, centralizando-se tanto em estudos clássicos, quanto em autores brasileiros, de maneira a mostrar interpretações existentes de fronteira aberta (porosidade) e fechada (limites).

Além disso, estabelece uma revisão na literatura e em documentos oficiais, como os planos do governo brasileiro, relacionados às *fronteiras* com países sul-americanos, no período compreendido entre as décadas de 1930 à atual, a fim de mostrar a influência de uma série de geopolitistas e geógrafos no planejamento territorial brasileiro.

Dessa forma, analisar a dinâmica fronteira existente entre Guiana e Brasil, desde 1991, com o objetivo de explicar o fenômeno reticular do comércio-formiga, que é dinamizado pela mobilidade internacional de brasileiros dos municípios de Bonfim e Boa Vista rumo a Lethem.



Identificar a rede de comércio-formiga a partir do recorte teórico de fixos e fluxos, a fim de demonstrar uma dinâmica fronteiriça que não se resume apenas às cidades-gêmeas, Lethem e Bonfim, mas também inclui a capital de Roraima, Boa Vista, impulsionadora desse fenômeno em razão da escala populacional e da proximidade em relação às referidas cidades. Além disso, refletir sobre alternativas para o desenvolvimento sustentável na fronteira.

Já se pode afirmar que a dinâmica no comércio-formiga presente na área de fronteira nos circuitos existentes nas cidades objeto desse estudo é de grande relevância para percepção dos fluxos existentes.

A investigação justifica-se por, também, buscar contribuir para o grupo de pesquisa da professora Dr<sup>a</sup>. Gersa Maria das Neves Mourão, bem como para a produção científica da UFRR, cujos estudos e pesquisas são voltadas para a Amazônia, mas também relativos à produção do território, com ênfase em estudos geoestratégicos, relações internacionais, políticas públicas com destaque ao planejamento urbano e rural, bem como para a política agrária e fundiária.

Alinha-se, ainda, aos estudos do professor Dr. Elói Martins Senhoras por meio do grupo da linha de pesquisa Economia Política Internacional do Núcleo Amazônico de Pesquisas em Relações Internacionais (NAPRI), uma unidade de apoio à comunidade científica vinculada à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal de Roraima (UFRR). O NAPRI busca apoiar, planejar, organizar, elaborar e executar programas e projetos relativos à pesquisa e pós-graduação no campo de estudo próprio das relações internacionais na Amazônia.

A crescente discussão da temática amplia o entendimento da sociedade sobre esse processo produtivo da dinâmica territorial vividos nos últimos anos, pois o comércio-formiga tem, em suas principais variáveis, influências como vetores, atores de difusão maiores que os atores da força de contenção. E, portanto, precisam ser melhor compreendidos diante da escassez de estudos na área.

A presente dissertação foi desenvolvida com base em um método dedutivo, partindo-se da teoria até se chegar a questões empíricas relacionadas à dinâmica fronteiriça entre Guiana-Brasil. Os procedimentos metodológicos estão relacionados à obtenção de dados primários e secundários. A pesquisa foi realizada através de fontes de dados e de documentos oficiais em bases quantitativas e qualitativas dos

seguintes órgãos: Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), Receita Federal do Brasil, Polícia Federal e Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MIDC).

Nesse contexto, a área de fronteira Brasil-Guiana e suas respectivas cidades-gêmeas, Lethem e Bonfim, dialogam entre o global e o local e só podem ser entendidas a partir do pressuposto de que o capitalismo, hoje, produz especialização, fragmentação, interdependência e internacionalização em níveis sem precedentes (FERNANDES, 2001). A mudança nos padrões de desenvolvimento vem impondo às cidades uma reorganização de sua articulação espacial, de ordem física e social; a sua relevância.

O estudo caracteriza-se como uma pesquisa exploratória, por buscar uma visão geral sobre o que move as pessoas à região da área de fronteira Brasil-Guiana e o que pode fortalecer o tempo de permanência delas a partir de empreendimentos turísticos em área de fronteira.

Também caracteriza-se na modalidade documental e bibliográfica, buscando explicar e aprofundar a questão do comércio-formiga nas áreas de fronteira, especificamente na fronteira entre Bonfim e Lethem, tendo em vista a compreensão das implicações desse tipo de comércio para a economia do Estado de Roraima.

Para a levantar os documentos que embasaram o estudo, foram realizadas viagens de campo, a fim de identificar diretamente a dinâmica do fenômeno do comércio-formiga na área das duas cidades.

Outro recurso utilizado, durante o processo de pesquisa, foram as visitas aos órgãos públicos e empreendimentos privados. Entre os primeiros, destacam-se os representantes da Receita Federal, Polícia Federal da aduana, Prefeitura Municipal de Bonfim, que disponibilizaram os documentos pertinentes ao planejamento plurianual da cidade, além de organismos públicos de Lethem, que compartilharam dados por meio de exposições orais, sem, contudo, fornecer material oficial escrito. Com o mesmo objetivo, foi feito levantamento junto à representação máxima da República Cooperativista da Guiana – Consulado Geral da Guiana em Boa Vista.

Entre os empreendimentos privados, destacam-se as conversas informais com comerciantes e funcionários de hotéis, restaurantes, cooperativas de transportes e táxis.

Os dados e informações levantados por meio da pesquisa estão organizados neste trabalho em cinco sessões, sendo a primeira sobre os aspectos introdutórios do presente trabalho. A segunda sessão trata das teorias sobre fronteiras, conceitos e concepções, com destaque para as fronteiras brasileiras. Tenta-se demonstrar as questões pertinentes a esse tema com a fundamentação de vários teóricos que abordam com profundidade as faixas de fronteiras e os desafios que se apresentam para a segurança e, também, ao desenvolvimento social e econômico das cidades que ficam nas nossas fronteiras.

A terceira sessão aborda os planos de estruturação de faixas de fronteiras brasileiras, em geral, e em particular sobre os acordos Brasil/Guiana. Aborda, ainda, as relações fronteiriças e a integração econômica, os arcos de fronteiras com suas sub-regiões dentro do Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF), Projeto Calha Norte e Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON).

A quarta sessão destaca as cidades-gêmeas, a caracterização e as áreas de fronteira, mas também a importância estratégica dessas cidades para economia dos Estados envolvidos. Ao tratar especificamente de Bonfim e Lethem, mostra-se o que elas representam para a economia de seus Estados e países respectivamente.

Por fim, na quinta sessão, discorre-se sobre o comércio- formiga entre essas cidades, o fluxo ilegal que ocorre na faixa de fronteira, e conclui com um breve comentário sobre o potencial turístico como alternativa de desenvolvimento para Bonfim, para aproveitar o fluxo fronteiriço. Por fim, apresenta-se o fluxo ilegal de mercadorias, o contrabando, a pirataria e o comércio informal.

## 2 MARCO TEÓRICO SOBRE FRONTEIRA

Etimologicamente o termo fronteira está associado a um fenômeno espontâneo da vida social que designa a margem do mundo habitado. Mas, com o passar do tempo e a sistematização de estudos no âmbito da Geografia, do Direito, da Economia e da Política, houve uma grande mudança cognitiva que se relaciona com limite ou com o contato do ponto de vista dos Estados Nacionais.

Alguns conceitos são apresentados no campo da Geografia, tais como fronteira é todo e qualquer limite entre duas ou mais nações. Em outros termos, sua essência analítica está voltada para a compreensão geopolítica de zonas de possíveis conflitos de poder, que podem se materializar em estratégias de ocupação, investigação, monitoramento e controle de atividades, numa espécie de processo de imposição de *respeito* aos países vizinhos, conhecido como *soberania nacional*.

Quando se trabalha conceitualmente com o termo *limites*, quer-se fazer menção a todos e quaisquer traços físicos e/ou imaginários que dividem duas ou mais áreas, mais usual quando se refere a espaços e suas divisas dentro de um mesmo país, de uma mesma nação.

Porém, essas concepções clássicas têm apresentado novas caracterizações, em função dos avanços conceito-pragmáticos alcançados a partir de meados e fins do século XX. O conceito econômico de *fronteira* passou a ser mais bem discutido e empregado na Geografia a partir da indicação do termo *Zona Pioneira*.

Foi Waibel (1979) o responsável pela concepção dessa terminologia bastante prática. O mencionado autor afirma que os europeus concebiam o termo *fronteira* como

[...] um puro limite entre nações, como foi mencionado anteriormente neste trabalho. Entretanto, em outros países, como nos Estados Unidos, tal denominação passou a ter uma conotação econômica, configurando os limites das áreas de povoamento. Assim, enquanto a fronteira como limite político representa uma linha nitidamente demarcada, a fronteira no sentido econômico é uma zona, mais ou menos larga, que se intercala entre a mata virgem e a região *civilizada*. A esta zona damos o nome de zona pioneira (WAIBEL, 1979, p. 281).

As fronteiras brasileiras estendem-se por 22.086km lineares: a seção marítima é correspondente a 7.367km e a terrestre, a 15.719km. Apenas dois países

do continente sul-americano não fazem fronteira com o Brasil: Chile e Equador (ARAÚJO et al., 2009).

O contato da área de fronteira da Amazônia está inserida na perspectiva do ajuste compreendido como o Arco Norte, que corresponde ao maior perímetro brasileiro mantido em relação à rede de manutenção diplomática territorial. Entende-se por Fernandes Neto que

O Arco Norte corresponde à faixa de Fronteira dos estados de Roraima, Amazonas, Acre, Rondônia, Amapá, Pará e Mato Grosso com países vizinhos, ou seja, o arco que envolve a Bacia Amazônica brasileira e um trecho da Bacia do Paraná-Paraguai (Mato Grosso). Este extenso polígono, 2de quase oito mil quilômetros, parcamente povoado, apresenta limites com sete países da América do Sul (Guiana Francesa, Suriname, República da Guiana, Venezuela, Colômbia, Peru, e uma parte da Bolívia), enquanto o Arco Sul com apenas quatro (FERNANDES NETO, 2005, p. 77).

Nessa concepção, temos uma estruturada rede comunicativa que interage na Amazônia para um modelo de cooperação conjunta capaz de estabelecer interdependência, mas prioritariamente contemplar os interesses de forma comum entre os seus integrantes.

Para uma melhor compreensão do termo Fronteira, é importante defini-lo claramente, diferenciando do termo limite, comumente usado como linha demarcatória de determinado extremo, quando há separação entre terrenos contíguos, ou onde se circunscreve uma delimitação territorial.

Segundo Machado (1998), limite é uma palavra originalmente criada para indicar o fim da ligação interna de uma unidade político-territorial. Para a mesma autora, essa compreensão política foi reforçada pelo conceito contemporâneo de Estado, no qual a soberania é garantida pelo governo central que exerce controle sobre o território através de diversos mecanismos, seja pela força física, seja pela formulação de normas institucionais internas ou da estruturação de sistemas de comunicação próprias, como no caso da língua, da educação e outros.

Portanto, limite refere-se ao controle exercido através de acordos diplomáticos, responsáveis pela delimitação e jurisdição do Estado-Nação, ou seja, representa uma abstração instituída politicamente e reconhecida legalmente pela escala nacional e, ao mesmo tempo, subordinado ao controle da legislação internacional, para fixar as normas, os regulamentos e obstáculos que visam

proteger o território nacional, restringindo o livre transporte entre as diferentes escalas adjacentes à região de fronteiras. As fronteiras representam a busca da legitimidade do direito de livre locomoção, seja por qual motivação for, e por distintos interesses, como compreendido abaixo:

A fronteira está orientada para fora (forças centrífugas), enquanto os limites estão orientados para dentro (forças centrípetas). Enquanto a fronteira é considerada uma fonte de perigo ou ameaça porque pode desenvolver interesses distintos ao governo central, o *limite* jurídico do Estado é criado e mantido pelo governo central, não tendo vida própria e nem mesmo existência material, é um polígono. [...] Visto desta forma, o *limite*, não está ligado à presença de gente, sendo uma abstração, generalizada na lei nacional, sujeita às leis internacionais, mas distante, frequentemente, dos desejos e aspirações dos habitantes da fronteira (MACHADO, 1998, p. 42).

Os marcos legais da faixa de fronteira interna do Brasil com os países vizinhos foi estabelecida em 150 km de largura (Lei nº. 6.634, de 2/05/1979), paralela à linha divisória terrestre do território nacional. É uma área com regulamentações específicas com regulamentação especial (PEITER, 2005).

A Zona de Fronteira, por sua vez, é mais ampla que a Faixa, ela é a região composta pelas faixas de fronteira de cada lado do limite internacional, englobando, portanto, as relações de fronteiras que ultrapassam muitas vezes a faixa de fronteira.

Para Machado (2005), a faixa de fronteira é um espaço de interação, uma paisagem específica, um lugar social transitivo, composto por diferenças vindas da presença do limite internacional, e por fluxos e interações transfronteiriças. Resultado de processos e interações econômicas, políticas e culturais, tanto espontâneas como promovidas. Para o autor, o meio geográfico que melhor caracteriza a zona de fronteira é aquele formado pelas cidades-gêmeas.

## **2.1 Concepções Tradicionais sobre a Geografia de Fronteiras**

É preciso reconhecer a importância dos marcos fronteiriços no sentido político-administrativo que deixam clara a existência das diferentes nacionalidades. Para Foucher (2009), a noção de fronteira enfatiza uma conotação de demarcação

político-territorial plenamente reconhecida e responsável pela formação da identidade nacional:

As fronteiras são descontinuidades territoriais, com a função de marcação política. Nesse sentido, trata-se de instituições estabelecidas por decisões políticas, projetadas ou impostas, e administradas por textos jurídicos: as leis de um Estado soberano em seu interior, o direito internacional público como lei comum da coexistência dos Estados, mesmo quando estes se desfazem, porque os tratados territoriais são os únicos pelos quais a sucessão de Estado é automática. Linhas de separação entre soberanias, elas agregam – por uma delimitação seguida de uma demarcação no terreno por meio de pedras e de outros utensílios físicos ou eletrônicos de separação – territórios governados por uma soberania estatal e que formam o quadro da atribuição e da transmissão de uma nacionalidade, de uma cidadania como ligação jurídica de um Estado à sua população constituinte. Não há identidade sem fronteiras. A ordem política moderna implica o reconhecimento, pelos outros, de fronteiras de Estado demarcadas, como base territorial e soberania. (FOUCHER, 2009, p. 22).

É importante reconhecer as diferentes vivências das populações de cada país fronteiriço, que são visíveis e observáveis; e, mesmo que se possam identificar características comuns, como as de ordem física, por exemplo, quase sempre, senão sempre, são regulamentadas pelo Estado (MARTIN, 1998).

O Estado legisla politicamente sobre a linha divisória que separa essas regiões, os rios, as florestas e os povos para resguardar a afirmação da cidadania nacional, promovendo obrigatoriedades tributárias, civis, militares, de prestação de serviços públicos e de transações comerciais diferenciados.

Essa situação, então, deve traduzir um forte confronto entre o “direito de ir e vir” e a legitimidade “da soberania dos Estados”, resultando, ao final, na decisão política entre facilitar ou dificultar as relações entre os povos fronteiriços (MARTIN, 1998, p. 47), repercutindo positiva ou negativamente na vida das populações residentes da região fronteiriça.

A fronteira e o limite são os marcos que podem representar interesses divergentes dependendo do que ou quem se quer contemplar, gerando conflitos muitas vezes pautados pela polarização entre a sociedade civil local, de um lado, e o Estado e as grandes empresas multinacionais, de outro.

Mas, a existência de projetos políticos distintos não representa necessariamente a atuação isolada de cada Estado-Nação. Pode conter iniciativas que visem ao bom uso da região fronteiriça no sentido da integração e satisfação

coletiva dos povos que aí convivem. Por isso, algumas cidades de fronteira são chamadas de cidades-gêmeas, uma de cada lado da fronteira, uma proximidade que estabelece relações comerciais, fluxo de pessoas e veículos e faz com que os governos busquem elaborar políticas para desenvolver essas cidades com atividades comerciais e outras questões.

Com relação à definição de uma relação em que o espaço, ao ser transformado socialmente, se constrói o território, e este, por sua vez, e ao mesmo tempo, apropria-se desse espaço.

O território {...} não poderia ser nada mais que o produto dos atores sociais. São esses atores que produzem o território, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço. Há, portanto, um processo do território, quando se manifestam todas as espécies de relações de poder, que se traduzem por malhas, redes e centralidades cuja permanência é variável, mas que constituem invariáveis na qualidade de categorias obrigatórias (RAFESTTIN, 1993 apud SAQUET, 2009, p. 78).

Para SAQUET( 2009):

O território é compreendido como produto da ação humana efetivada no espaço dada pela realização das atividades de produção, ações políticas, redes de circulação e de comunicação, representações simbólicas, malhas, enfim, é onde ocorrem relações de todo tipo, constituindo "territorialidades", ou seja, manifestações coletivas e subjetivas da sociedade sobre o território (SAQUET, 2009, p. 82).

Como as relações transfronteiriças são especialmente relevantes para a análise dos fenômenos na área econômica, movimentação de produtos e processo migratório entre os países limítrofes que passam na faixa de fronteira, todos esses aspectos da zona de fronteira também serão levados em consideração. Considerando, então, as concepções tradicionais das tipologias de fronteira, de acordo com a Geografia Política, destacam-se, entre outros, três autores:

Nas concepções de fronteira segundo Friedrich Ratzel, entende-se a faixa de fronteira por se situar na zona de contato entre diferentes conjuntos socioespaciais. É um espaço especialmente vulnerável do ponto de vista sanitário, graças em grande medida ao diferencial jurídico, político e sanitário existente entre os diferentes países limítrofes (OLIVEIRA, 1993).



### Segundo o Ministério da Integração Nacional:

Tanto a faixa como a zona de fronteira apresentam uma multiplicidade de situações altamente diferenciadas, tornando necessária a sua segmentação em sub-regiões, que nesta tese são tratadas através da identificação de 'sub-regiões da faixa de fronteira' e da 'tipologia das interações fronteiriças' (BRASIL, 2009, p. 8).

Para entender os conceito e tipologias na questão fronteiriça é interessante a posição de Ratzel (1988 apud CATAIA, 2008), que divide as fronteiras em três grupos: fronteiras políticas, fronteiras naturais e fronteiras artificiais segundo a Tabela 1:

Tabela 1: Tipologias de Fronteira segundo Ratzel

<b>Tipos</b>	<b>Subtipos</b>	<b>Atributos</b>
Política	Simple	Aquela que não tem contato com outra área política.
Política	Duplas	A contiguidade de dois territórios nacionais implica uma linha de demarcação e duas zonas de contato
Política	Fechada	São enclaves dentro de uma unidade política. Este seria o caso do País Basco
Política	Descontínua	São exclaves, isto é, partes de Estados que estão fora de seus domínios territoriais. Este seria o caso das Ilhas Malvinas
Política	Deficiente	Os conflitos por novas demarcações fronteiriças indicariam a deficiência da(s) demarcação(ões) anterior(es).
Política	Elástica	Por falta de boas cartas ou por erros dos cartógrafos muitas fronteiras aumentam ou diminuem suas extensões. O desenvolvimento técnico aprimorado diminui os "erros".
Naturais	Boas	Ela é boa ou má relativamente à proteção de pode oferecer. Se a fronteira se prestar fisicamente à proteção do Estado num momento de guerra, então ela é boa, do contrário é considerada má.
Naturais	Más	Quando fisicamente não se presta à defesa militar de um Estado
Artificiais	Demarcadas	Qualquer fronteira demarcada por Tratado, mesmo que apoiada sobre um marco físico. Exemplo: fronteira sobre um rio que atravessa uma região étnica. A região natural étnica é definida pela etnia e não pelo rio

Fonte: (RATZEL, 1987 apud CATAIA, 2008). <sup>1</sup>

<sup>1</sup> CATAIA, Marcio Antônio. Fronteiras: Territórios em Conflitos. In: ENCONTRO PARANAENSE DE ESTUDANTES DE GEOGRAFIA, 13, 2008, Foz do Iguaçu. Transcrição da mesa-redonda

Então, para Ratzel, a mais simples de todas as fronteiras é aquela que não tem contato com outra área política. Isso talvez fosse possível na época em que Ratzel escrevia sua obra, no final do século XIX e começo do século XX. Porém, hoje é pouco provável que tenhamos uma fronteira sem contato com outro território. “O mundo hoje é um grande ecúmeno”, como diria Max. Sorre (1984, p. 93), portanto, encontraremos as fronteiras ocupadas e nesse sentido dinamizadas, ou, para usar uma expressão da geopolítica, vivificadas.

As fronteiras já não são mais tidas como organismos isolados do todo territorial, tão pouco periféricas, “As fronteiras são o órgão periférico do Estado, o suporte e a fortificação de seu crescimento.” (RATZEL, 1895 apud MORAES, 1990, p. 184).

Portanto, em nível de tipologia e de conceito sobre questões de fronteira, Ratzel apresenta todas essas tipologias que ajudam a entender melhor a concepção de fronteira. Mas existem outros autores que apresentam outras tipologias que ajudam também no entendimento e análise desse tema.

Os entendimentos de fronteira, segundo Jean Gottmann (1952), compreendem o interesse pela geografia política que o acompanha por toda sua vida, sobretudo nas atividades do Comitê de Geografia Política da International Political Science Association, co-presidida com Jean Laponce. A articulação teórica entre centro e periferia (1980) e seus estudos sobre redes de telecomunicações e diásporas (1993) completarão o quadro.

Gottmann (1952) oferece também importante contribuição sobre o tema fronteiras. Para ele, duas forças são fundamentais para a construção e eficácia destas: força de iconografia e força de circulação, que representam a possibilidade de mudança; enquanto a iconografia representa a permanência pela resistência em função da vida de relação dos lugares.

Gottmann afirma, ainda, que essa circulação no mundo é acelerada de tal maneira que dificilmente os lugares poderiam manter-se estáveis.

Conseqüentemente, a força de circulação agiria sobre as iconografias, ao mesmo tempo em que estas seriam essenciais à própria vida de circulação, pois sem as cidades não haveria como construir veículos, trens, navios ou aviões que aceleram a circulação. Assim, a própria força de iconografia seria um elemento de dinamização da circulação. Essas duas matrizes é que promovem cada vez mais o aparecimento/desaparecimento de fronteiras no mundo.

Gottmann (1973) retoma muitas vezes à heurística da compartimentação política do espaço geográfico como produto da interação entre circulação e iconografia. Ele articula as duas tendências antagônicas de circulação e iconografia, evidenciando como, a estas, correspondem duas atitudes psicológicas predominantes nas comunidades humanas, determinando as relações com o território.

Essas questões são identificadas como segurança e oportunidade e correspondem, respectivamente, aos fatores da iconografia e da circulação. Elas foram organizadas não tanto através do encontro com as disciplinas da psicologia e cognição, porém, sobretudo, referindo-se tanto às concepções clássicas da *polis* como no plano do território, e o destaque à circulação foi tratado de forma correlacionada à oportunidade, o reforço à iconografia derivada busca por segurança. Na Tabela 2, apresentamos a esquematização das antinomias sobre as quais se funda a heurística de Gottmann e demonstra a proposta e as análises que refletem o pensamento do autor acerca de território, espaço geográfico e fronteira:

Tabela 2: Demonstrativo da Heurística Gottmaniana

<b>Elementos da gênese dos regionalismos</b>	<b>Iconografia</b>	<b>Circulação</b>
Teorias Clássicas	Polis de Platão Redes	Redes de cidades de Alexandria
Motivações Psicológicas	Refúgio e Segurança	Oportunidade
Efeitos sobre as fronteiras	Fechamento	Abertura
Efeitos sobre o mapa político do mundo	Compartimentação	Acessibilidade

Fonte: Gottmann (1973).

As compreensões de fronteira segundo Raffestin, demonstram algumas análises sobre as questões conceituais de territórios e a questão de limites é importante considerar a posição de alguns teóricos que tratam do tema com profundidade:

Os estados são formas territoriais de organização política. Caracterizar as noções de fronteira e limite no contexto da teoria do estado moderno é muito difícil quando sabemos que passaram por muitas evoluções e que são usados numa variedade de sentidos. Ambos mudam com o tempo. A primeira resposta europeia à questão dos limites foi simples: os limites de um estado seriam os limites do reino ou – em tempos pós-coloniais, os limites da colônia de onde o estado tinha emergido. No entanto, as velhas noções de reino não coincidem com as modernas noções de território, pois seus limites eram indeterminados e com frequência temporária. É nos séculos XVIII e XIX que o conceito de soberania moderno foi formalmente traduzido na concepção do território do estado como espaço limitado, e policiado pela administração soberana. As coletividades ou os ‘povos’ deveriam ser diferenciados em espaços territoriais fixos e mutuamente excludentes de dominação legítima. (MACHADO, 2010, p. 5).

A configuração da faixa de fronteira brasileira é reconhecida como uma extensa área de interação e dinâmica relação territorial, intensificada pelo estabelecimento de atividades comerciais e principalmente pelo intercâmbio proveniente do modelo de integração regional e a adoção pacífica de definição de sua extensão de fronteira. Graças à estratégia de paz como base de articulação e diálogo a fronteira brasileira não foi conquistada mediante a guerra, uma de suas significações etimológicas, como a observadas em Foucher (1992), mais recentemente, vai afirmar que a origem do nome fronteira deriva de front, laligne de front, ou seja, da guerra.

Segundo Raffestin (1993, p. 143), o território e o espaço não são equivalentes, e o primeiro antecede o segundo. Para ele o território resulta de “uma ação conduzida por um ator sintagmático (que realiza um programa) em qualquer nível” (e não somente o estatal).

Sobre a questão do território, Raffestin afirma que:

A questão da ‘territorialização’ do espaço ocorre pelos processos de ‘apropriação’ concreta ou simbólica, pela representação, por exemplo, da ‘prisão original’ que é o espaço o homem passaria à ‘prisão construída’ por nosso próprio trabalho e pelas relações de poder que o acompanham. (Raffestin, 1993, p. 23).

Dentro de uma visão materialista, o espaço é, de certa forma, dado como se fosse uma matéria-prima e a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática (RAFFESTIN, 1993).

Para Soja (1971, p. 19), no âmbito da conotação política da organização do espaço pelo homem, a territorialidade pode ser vista como "um fenômeno comportamental associado à organização do espaço em esferas de influência ou de territórios claramente demarcados, considerados distintos e exclusivos, ao menos parcialmente, por seus ocupantes ou por agentes outros que assim os definam". Soja (1971) argumenta que ao nível individual, por exemplo, *uma das ilustrações da territorialidade humana pode ser encontrada na forma como no Ocidente se estabeleceu a propriedade privada.*

Raffestin, por sua vez, considera que a territorialidade é mais que uma simples relação homem-território, argumentando que, para além da demarcação de parcelas individuais, existe a relação social entre os homens. Dessa forma, a territorialidade seria "um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema". Considerando-se a dinâmica dos fatores envolvidos na relação, seria possível a classificação de vários tipos de territorialidade, desde as mais estáveis às mais instáveis (RAFFESTIN, 1993, p. 160).

Assim, a leitura de fronteira e territorialidade, enquanto limite político, geralmente entre entes políticos soberanos ou autônomos, é que permite até hoje identificar a especificidade da abordagem geográfica decorrentes do contínuo processo de produção e, assim, consolidar a estrutura de organização da fronteira estabelecida pelos envolvidos.

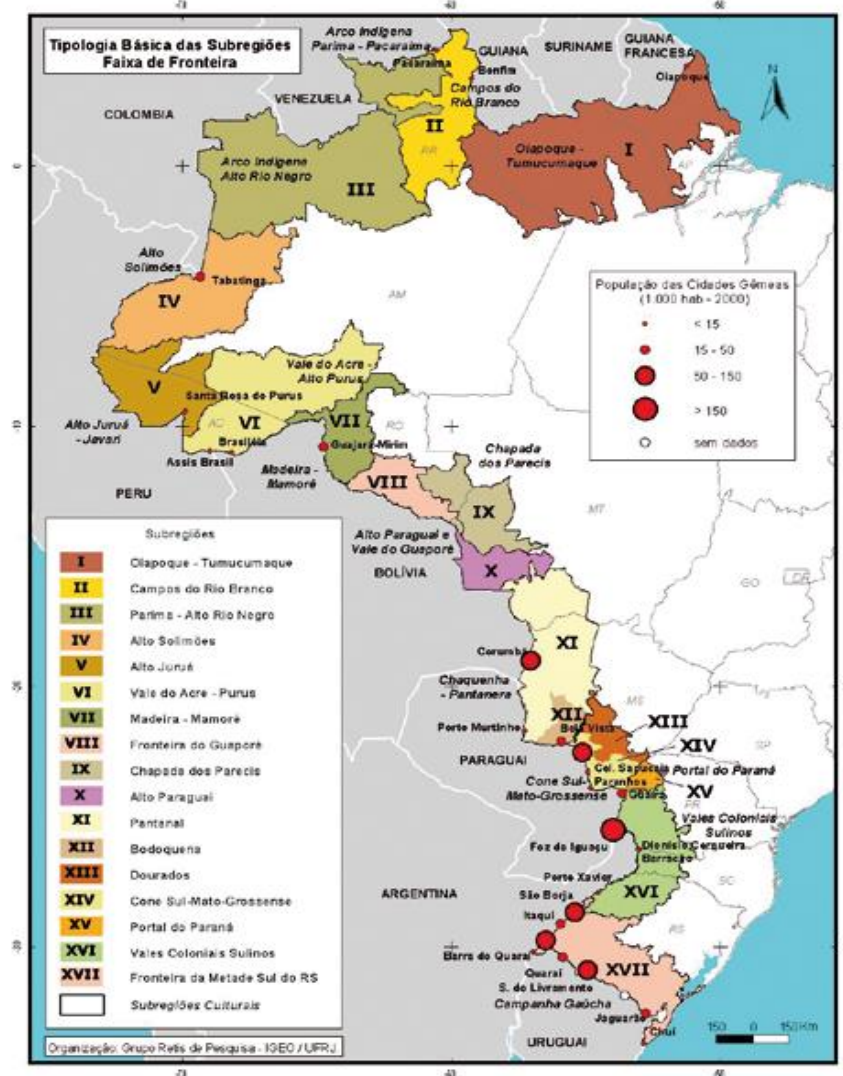
Dessas preocupações territoriais, o PDFF cria os arcos de fronteira, através da Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais (PROMESO) criando várias tipologias em todas as áreas de fronteira conforme Figura 1.

As tipologias das interações transfronteiriças são determinadas pelas diferenças geográficas e pelo tratamento diferenciado que recebem dos órgãos de Estado e ao tipo de relação estabelecida com os povos vizinhos. Quanto a este último aspecto, destaca-se a importância para a geografia da fronteira e para um

novo Programa de Faixa de Fronteiras das cidades-gêmeas, lugares onde as simetrias e assimetrias entre sistemas territoriais nacionais são mais visíveis e podem se tornar um dos alicerces da cooperação com os outros países da América do Sul e consolidação da cidadania. Portanto, esse termo, tipologias das interações transfronteiriças, aplica-se nesse contexto.

Na prática, a noção de zona de fronteira, composta pelas faixas territoriais, caracterizadas por interações que criam um meio geográfico próprio de fronteira, só perceptível na escala local/regional, seria a forma ideal para tratamento dos fluxos de bens, capitais e pessoas. Entretanto, barreiras políticas, administrativas, legais e diplomáticas impedem esse tratamento, que para ocorrer, demandaria o estabelecimento, por parte dos países envolvidos, de zonas de integração fronteiriça (BRASIL, 2009).

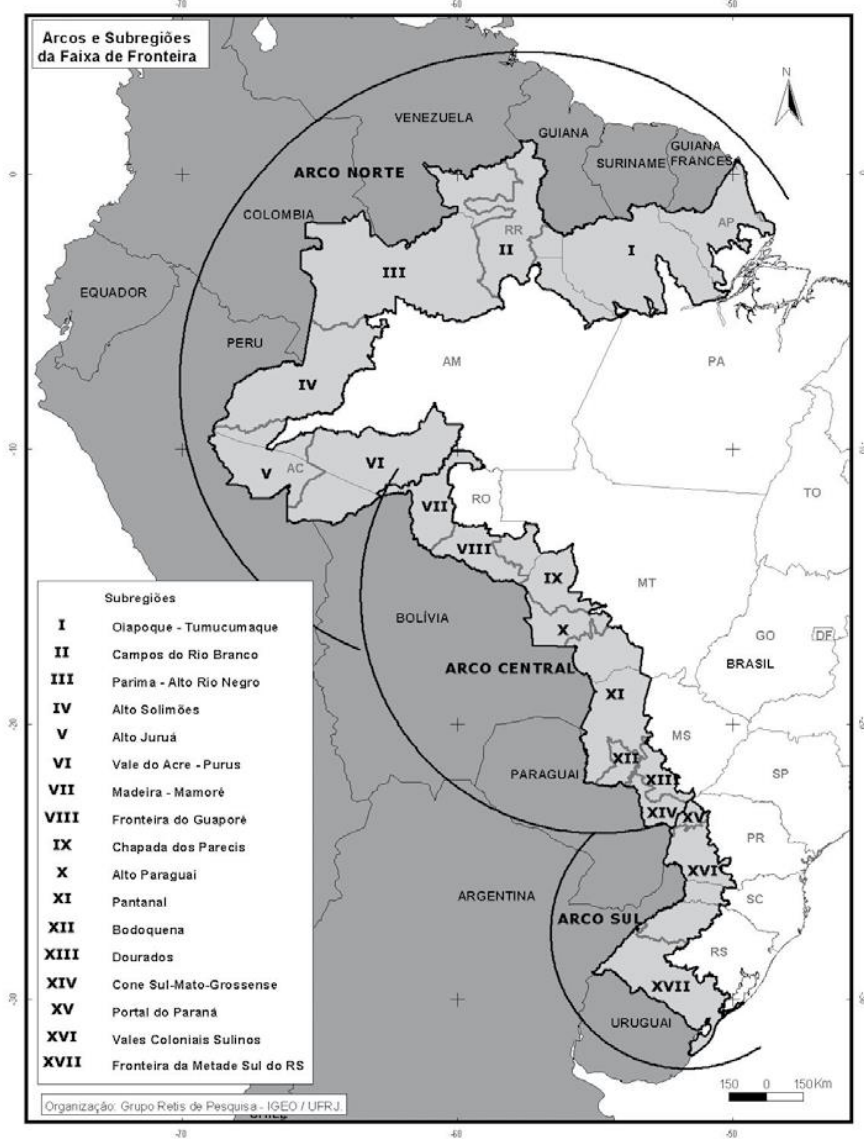
Figura 1 - Tipologia básica das sub-regiões da Faixa de Fronteira



Fonte: BRASIL (2009).

Para dar conta das especificidades dos espaços de fronteira, o Ministério da Integração Nacional cria o Programa de Promoção de Desenvolvimento de Área de Fronteira (PDFF), que entre as suas contribuições, delimitou a abordagem da Faixa de Fronteira, que ficou definida em arcos e espaços sub-regionais, conforme Figura 2. O que permitiu otimizar e catalisar o aproveitamento de peculiaridades da organização social, das características produtivas locais: sociais, econômicas, políticas e culturais. Dessa forma a Faixa de Fronteira foi dividida em três grandes arcos – Norte, Central e Sul – e, preliminarmente, em 17 sub-regiões:

Figura 2- Mapa dos Arcos de Fronteira



Fonte: BRASIL (2009).

Os três Arcos que ficaram estabelecidos foram o Arco Norte, o Arco Central e o Arco sul, mas de acordo com o foco desta pesquisa, que trata da zona de fronteira Brasil/Guiana, será destacado apenas o Arco Norte, onde se situa essa faixa de fronteira com suas sub-regiões.

Essa é uma característica importante do PDFF, referindo-se à abordagem da Faixa de Fronteira, marcos e espaços sub-regionais, permitindo otimizar e catalisar o aproveitamento de peculiaridades da organização social, das características produtivas locais: sociais, econômicas, políticas e culturais.



Uma sub-região cooresponde a uma unidade conceitual que deriva de uma região maior ou continente é geralmente baseada na localização. Neste caso, o foco central é analisar a sub-região que está no Arco Norte de Fronteira, determinado pelas suas semelhanças e proximidades geográficas, incluído o Estado de Roraima.

O Arco Norte, então, abrange toda a Faixa de Fronteira dos Estados do Amapá, do Pará, de Roraima, do Amazonas e Acre, que compõem a Amazônia Legal. A base produtiva e outros indicadores socioeconômicos apontaram no sentido de deslocar a Faixa de Fronteira de Rondônia para o Arco Central (observação igualmente válida para o estado de Mato Grosso, outro estado componente da Amazônia Legal).

Os critérios adotados para definição dessas sub-regiões do Arco Norte são as características produtivas e o predomínio de população indígena. Mesmo com os de fluxos migratórios procedentes de outras regiões do país, principalmente do Nordeste, a Faixa de Fronteira Norte constitui um *arcoindígena* tanto do ponto de vista do território (presença de grandes áreas de reserva) como da identidade e territorial (importância étnico-cultural indígena mesmo fora das áreas de reserva).

A Sub-Região I caracteriza-se por englobar uma grande extensão da Floresta Amazônica, além de áreas de campo e savana. Estende-se desde a foz do Oiapoque até o Sul do Estado de Roraima e o Noroeste do Estado do Amazonas, além de apresentar baixa densidade de povoamento com mobilidade transfronteiriça intermitente de grupos indígenas.

Sua base produtiva está ligada à extração florestal (madeira e lenha) e mineral (bauxita), agricultura (mandioca e banana), pecuária (bubalinos e bovinos) e silvicultura (indústria de papel). Essa Sub-Região apresenta problemas de invasão de áreas indígenas pelos madeireiros e pelos garimpeiros, muito comum em todo Arco Norte, além de destruição da floresta pela extração desordenada.

A predominância em questão de trabalho é o emprego urbano e o trabalho autônomo, marcado por baixo grau de desenvolvimento regional, reduzido grau empresarial, baixa densidade social e elevado grau de analfabetismo da população.

Também é registrada a presença de pequenas indústrias (processamento de alimentos, ração e moagem, frigorífico de laticínios, serrarias, pasta/celulose em Laranjal do Jari, movelaria, piscicultura, maquinário e equipamentos, cerâmica,

construção, têxtil/confecção) voltadas para o mercado interno e externo que sinaliza certo potencial de desenvolvimento industrial da região, caso cresça a oferta de energia com a expansão de redes de distribuição.

A Sub-Região II, localizada na porção Leste do Estado de Roraima, fronteira com a Guiana e a Venezuela, caracteriza-se como uma região de savana e campos com forragens naturais propícios para a criação de gado e com alto potencial para agricultura. Apresenta maior conectividade em razão de sua malha rodoviária ser a mais desenvolvida do Arco Norte, marcada pela presença da capital estadual, Boa Vista, que projeta sua área de influência para além dos limites nacionais.

Essa sub-região tem povoamento rarefeito e abriga as maiores extensões contínuas de terras indígenas, é também a que apresenta maior proporção de população rural e indígena da Faixa de Fronteira brasileira.

Sua estrutura produtiva está voltada para a agricultura (mandioca, milho, arroz) e a extração vegetal, com destaque para a produção de piaçava. Mas o grau empresarial, a disponibilidade de serviços de apoio à produção e as densidades técnico-tecnológica e social são muito baixos, sem dinamismo econômico.

Como principais problemas, listam-se os conflitos de terras entre indígenas e não indígenas, o tráfico de drogas (*Cannabis sativa*) com a Guiana e as rotas de contrabando com o Caribe.

A Sub-Região III estende-se desde as Serras de Pacaraima e Parima, a Terra Indígena Ianomâmi (divisa Brasil–Venezuela) até os Vales do Rio Negro e Japurá a Oeste, na região conhecida como *Cabeça do Cachorro*. Possui grande extensão territorial e povoamento rarefeito, abriga diversas reservas indígenas ao longo dos rios, sendo São Gabriel da Cachoeira a cidade de maior aglomeração (11.499 habitantes).

A Sub-Região IV, situada no Estado do Amazonas, possui uma localização estratégica na Faixa de Fronteira, por ser a mais importante porta de entrada da parte ocidental da Bacia Amazônica, um dos principais corredores de integração sul-americana. Nesse espaço, encontram-se unidos o Brasil, o Peru e a Colômbia, os maiores países amazônicos. A comunidade indígena Ticuna, presente nos três países, marca fortemente a identidade dessa sub-região, também formada por população urbana e rural. A base produtiva está calcada no extrativismo vegetal

(madeira em toras, castanha e frutas) e na agricultura (mandioca e banana). Os grandes problemas regionais são a baixa formação da mão-de-obra local e baixa densidade institucional.

A Sub-Região V localiza-se no Extremo-Oeste do Brasil, a maior parte no Estado do Acre, na divisa com o Peru, sendo atravessada pelos Vales do Alto Juruá e Ipixuna (AC/AM). Com população de 213 mil habitantes (54% rural), composta principalmente por índios e mestiços, tem como maior cidade Cruzeiro do Sul, com 40 mil habitantes. A base produtiva tem no extrativismo vegetal (madeira e látex) e na agricultura da mandioca, do arroz e do milho suas principais atividades. A fruticultura tem pouca expressão, sendo a produção de banana para o consumo local a mais representativa.

A Sub-Região VI é a mais densamente povoada do Arco Norte. Interliga-se tanto pela BR-364 (Rio Branco e Porto Velho) como pela BR-317 (Brasiléia e Assis Brasil). Apresenta tríplice fronteira com o Peru e a Bolívia (Assis Brasil). A base produtiva caracteriza-se pela exploração vegetal e florestal e pela silvicultura (especialmente extração de madeira em tora e extração de látex). A pecuária possui o maior rebanho bovino do Arco Norte, sendo o principal produtor de leite e de castanha-do-pará. É a maior produtora de mandioca, arroz e milho (escoado na capital, no entorno e em outros estados), fruticultura (maior produtora de banana), café e palmito. Destaca-se, ainda, a exploração de metais não metálicos em Sena Madureira.

É importante, portanto, a compreensão clara da II Sub-Região do Arco Norte, que trata da questão das fronteiras de Roraima com a Venezuela e Guiana, e conta com os seguintes municípios: Boa Vista, Bonfim, Cantá, Caracaraí, Mucajaí, Normandia, Rorainópolis, Pacaraima e Uiramutã (dentro da Terra Indígena Raposa-Serra do Sol), no Estado de Roraima e áreas de fronteira.

A rica intensificação do comércio tem modificado e gerado novas abordagens na faixa de fronteira, que requer uma aprofundada análise e, sobretudo, a lógica de relações internacionais para a dinamização da vivência, além de promover a guarnição territorial, provocando a identificação de uma nova dinâmica territorial e organização do espaço de interação nas fronteiras, a qual tem assumido uma nova

proposta para a geração de oportunidades, o que significa dizer a necessidade de incorporação de novas formas de agir com o contexto de produção.

Esse novo ordenamento também é proveniente do mercado internacional, não sendo o limite um fator que comprometa, pois as comunidades também provocam nova ordem na lógica de estruturação fronteiriça.

A existência da fronteira, principalmente no que tange à fronteira política encontra nos limites jurídicos do Estado seu mais consolidado potencial de realização, quer na guarnição militar da nação (estratégias geopolíticas de contenção) ou na proteção de determinada cultura (as identidades nacionais).

A inconsistência de políticas eficazes para o aprimoramento e ordenamento do setor produtivo na área de fronteira compromete significativamente os avanços almejados para as comunidades que residem nesse território e, conseqüentemente, reduzem a qualidade de vida e o processo de fortalecimento das economias por meio do comércio fronteiriço.

Machado aborda a temática de fronteira a partir da teoria de redes e do conceito de circuitos de transação legal e ilegal, mais dinâmicos que a fronteira como linha-limite da concepção de Estado. O próprio Estado brasileiro, prossegue a autora, afrouxa a rigidez das fronteiras ao estabelecer zonas francas e zonas de livre-comércio, inclusive no espaço amazônico, estabelecendo maior fluidez às transações. As fronteiras-corredor seguem mais as ordens da rede internacionalizada e hierarquizada de zonas francas que de seus respectivos Estados nacionais. Daí que os fluxos econômicos acabam por constranger a política de base territorial que deve se readaptar (MACHADO, 2006, p. 5).

A fronteira segue em sua produtividade e requer os cuidados necessários para os seus processos dinâmicos. Tais medidas cautelares servem de aporte para o desenvolvimento equitativo das populações residentes nesse contexto, assim como requer a preocupação com o crescimento dos fluxos resultantes das vantagens obtidas na fronteira com o comércio decorrentes da dinâmica territorial.

De modo simples, porém bastante esclarecedor, Guhl (1991, p.153), estudioso da formação das fronteiras colombianas fala que

[...] es obvio que la frontera es vista de modo diferente por el colono, el capitalista extranjero, el geógrafo o el político; y el experto militar lo evalúa diferente que el contrabandista o el patriota de buena fé; pero todos estos

puntos de vista son fuerzas activas - de diferente intensidad - que influyen sobre el espacio y sus fronteras políticas de acuerdo con el tiempo.

A compreensão de fronteira evidencia-se como corredor, ponto de passagem, de convivência e de troca de experiências responsáveis por significativos intercâmbios e prioritariamente pelo estabelecimento contínuo de intercâmbios.

No que tange aos esforços do Estado ele sempre busca nacionalizar e integrar a fronteira a ponto de garantir a autonomia de sua territorialidade, possibilitando a identificação de regiões similares capazes de fortalecer o sentimento de pertencimento por parte de seus membros, cidadãos agentes no processo de interação com o espaço em sua totalidade.

Os trânsitos decorrentes das práticas sociais e comerciais fazem da fronteira um espaço de contínua reprodução e produção dinâmicas, que garantem também a soberania da Nação; e que requer a segurança para a manutenção dos estágios de influências exercida pela contínua e abrangente repercussão.

A dimensão fronteiriça sejam elas geográficas, históricas e sociológicas não podem ser delimitadas com precisão, principalmente quando podemos assentar os pés, concomitantemente em cada um dos lados da fronteira. Não pode ser delimitada em decorrência de um único fator, pois as distintas culturas e também a multiplicidade étnicas são agentes de identificação e congregam distintos acervos.

Toda essa rica multinacionalidade, o próprio multilinguismo, como exemplo, observado no mosaico de etnias e no pluralismo cultural e religioso da faixa de fronteira corrobora as perspectivas de valorização e propicia a heterogeneidade.

## **2.2 Concepções da Geografia Brasileira sobre Fronteiras**

Na geopolítica brasileira clássica, segundo os autores Everardo Backheuser (1926), Therezinha de Castro (1980) e Meira Mattos (1990), a fronteira sempre foi considerada um dos mais importantes elementos do Estado, sua dinâmica e suas funções, com suas implicações políticas, sempre foram extensivamente analisadas ao longo dos anos por muitos pesquisadores e por várias correntes geopolíticas

geográficas, tal era e é a preocupação coma temática, sendo quase na sua totalidade restrito aos militares.

Isso se explica porque nos anos 30 quando os estudos geopolíticos foram incorporados à Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), na Escola do Comando e Estado Maior do Exército (ECEME), e na Escola Superior de Guerra (ESG).

O pensamento geopolítico brasileiro, até a metade da década de 80, era predominantemente baseado nas teorias clássicas da geopolítica com muita influência de Friedrich Ratzel e sua concepção de Estado orgânico ((RATZEL, 1895 apud MORAES, 1990). Formulada desde a década de 1920, portanto, a geopolítica brasileira era entendida como “a ciência que estuda o papel dos fatores geográficos no desenvolvimento da vida pública e dos Estados” (BACKHEUSER, 1926, p. 9).

Então, a questão das fronteiras tinha e tem uma grande dimensão em função do tamanho e vastidão continental do país e havia uma preocupação extrema com a organização interna do espaço brasileiro para manter a integridade territorial e unidade nacional.

Segundo Backheuser (1926, p. 32), as fronteiras refletiam o poder de um Estado. Constituía, segundo ele a “epiderme do organismo estatal” e deveriam ser protegidas para a integridade física do Estado, as fronteiras deveriam ser ocupadas por assentamentos humanos “cheios de vitalidade” e subordinadas ao governo central. As fronteiras enviariam “para o cérebro as impressões coletadas da sua epiderme”.

É um perigo deixar as áreas de fronteira para a administração de autoridades locais, já que os locais “não expressam nenhuma sensibilidade em relação aos problemas nacionais”. Portanto, a linha da fronteira como “linha em evolução” que poderia ser expandida ou retraída de acordo com a vontade e o poder político do Estado (BACKHEUSER, 1926, p. 32).

Com base na influência desses estudos, foram estabelecidos alguns princípios geopolíticos, que serviram para fundamentar várias políticas territoriais, programas e ações do governo Vargas, destacando-se algumas propostas de plano.

Foi criada uma faixa de fronteira, como uma zona de segurança ao longo das fronteiras do Brasil, considerada área indispensável à segurança nacional.

Constituiu-se numa faixa interna de 150 km (cento e cinquenta quilômetros) de largura, paralela à linha divisória terrestre do território nacional. Era proibida ao longo dessa faixa, a aquisição de e de imóveis por estrangeiros.

Outro ato importante foi a criação de territórios federais, incluindo a parte que interessa a este estudo, ou seja, o Território Federal de Roraima. Os territórios foram criados em áreas de fronteira por questões de defesa da soberania nacional, com controle direto do governo central e do Conselho de Segurança Nacional. O Decreto Lei nº. 5.812, de 13 de setembro de 1944, legalizava a medida: o território do Amapá foi desmembrado do Estado do Pará; o território do Rio Branco (hoje Acre) foi desmembrado do estado do Amazonas; o território de Rondônia foi desmembrado do Amazonas e Mato Grosso; o território de Ponta Porã foi desmembrado do Mato Grosso (hoje Mato Grosso do Sul); e o território do Iguaçu foi desmembrado do Paraná e Santa Catarina. Durante a II Guerra Mundial, por razões estratégicas, o arquipélago de Fernando de Noronha foi desmembrado de Pernambuco e se torna uma zona de proteção militar, sendo, porém, em 1946, com a Constituição promulgada (MEIRES MATOS, 1992), reintegrados aos seus Estados de Origem, mas continuaram a existir; os de Roraima e Amapá só deixaram de ser território federal com a Constituição de 1988. A representação da Figura 3, ilustra a localização desses territórios:

Figura 3: Mapa da geopolítica após a criação dos territórios federais



Fonte: MEIRA MATTOS (1992).

Outro aspecto foi a ocupação da fronteira continental sulista e os vazios demográficos internos, através de uma campanha de grande envergadura - chamada Marcha para o Oeste - movida à propaganda, incentivos e distribuição gratuita de terras. Nessa época, colonos da região sul, os gaúchos, eram estimulados a migrarem para o oeste de Santa Catarina e Paraná, ocupando as fronteiras do Brasil com a Argentina e o Paraguai (WACHOWICZ,1985).

O autor fala ainda que é interessante mencionar que foi na Constituição de 1891 que pela primeira vez que o Brasil reconheceu a jurisdição federal de zonas de fronteira. Definindo assim a zona como uma faixa de 66 km ao longo das fronteiras do Brasil.

Na Constituição de 1934 foi mantido o mesmo tamanho e jurisdição e a de 1937, promulgada na Era Vargas, ampliou a faixa para 150 km, mantendo a jurisdição federal. A Constituição de 1946 consolidou os 150 km, ao mesmo tempo em que determinava que as terras desocupadas ou devolutas nessas áreas seriam transferidas para o domínio da União. (MEIRA MATOS, 1992)



Essa preocupação continuou porque a faixa de fronteira, com seus 150 km, foi novamente mantida na Constituição Federal de 1988. De acordo com o Capítulo II, artigo 20 da Constituição em vigor, as normas para a utilização da referida faixa devem ser reguladas por lei federal de modo a defender o interesse e a soberania nacional. Isso representou uma evolução na questão das fronteiras brasileiras.

Essas foram as medidas legais tomadas para a nacionalização das fronteiras do Brasil nas décadas de 30 e 40. A proposta da maioria dos geopolíticos brasileiros sempre foi vivificá-las, ou seja, ocupa-las e protegê-las. Portanto, as referidas medidas tornaram-se vitais para a integridade territorial da fronteira brasileira.

Segundo Terezinha de Castro (1980, p.53), O papel das 'fronteiras vivas', além de fortalecer a posse territorial pela presença humana, têm o papel de promover a "integração pelo envolvimento".

Teixeira Soares (1972), Chefe da Divisão Política e da Divisão de Fronteiras do Itamaraty durante dois mandatos presidenciais militares, acreditava na geopolítica como a *ciência ancilar da diplomacia* e concebia as fronteiras dentro da ótica da geopolítica clássica.

Na concepção de "fronteiras vivas", em Soares (1972, p.170) elas são convertidas em programas governamentais com a entrada dos governos militares no país (1964-1985), cujas grandes estratégias geopolíticas são moldadas com o auxílio de generais como General Golbery do Couto e Silva e outros da Escola Superior de Guerra.

Surge nesse bojo o Projeto Calha Norte na região Amazônica e a construção da hidrelétrica de Itaipu, entre Paraguai e Brasil, convertendo-se em duas materializações distintas de uma mesma concepção. O primeiro, na região Amazônica, imbuía-se de cunho defensivo. O segundo, na região do Prata, que mostrou-se claramente de caráter ofensivo.

Ligado ao grupo RETIS<sup>2</sup>, o autor Fernandes Neto (2001, p. 7) em estudo sobre a faixa de fronteira do Norte do Brasil, constata que a taxa de crescimento

---

<sup>2</sup>O Grupo RETIS é formado por pesquisadores - doutores, doutorandos, mestres, mestrandos e bolsistas de iniciação científica - que pesquisam temas sobre fronteira. Atuam desde 1994 no Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, com apoio do CNPq, da FINEP, da FAPERJ e do CEPG/UFRJ e com a participação de pesquisadores associados de outras instituições.

populacional desta porção do território foi mais expressiva do que as capitais dos Estados. O autor, cujo estudo dá destaque a Pacaraima e Bonfim, ambas no Estado de Roraima, aponta a significância dos Estados de Roraima e Acre:

O estado de Roraima é um objeto de estudo interessante, pois compartilha com o estado do Acre a situação de estar localizado, em sua totalidade, na faixa oficial de fronteira internacional do Brasil. (...) No caso de Roraima, a localização no extremo norte da região amazônica, as particularidades da bacia hidrográfica do Rio Branco e a posição favorável do estado em relação às conexões com a região do Caribe são particularidades que condicionam o sistema de povoamento de uma forma diferente daquela predominante em outras sub-regiões amazônicas. (...) Por outro lado, (...) as articulações com os países vizinhos são cada vez mais importantes. São essas articulações que conferem importância estratégica ao estado na atualidade.

A vivência espaço temporal pode ser concebida em experiência de forma contínua ou descontínua, com rupturas brutais ou bloqueios nos espaços temporais, como argumenta Corrêa (1995) em sua discussão sobre o espaço como conceito chave da geografia. Segundo o autor, no processo de produção e organização do espaço, os grupos sociais criam um conjunto de ações, através das quais são possibilitadas a criação, a reprodução, a destruição e a reconstrução das formas e das interações espaciais. Estas ações seriam resultado, de um lado, da aceitação pelos grupos sociais da própria existência da diferenciação espacial, e de outro, dos projetos orientados à viabilização da existência e à reprodução social.

Na fronteira Brasil - Guiana pode ser observada essa afirmação. O Rio Branco, o Rio Tacutu e seus afluentes formam a hidrografia do município, sendo que o Rio Tacutu nasce na Serra Acari, na fronteira com a República Cooperativista da Guiana, onde está o marco divisório entre o Brasil e aquele país. Têm-se como principais afluentes do Tacutu os rios Jacamim, Arraia e Urubu (todos à margem esquerda). Os igarapés do município, segundo o Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) (CPRM, 2002), são: do Veado, da galinha, Cumaca, Manda, Urucum, Juau, da Onça, Javari, do Caju, da lara, do Xua e Cupim.

Uma das dimensões de reprodução social é o território. Desde a institucionalização da geografia como ciência acadêmica, este conceito vem se colocando como objeto de interesse. Sua polissemia é apresentada por Haesbaert

---

(2004), variando este conceito desde um Território Político – confundindo-se muitas vezes com o Estado Nação, o Território Econômico – relacionado à fonte de recursos, e ao Território Cultural – uma apropriação e valorização simbólica de determinada porção do espaço.

Mas como visto por Souza (1995), a forma de percepção do conceito de território privilegiada foi a relacionada ao Estado Nação, colocando-se como uma área apropriada e ocupada por determinado grupo social. Enquanto uma área criadora de raízes e identidades, suas limitações não seriam imutáveis, mas cada espaço enquanto área apropriada seria território durante todo o tempo.

A perspectiva de controle de área também foi desenvolvida por Gottmann (1973). Para o autor, o território é um espaço definido por um sistema de leis e de uma unidade que lhe governa, uma área que possui uma organização espacial e central.

Neste sentido, a geopolítica brasileira corrobora as concepções do autor, pois entende o território como uma ação que busca compartimentar o espaço, resultado de uma separação, de uma diversificação e organização. Estes elementos teriam por função primordial servir tanto como um refúgio de segurança, como uma fonte de oportunidades.

Para ter validade este conceito, Gottmann (1973), defende a ideia que este designaria uma relação entre autoridades políticas, entendendo o conceito como relacional. Todavia, a discussão sobre este conceito toma o mesmo encaminhamento produzido por Ratzel, relacionando território a Estado Nação.

Já na contemporaneidade, analisando-se o conceito de fronteira através do contexto das cidades-gêmeas notamos uma dinâmica internacional de desenvolvimento acoplado e interdependente entre polos fronteiriços tendendo as especializações produtivas.

Assim, as cidades-gêmeas da Área de Fronteira Bonfim - Brasil e Lethem - Guiana podem representar a consolidação da estrutura comercial necessária para o fortalecimento de cooperações e interdependência como se observa no discurso oficial das nações signatárias de Acordos e Tratados Cooperativos.

De maneira geral, o comércio entre áreas de fronteira do Brasil com outros países da América do Sul desperta grandes interesses e também preocupações.

Portanto, as relações intensificadas pelo comércio-formiga, entre muitas cidades-gêmeas ao longo da faixa de fronteira, mantida pelo Brasil com outros países, remete-nos a reflexões sobre a dinâmica dessa forma de comércio, incorporando elementos a serem compreendidos em sua amplitude.

As políticas públicas para a Amazônia tornaram-se mais efetivas com a Carta Constitucional de 1946, no seu artigo 199, cujo caput instituiu um fundo de desenvolvimento para a região, obrigando a União a investir, por duas décadas, 3% de sua receita líquida no Plano de Valorização Econômica da Amazônia (NASCIMENTO, 2002). Além disso, os estados e territórios, bem como os municípios localizados na região também estavam obrigados pela Constituição de 1946 a aplicar recursos nesse fundo, conforme o parágrafo único do artigo 199:

Art. 199 – Na execução do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, a União aplicará, durante pelo menos vinte anos consecutivos, quantia não inferior a três por cento de sua renda tributária.

Parágrafo Único – Os Estados e os Territórios, bem como os respectivos municípios, reservarão para o mesmo fim, anualmente, três por cento de suas rendas tributárias. Os recursos de que trata este parágrafo serão aplicados por intermédio do Governo Federal (BRASIL, 1946, p. 49).

A dinâmica comercial formiga fornece subsídios para que se possa compreender o atual panorama social, político e econômico a partir do seu modelo de organização.

As transações econômicas passam a ser realizadas através de um foco comercial decorrentes de distintos segmentos, tais como: turismo, comércio, serviços e indústrias. Estes segmentos podem ser implementados de forma sustentável e orientados para a crescente demanda interessada, principalmente no setor comercial. E ainda, proporcionar novas demandas no comércio estabelecido na área de fronteira e que pode ser consolidador do tempo de permanência do turista que necessitar resolver pendência de ordem burocrática e mesmo apreciar com maior êxito as cidades-gêmeas.

Portanto, analisar os incentivos atribuídos para as áreas de fronteira é contribuir para a estruturação de uma rede comunicacional, capaz de revelar as potencialidades da região e principalmente permitir agregar valores ao modelo inserido na fronteira, que historicamente não possuíam os implementos necessários aos avanços regionais.

Segundo Bryce (1964), o governo pode fazer muitas coisas que, na maioria das vezes, pouco ou nada custam ao país. Entre elas figuram a isenção de vários impostos e direitos alfandegários, medidas de proteção contra a concorrência, concessão direta de subsídios, evitar o tributo extensivo, tornar possível o financiamento e dar um sem número de garantias, seguros e serviços.

Como afirma (SANTOS, 1978, p. 23), a realidade aparece a cada dia sob um novo aspecto. Ora, desde que a realidade muda, a ideia, o “teórico”, devem mudar também. O teórico deve seguir a evolução para não se ver diante de um impasse

Neste contexto, a contribuição se efetivará a partir de elementos simples capazes de nortear a aplicação de projetos estruturantes, pois a rica diversidade de recursos naturais e mesmo os distintos modelos de gestão podem facilitar a compreensão desse espaço de comunicação internacional.

A presente pesquisa propõe análises aprofundadas dos acontecimentos provenientes dos acordos bilaterais, enfatizando os principais vetores dinâmicos, a fim de elucidar as dúvidas quanto à viabilidade ou não, do desenvolvimento para a região.

A articulação dos Poderes Constituídos a fim de promover a implantação de políticas públicas para o Estado de Roraima vem se intensificando com os ajustes das leis, tanto no que tange a questão de terras, bem como as tributações fiscais. O ordenamento dos setores produtivos em rede comunicacional aos investimentos propõe novas conjunturas regionais, pois a necessidade de consolidar a política de incentivo na região de fronteira amplia as perspectivas de produção, apoiado em novos Arranjos Produtivos Locais.

A incorporação de incentivos para o aquecimento econômico versa significativamente em torno de leis para disponibilizar redução em taxas tributárias. A lei 12.723 autoriza a instalação de lojas francas em municípios caracterizados como cidades-gêmeas de cidades estrangeiras na linha de fronteira do Brasil. A norma foi publicada no DOU e altera o decreto-lei 1.455/76, que dispõe sobre bagagem de passageiro procedente do exterior, disciplina o regime de entreposto aduaneiro e estabelece normas sobre mercadorias estrangeiras apreendidas, entre outras providências.

### **2.3 Conceitos operacionais sobre fronteira**

Considera-se que o processo de globalização com foco na economia, amplamente debatido no cenário atual, é composto efetivamente de fenômenos objetivos com impactos dos mais diversos e diferenciados, especialmente na relação que o nacional estabelece com o internacional, bem como nas diversas escalas geográficas intermediárias do território em suas dimensões regionais e locais (RÜCKERT, 2004). Estas dimensões intermediam e interferem nas novas relações sociais, econômicas e políticas entre o território e os diferentes lugares.

Nesse contexto, no espaço amazônico, as peculiaridades locais constitui uma extensa área territorial brasileira, detentora de distintos biomas. Além de integrar um relevante conjunto de acordos bilaterais e multilaterais para a consolidação das áreas extensivas aos demais países da América do Sul que a integram. Isso, evidentemente desperta o interesse da comunidade internacional. É por essa e outras questões de cunho econômico, principalmente, que o Brasil deve proteger e explorar suas fronteiras de maneira que possa desenvolver o comércio nessas regiões fronteiriças, combatendo os fluxos ilegais de toda espécie e natureza.

Apesar da heterogeneidade na zona de fronteira em termos de níveis de desenvolvimento e também pela diversidade cultural dos países que a compõem, não é possível deduzir que exista uma relação mecânica entre Estados desenvolvidos e faixas de fronteira desenvolvidas, existe uma relação que influi na economia e no processo migratório de acordo com a região, em se tratando de fronteiras abertas.

É muito importante à análise e consideração do estabelecimento de uma delimitação política limítrofe de configuração do Estado-Nacional. O objetivo é pensar na conformação das relações sociais desenvolvidas nesta região, a partir de sua dimensão simbólica, o que implica em perceber e preservar a identidade social composta por uma junção de fatores internos e externos, global e local.

Sobre Faixa, enquanto relação com fronteiras, seu conceito é considerado sob o ponto de vista aspecto legal, que é definida pelo artigo 1º da Lei Federal n.º 6.634/79, que dispõe sobre faixa de fronteira:

É considerada área indispensável à Segurança Nacional a faixa interna de 150 km (cento e cinquenta quilômetros) de largura, paralela à linha divisória terrestre do território nacional, que será designada como Faixa de Fronteira (BRASIL, 1979, p. 1).

Durante do século XIX essa ideia de nação esteve sempre vinculada às concepções de monarquia constitucional e de república, bem como referencial da pesquisa histórica.

A questão fronteira ou faixa de fronteira é motivo de preocupação por parte do Governo Federal, foi criado, inclusive, o PDFFF que desenvolveu projetos para proteção e melhor aproveitamento destas áreas. Com a abertura dos mercados mundiais e a conseqüente globalização, tem-se gerado um aumento das desigualdades sociais e regionais, o que é muito preocupante no caso dos países menos desenvolvidos, em função da maior vulnerabilidade a que estão expostas suas economias – comparativamente menos competitivas.

A população mais pobre, por sua vez, é desproporcionalmente afetada, uma vez que tem piores condições para responder aos novos desafios associados a padrões competitivos que exigem alto grau de qualificação, condições sociais e institucionais adequadas, bem como oportunidades de inserção econômica. O crescimento de tensão e exclusão social resultante configura-se como empecilho ao desenvolvimento econômico sustentável da nação, uma vez que impulsiona a violência, o que pode prejudicar, e em muitos casos destruir, a formação de capital social e físico como também o fluxo de investimentos interno e externo (BRASIL, 2009).

Para o Ministério da Integração Nacional, as características da Faixa de Fronteira variam bastante ao longo de todo o território abrangido, o que implica políticas diferenciadas, e exige estratégias que respeitem as peculiaridades de cada região. Fora as peculiaridades que marcam o território do extremo Norte ao Sul do país, há também diferenças ditas *horizontais*. As cidades limítrofes com países vizinhos, sendo gêmeas ou não, são mais diretamente afetadas por questões políticas, econômicas e diplomáticas dos países envolvidos, e isso precisa ser observado com mais cautela.

A linha de fronteira, teoricamente e de acordo com o IBGE, 2005-2007, é determinante para a identificação das unidades político-administrativas do Brasil localizadas na Faixa de Fronteira que estão sob regras de segurança nacional. Em especial, no tocante a obras públicas de engenharia civil, participação de estrangeiros em propriedades rurais ou empresas, concessões de terras e serviços, bem como sob auxílio financeiro do governo federal. Secundariamente, destaca-se a gratificação especial de localidade.

A linha de fronteira entre países é um *objeto* dito e escrito sob várias perspectivas, que é expressa mais rotineiramente como um traçado imaginário na periferia geográfica das nações, estabelecida juridicamente, que separa os povos ou, ainda, ponto de junção entre nacionalidades.

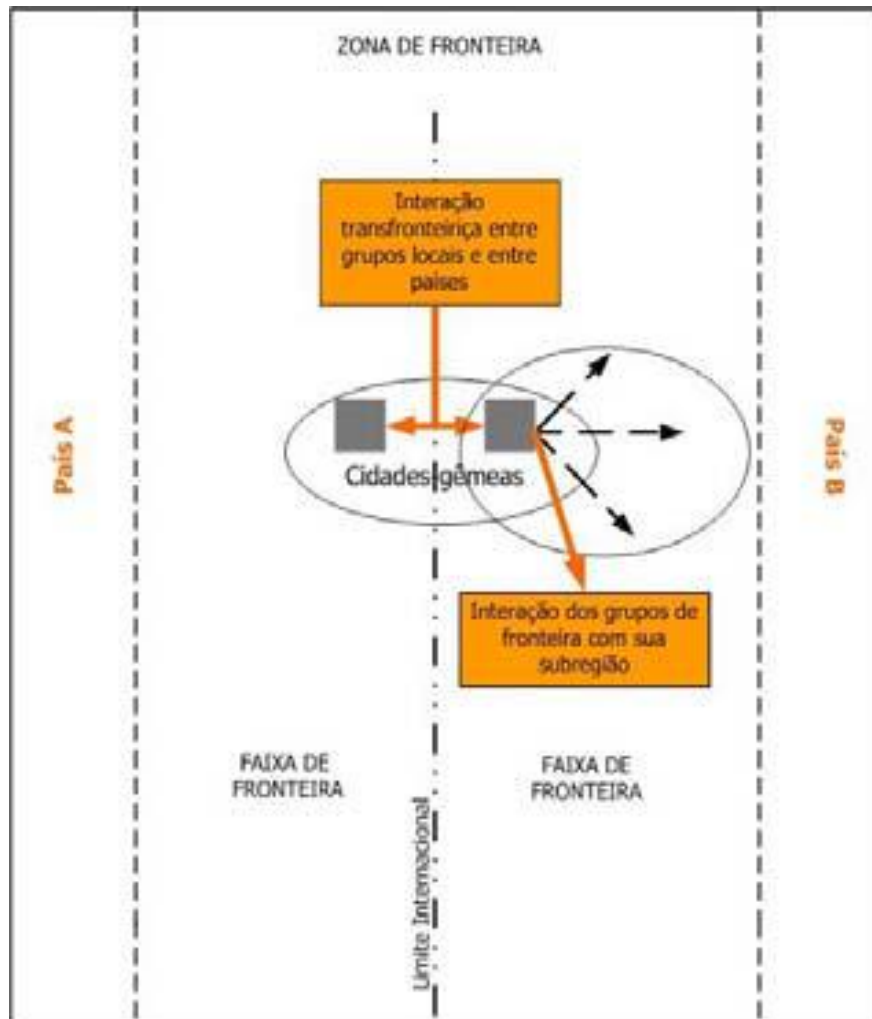
Considerando a gênese da tríplice fronteira, como o caso de Roraima, poderá nos induzir a vincular os modos de relacionar-se com as linhas de limites próprios das populações fronteiriças à origem indígena.

As cidades-gêmeas, conceituadas segundo o Ministério da Integração Nacional (BRASIL, 2005), como no caso de Lethem e Bonfim, são núcleos urbanos relativamente interdependentes localizados de um lado e de outro dos limites transfronteiriços, que apresentam vetores, tanto, convergentes, derivados do elevado potencial de integração transnacional, quanto divergentes, oriundos das novas ameaças e dos contenciosos característicos das fronteiras. , motivo pelo qual se justifica a definição estratégica de políticas públicas para consolidar o potencial fronteiriço, com vistas a ter controle e legalidade, além de beneficiar os países envolvidos. A interação pode ser compreendida na Figura 4.

As localidades identificadas como cidades-gêmeas revelam uma dinâmica internacional de desenvolvimento acoplado e interdependente entre polos fronteiriços, não necessariamente conurbados, que muito recorrentemente corporificam maior influência recíproca e complementaridade em comparação a outras localidades dos próprios territórios nacionais, haja vista que a proximidade espacial do entorno próximo estimula especializações produtivas.



Figura 4: Faixa e zona de Fronteira



Fonte: BRASIL (2005).

Nas cidades-gêmeas ocorrem com a concentração de efeitos territoriais, incluindo fatores de produção: terra, trabalho, capital, e serviços públicos e privados e a extensão. Esses efeitos numa distância indeterminada rumo ao interior de cada território nacional tem implicações práticas para a atuação do Estado em suas respectivas faixas de fronteira.

Não são muitas as cidades-gêmeas nos 15.719 quilômetros de fronteira brasileira com os países vizinhos, nem existe correspondência entre o número de cidades-gêmeas e a extensão da linha de fronteira com cada país. Mato Grosso do Sul (fronteira com o Paraguai) e, principalmente, o Rio Grande do Sul (fronteira com

Argentina e Uruguai) concentram o maior número de cidades-gêmeas, apesar da maior delas, Foz do Iguaçu, está localizada no Paraná, que é o chamado Arco Sul.

As simetrias e assimetrias entre cidades-gêmeas nem sempre decorrem de diferenças no nível de desenvolvimento dos países e sim de sua própria dinâmica e da função que exercem para os respectivos países

Evidentemente que na prática ainda há muito a se fazer para a organização do comércio entre Lethem e Bonfim, foco dessa pesquisa, mas ao longo da última década o comércio e as relações diplomáticas entre os dois países tem se intensificado bastante.

Outra questão é encontrar a terminologia mais adequada para identificar as localidades transfronteiriças interdependentes sejam cidades-irmãs e não necessariamente *cidades-gêmeas* - pois os polos têm desenvolvimento evolutivo acoplado, mas não necessariamente nascem iguais ou ao mesmo tempo - a literatura científica geográfica e internacionalista acabou consolidando a expressão, motivo pelo qual se mantém o seu uso popular.

As cidades-irmãs, que originariamente se consolidaram para desempenhar uma territorialidade geopolítica nas zonas de fronteira, justamente com funções relacionadas à segurança e defesa do território nacional por meio de batalhões militares, passaram a se transformar ao longo do tempo por meio da definição de novas funções, de um ponto de vista geoeconômico com a implementação de bases políticas e econômicas para facilitar o comércio entre as duas cidades envolvidas.

A reorganização da sociedade guianense e sua conseqüente integração à economia de mercado somente veio acontecer no final dos anos 80. A partir daí, vem-se estimulando as tentativas de trocas com o Brasil. A estrada que liga Boa Vista a Bonfim, a BR 401, construída estrategicamente para favorecer o comércio entre as duas cidades, foi melhorada nos anos de 1990, pelo Governo do Estado de Roraima, e isso estimulou os comerciantes de Boa Vista interessados nas trocas com a Guiana.

Portanto, as cidades-gêmeas de Bonfim e Lethem são um perfeito exemplo de interação espacial, base das relações de troca em um território. Como afirma Corrêa (1997), as relações de troca são capazes de produzir alterações no espaço em um período relativamente curto de tempo. Prova dessa dinâmica é a

preocupação mundial em torno da adesão a um novo estilo de desenvolvimento, que deve contemplar eficácia econômica com responsabilidade socioeconômica. A combinação desses elementos somente será possível se houver um esforço conjunto de todos em torno do objetivo de atingir o bem-estar no espaço territorial.

Souza (2010) reconhece que o *Território* é fundamentalmente um espaço definido e delimitado, onde são estabelecidas as relações de poder. As cidades-gêmeas da área de fronteira Bonfim/Brasil e Lethem/Guiana representam a consolidação da estrutura comercial necessária para o fortalecimento de cooperações e interdependência, resultante dos acordos estabelecidos no decorrer da história dos dois países.

Entende-se, portanto, sobre cidades-gêmeas como sendo núcleos urbanos simétricos postados em ambos os lados de uma fronteira e inseridos em *centros formadores de fronteira* (CORTESÃO apud COUTO e SILVA, 1967) que, com o auxílio de redes variadas, acabam por desenvolver grande trânsito de pessoas, mercadorias, culturas, informação e principalmente capital. Tamanho são os reflexos dessas cidades na economia, que observamos a necessidade de compreender esse novo circuito espacial como mecanismo para a estruturação de projetos indutores do desenvolvimento sustentável.

Verifica-se que no período de 2006 a 2009, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, somente consta para o município de Bonfim a importação de US\$ 90.152 no ano de 2007, tendo como principais produtos importados: outros fios de ferro e aço não ligados e não revestidos e outras cordas e cabos, de ferro e aço, não isolados, para uso elétrico.

O setor agropecuário do município de Bonfim apresenta um importante componente da economia local, tendo como destaque a produção de arroz, soja, milho, melancia e mandioca. Na pecuária, o destaque vai para o rebanho de bovinos, aves, suínos, equinos e caprinos. Para os produtos de origem animal destaca-se a produção de mel, leite e ovos.

Assim, fugindo de objetivos escusos, Souza (1995) grifa que seu interesse no território estaria localizado na possibilidade de saber quem manda ou influencia e como manda e influencia nesse território.

Assim como Sack (1986) e Raffestin (1993), Souza (1995) atribui uma variabilidade espacial e temporal deveras produtiva. Para ele, o território não deve ser reduzido às questões que envolvem o Estado Nação, pois esse pode ser construído e desconstruído nas mais variadas escalas espaciais, da rua aos territórios dos países membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Da mesma forma, podem ser instituídos e desfeitos nas mais variadas temporalidades (de séculos a horas). Mais ainda, podem ser permanentes ou cíclicos.

Antes, as reais condições de intercâmbio eram comprometidas pela carência de infraestrutura para o estabelecimento de fluxos de pessoas, bem como o escoamento da produção, na Figura 5 podemos observar essa realidade de acesso.

Anteriormente, o acesso era comprometido pela falta de um mecanismo mais adequado e rápido, o que dificultava muito as condições de acesso e conseqüentemente maiores interações comerciais, diferente após a construção da ponte sobre o Rio Tacutu.

Figura 5: Composição das fases de construção da ponte sobre o Rio Tacutu, Fronteira Brasil-Guiana



Fonte: Edinalva Vieira da Silva, 2007- 2012.

O asfaltamento da estrada Boa Vista-Georgetown também faz parte de um acordo entre Brasil e Guiana e tem o intuito de implementar as novas vertentes ao crescimento da Amazônia ocidental fortalecidas em recentes acordos.

O projeto estratégico que une Brasil e Guiana abrange uma logística para a Amazônia Ocidental. Esta consiste no asfaltamento da estrada de Boa Vista até Georgetown, na construção de hidrelétricas na Guiana e, também na construção de um porto profundo para escoar a produção da Amazônia Ocidental através da

Guiana. Toda essa infraestrutura pode viabilizar inúmeras parcerias para aquecimento econômico da região de fronteira, tendo como exemplo a Ponte sobre o Rio Tacutu. (Figura 6).

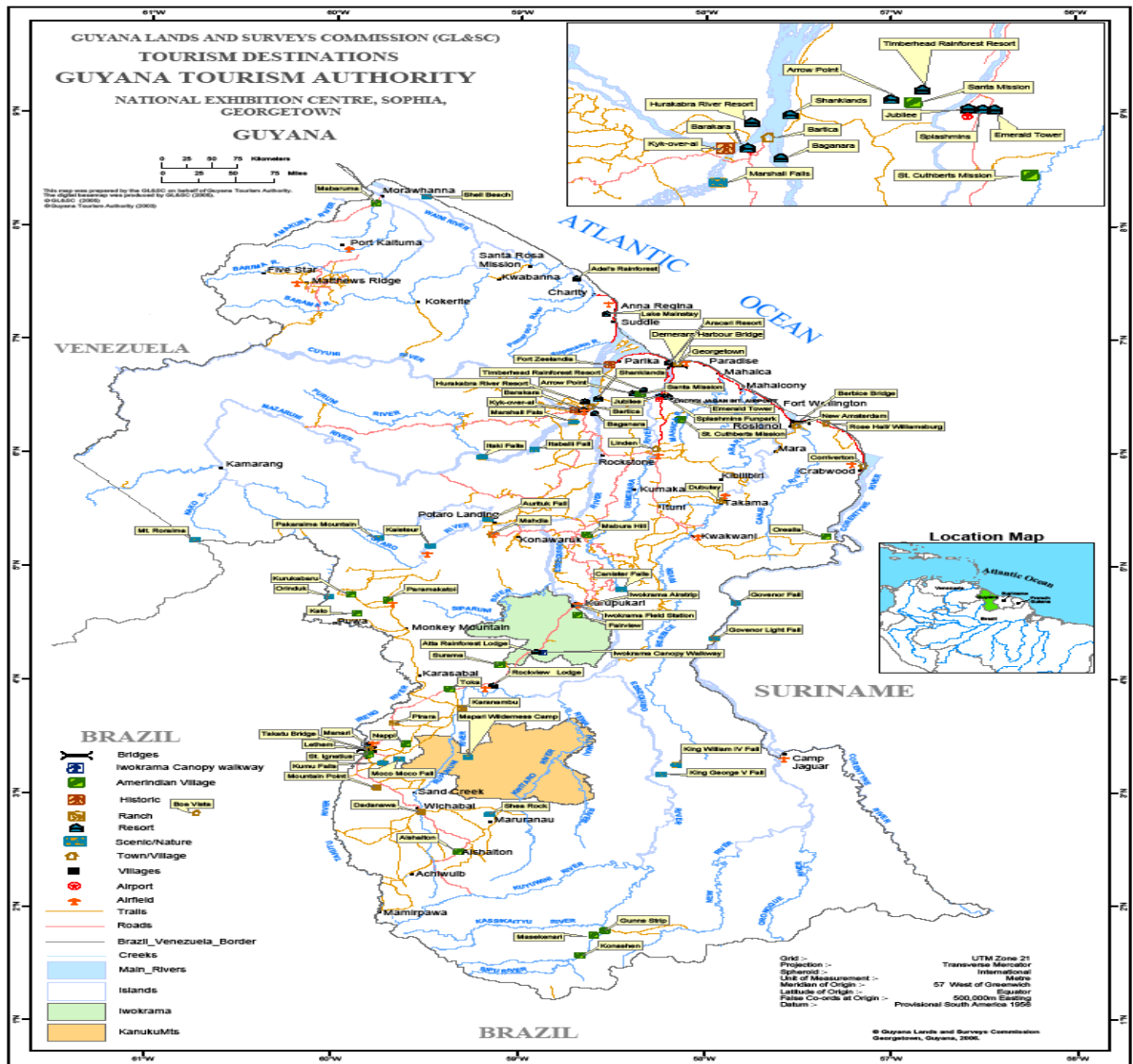
Figura 6 – Panorâmica da ponte sobre o rio Tacutu, conversão para a mão-inglesa no projeto de engenharia



Fonte: SGT Lewiski.

A construção da ponte representa um novo contexto entre Boa Vista a Georgetown, pois com a distância de 560 quilômetros, se estende até Manaus. Sua importância se evidencia enquanto porta de abertura de um corredor importante para o recebimento de insumos e para a exportação dos nossos produtos. Na Figura 7 observa-se como Portos no Caribe em conjunto com o Canal do Panamá, ganham uma escala extremamente importante na logística brasileira:

Figura 7 – Mapa da Guiana

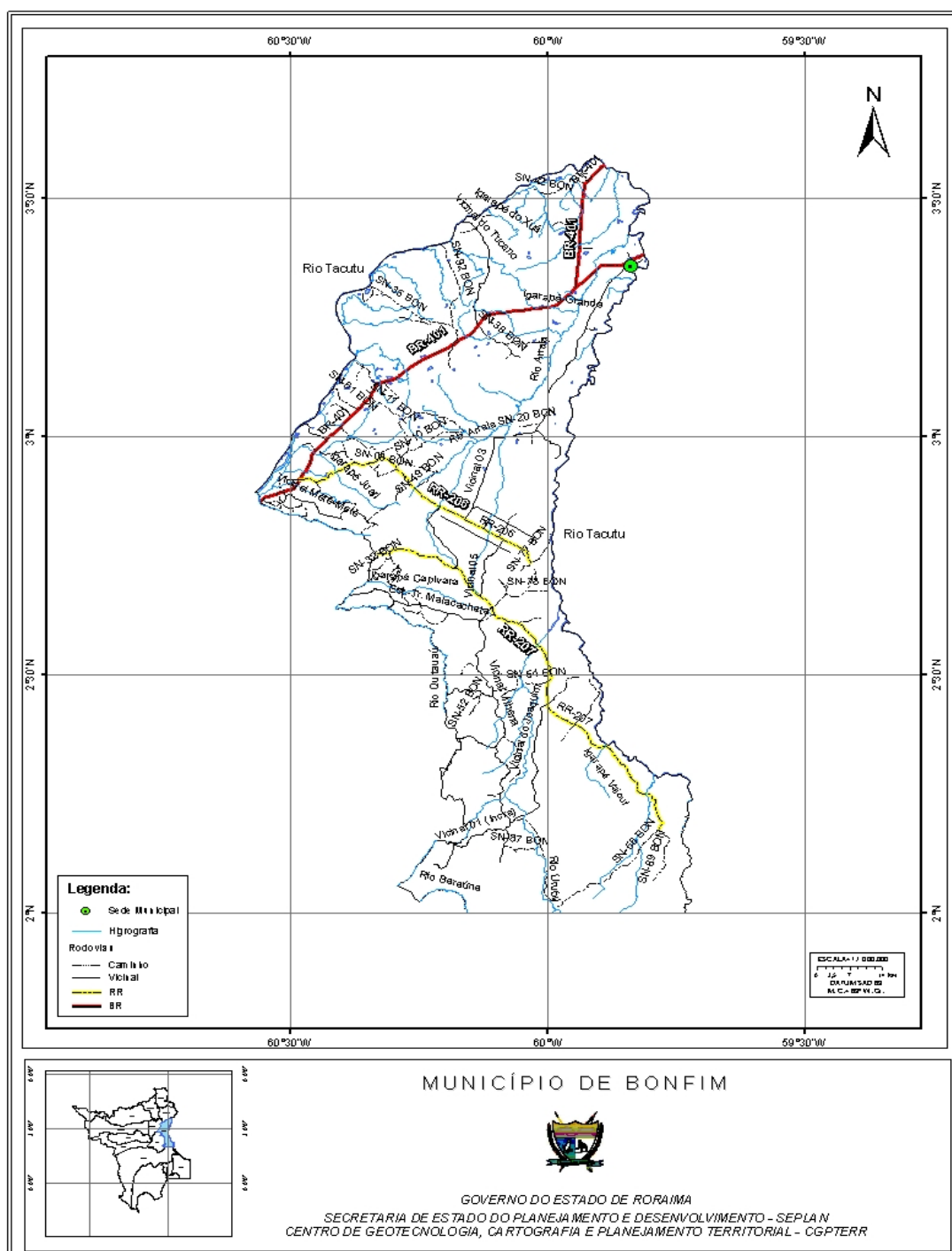


Fonte: Guyana (2008).

Aprofundando a discussão sobre o conceito de território, faixa de fronteira, linha, zona, enfim, questões conceituais que definem políticas de ocupação e proteção dessas áreas, Silva (2000) demonstra a partir de um diálogo com Holzer (1997), que quando considerado o poder como elemento preponderante do território, são deixadas de lado outras formas de territorialidades, não relacionadas em um primeiro momento à questão das delimitações de áreas pelo poder. Segundo a autora, o território “pode ser visto como um conjunto de lugares, onde se

desenvolvem laços afetivos e de identidade cultural de um determinado grupo social” (SILVA, 2000, p. 7), sendo a expressão da constituição do mundo pessoal e subjetivo, envolvendo a instituição do eu em relação ao outro. Na Figura 8, temos a dimensão territorial do Município de Bonfim-Brasil:

Figura 8 - Mapa de localização do Município do Bonfim - RR





Os benefícios são visíveis, a nossa condição de produzir e de nos relacionarmos com o comércio internacional, são fundamentais para o futuro de Roraima e da Amazônia Ocidental, cabendo o empreendedorismo de agentes sociais capazes de assimilar as estratégias eficazes ao melhoramento da comunidade, e em especial ao estabelecimento de forte negócio entre as cidades-gêmeas de Bonfim - Lethem.

Com a ponte aumentou registro de fluxo, intensificando-se cada vez mais a movimentação de pessoas e mercadorias, mensurados pelas instituições federais que refletem, em contrapartida, a necessidade de investimentos em monitoramento e fiscalização na área de fronteira, permitindo pensarmos em ampliação do mercado por meio da interação entre as cidades-gêmeas. A ponte, na figura 11, simboliza essa interação socioeconômica.

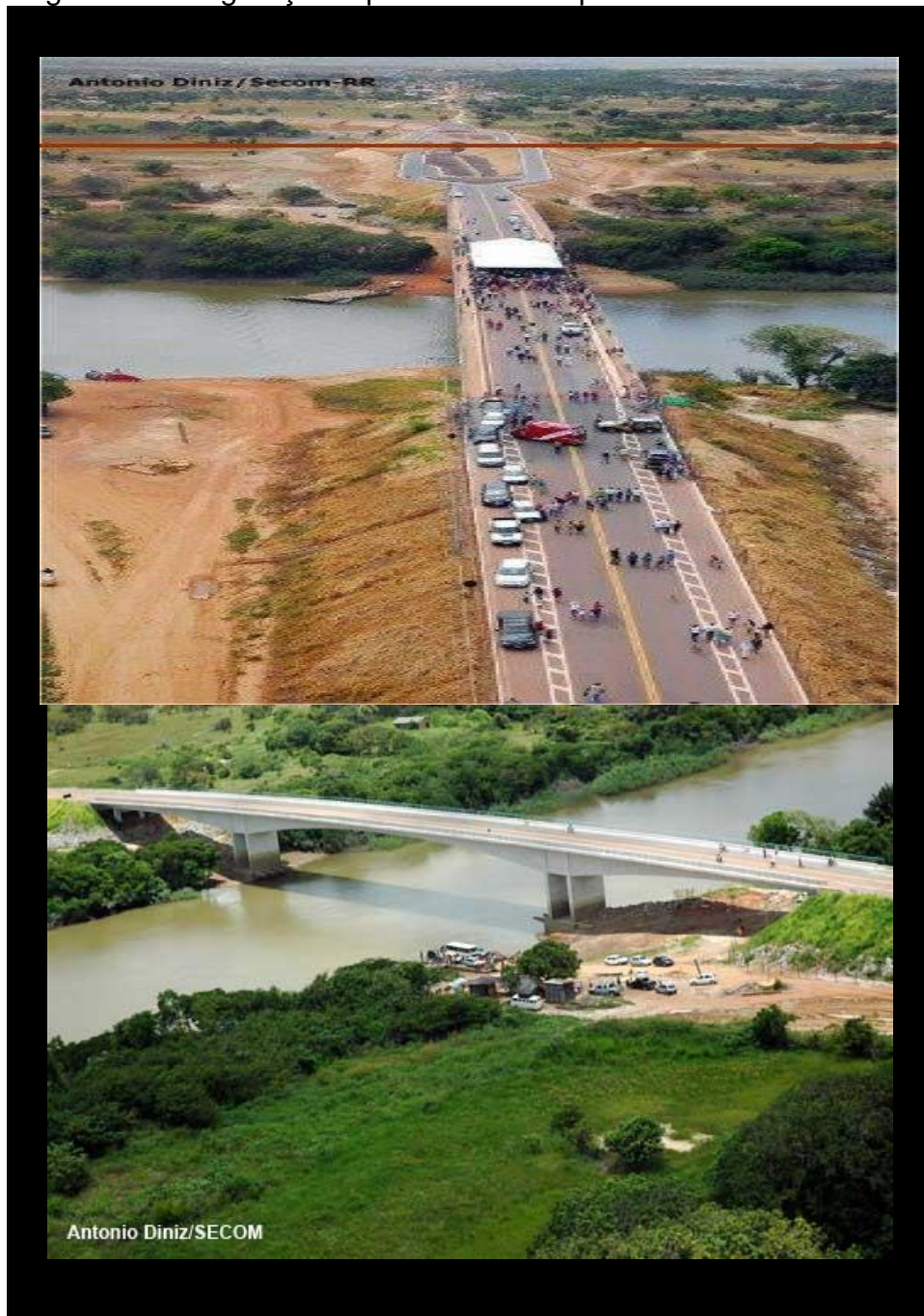
A partir dos anos 90 a Guiana passou a ter mais interesse em fortalecer relações diplomáticas com o Brasil, conseqüentemente, intensificando as relações comerciais, mantendo assim, uma aproximação com os vizinhos sul-americanos. Essa determinação, muito evidente durante os Governos de Cheddi Jagan (1992-1997) e Janet Jagan (1997-1999), se manteve no curso do mandato do atual Presidente, Bharrat Jagdeo, que, manifestando isso no seu discurso de posse, no sentido de manter e priorizar as relações com os países fronteiriços.

Portanto, as relações entre o Brasil e a Guiana poderão ganhar impulso, e foram estabelecidas e implantadas alternativas satisfatórias de transporte entre os dois países. Devido a grande precariedade das vias de transporte, o comércio bilateral era muito reduzido, evidentemente que isso mudou bastante, mas ainda há muito a se fazer.

As relações empresariais vem se consolidando e intensificando, e a circulação de pessoas e veículos aumentou muito nos últimos anos, fruto de muita articulação política, como aconteceu nos dias 13 e 14 de abril de 2001, quando foi realizado naquele período em Boa Vista, Roraima, o I Encontro Institucional Brasil-Guiana, com o intuito de encontrar alternativas para superar os principais obstáculos à integração entre os dois países.

A inauguração da ponte, conforme registro panorâmico constatado na Figura 9, é o marco histórico para o acesso terrestre aos portos da República Cooperativista da Guiana com maior rapidez e eficácia no transporte dos países.

Figura 9 - Inauguração e panorâmica da ponte sobre o rio Tacutu.



Fonte: Fotojornalista Antônio Diniz/2010.

Muitas propostas feitas no I Encontro Institucional Brasil/Guiana, como por exemplo a interconexão por via rodoviária com a Guiana é a rodovia Boa Vista-Georgetown, em parte já aconteceu, no caso da estrada para Georgetown está sendo pavimentada, mas é o trecho de responsabilidade do governo guianense, sendo uma prioridade daquele governo. O trecho brasileiro dessa via, a BR-401, localizada entre Boa Vista e Bonfim, na fronteira com a Guiana, está totalmente asfaltado.

O resultado final daquele evento foi o início em agosto de 2001, das obras de construção da ponte internacional sobre o Rio Tacutu, na fronteira entre o Brasil e a Guiana, ligando as cidades fronteiriças de Bonfim, em Roraima, e Lethem, em território guianense. Em 2009, foi oficialmente inaugurada.

### **3 POLÍTICAS FRONTEIRIÇAS DO ESTADO BRASILEIRO**

Na perspectiva de aproximar as fronteiras e facilitar o comércio nas chamadas cidades-gêmeas, foi assinado o Decreto nº 13.332 - E, de 10 de outubro de 2011, que criou o Núcleo Estadual para o Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira em Roraima, para funcionar sob a Coordenação da Casa Civil, tendo por Secretaria Executiva, a Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento. Através dele, o Governo de Roraima fica com a responsabilidade de mobilizar a sociedade civil, atendendo ao chamado do Governo Federal, para constituir Grupo de Trabalho com o propósito de debater importantes e decisivas questões atinentes ao desenvolvimento e integração da Faixa de Fronteira.

O objetivo maior é realmente a integração socioeconômica de Roraima à Venezuela e à Guiana, visando criar uma estratégia central do processo de construção nas duas fronteiras.

A esta proposta o Estado de Roraima vem se empenhando para fazer avançar essas relações internacionais e já contabiliza diversos encontros com os representantes daqueles países, com o objetivo de apresentar e discutir itens para compor agenda/acordo bilateral, sempre pautado na colaboração e no desenvolvimento.

O chamado desenvolvimento fronteiro e transfronteiro requerem o estabelecimento de estratégias e marcos regulatórios que evidenciem o firme compromisso com o fortalecimento e aprofundamento dos processos de integração, e cuja consolidação deve ser objetivo comum entre os estados vizinhos. É um grande desafio e requer atenção para cada peculiaridade regional ou local, ao buscar a compatibilização de interesses entre os países, que passam por diversos setores como: o desenvolvimento do comércio, turismo, meio ambiente, as áreas da saúde, educação e segurança, entre outras.

Outra questão importante gira em torno das estratégias para lidar com tamanha diversidade, prevendo o tratamento diferenciado para cada caso, e a construção de políticas públicas específicas com propostas que revelem o interesse comum de buscar o desenvolvimento socioeconômico.

O resultado desse encontro gerou propostas para o aperfeiçoamento e desenvolvimento no comércio da fronteira, algumas em pleno funcionamento. Algumas propostas obtiveram fracasso, entre elas podemos citar a efetivação da ALC de Bonfim, que objetivava a construção de galpões alfandegados em Bonfim, habilitação do regime fiscal de entreposto aduaneiro para a saída de mercadorias da ALC. Até a presente data essas ações não funcionaram e, o que seria uma ferramenta de promoção de desenvolvimento do município de Bonfim, toda a infraestrutura necessária ao seu funcionamento nem sequer foi construída.

Essas e outras propostas para impulsionar atividades comerciais na fronteira estão contempladas no Plano Plurianual (PPA) 2012 – 2015 (RORAIMA, 2005). Trata-se de um documento referencial das macro políticas públicas e das ações programáticas do Governo do Estado de Roraima de curto e médio prazos. Nele estão estabelecidos os fundamentos para que se possa promover o desenvolvimento sustentável, bem como, o caminho a ser seguido para transformar o cenário de hoje em um cenário desejável.

Ao analisar com cuidado o PPA, constata-se que a vertente do desenvolvimento fronteiriço está materializada em diversas concepções estratégicas que orientam o Plano, evidenciando o compromisso com o fortalecimento e aprofundamento dos processos de integração e desenvolvimento fronteiriço.

### **3.1 Políticas de Planejamento sobre Fronteira**

Ao longo das décadas, o Brasil tem tentando estabelecer políticas de desenvolvimento e proteção nessas áreas consideradas de risco por se tratar de faixas de fronteira. Para este fim, foram criados programas como o atual PDFF e os próprios PND's, criados no governo militar, embora se deva reconhecer que muitos desses planos e programas não cumpriram o seu papel.

Essas faixas contíguas dos países apresentam vantagens comparativas para provocar o fortalecimento regional com base em características políticas e propósitos comuns. O Brasil faz fronteira com quase todos os países da América do Sul (10 deles), o que reforça o caráter estratégico desta região para a competitividade do país e para a integração do continente.

No período do regime militar foram criados os Planos Nacional de Desenvolvimento (I, II, III PND), sendo o primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento foi criado pela Lei 5.727, promulgada em 4 de novembro de 1971, neste mesmo período foi criado também o programa Metas e Bases para a Ação de Governo (1970-1974), idealizado pelos ministros João Paulo dos Reis Velloso e Mário Henrique Simonsen, que tinha como meta um crescimento econômico de 8% a 9% ao ano, inflação anual abaixo de 20% e um aumento de US\$ 100 milhões nas reservas cambiais.

O principal objetivo do I PND era preparar a infraestrutura necessária para o desenvolvimento do Brasil nas décadas seguintes, com ênfase em setores como transportes e telecomunicações, além de prever investimentos em ciência e tecnologia e a expansão das indústrias naval, siderúrgica e petroquímica.

Para este Plano atingir seus objetivos, foi necessário uma articulação entre as empresas estatais, bancos oficiais e outras instituições públicas na elaboração de políticas setoriais. Assim, segundo economistas críticos do plano, como Roberto Campos, o período ficou marcado como o ponto alto da intervenção do Estado na economia brasileira. Fizeram parte dos planos grandes obras de infraestrutura, como a usina hidrelétrica de Itaipu, a Ponte Rio-Niterói e a rodovia Transamazônica que nunca foi concluída, mesmo depois de mais de três décadas.

O II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) 1975 – 1979 foi lançado no final de 1974 criado durante o governo do general Ernesto Geisel, tinha como finalidade estimular a produção de insumos básicos, bens de capital, alimentos e energia. O II PND foi uma resposta, ou tentativa de resposta à crise econômica decorrente do primeiro choque do petróleo, no fim do chamado "milagre econômico brasileiro", período de seis anos consecutivos com taxas de crescimento superiores a 10% ao ano (BRASI, 1975, p. 6)

Os ministros João Paulo dos Reis Velloso, Mário Henrique Simonsen e também o ministro Severo Gomes foram os principais arquitetos do plano, considerado extremamente ambicioso que tinha como meta enfrentar os problemas advindos do choque do petróleo e da crise internacional decorrente. Foi o último grande plano econômico do ciclo desenvolvimentista e provavelmente, o mais amplo programa de intervenção estatal na economia do país.

Esse Plano firmou-se politicamente graças ao capital financeiro nacional e às oligarquias tradicionais. Entretanto, apesar dos investimentos feitos, o II PND não obteve o êxito que pretendia e a dívida externa do Brasil aumentou consideravelmente no período de vigência do Plano.

O II PND propôs-se a realização de um ajuste estrutural na economia brasileira, enquanto os ajustes conjunturais se referem a medidas de regulação da economia ou de gestão da política econômica no curto prazo através da utilização instrumentos tais como taxa de câmbio, taxa básica de juros, regras para exportação e importação, tributação, entre outras o ajuste estrutural tem como objetivo reorganizar as bases da economia.

O grande problema nesse período era a crise do petróleo, visto que o Brasil era altamente dependente do petróleo, principal componente da sua matriz energética, e o agravante da crise é que o consumo vinha crescendo a taxas altíssimas, e é preciso considerar que cerca de 80% do petróleo consumido provinha de importações.

A proposta do II PND era a redução da dependência do petróleo árabe, a proposta era óbvia, o problema era como fazer acontecer, o que se pretendia então era investir na pesquisa, prospecção, exploração e refinamento de petróleo dentro do Brasil, e o investimento em fontes alternativas de energia, como o álcool e a energia nuclear. Por outro lado, o Plano buscou dominar todo o ciclo produtivo industrial ao investir pesadamente na produção de insumos básicos e bens de capital.

Para conseguir êxito, o II PND dependia de grande volume de recursos e de financiamento de longo prazo. Grande parte destes financiamentos foi conseguida com os petrodólares. Outra parte veio das linhas públicas de crédito, oferecidas pelo BNDES. O Plano conseguiu êxito parcial, uma vez que, pela primeira vez na história, o Brasil conseguiu dominar todo o ciclo produtivo industrial. Contudo essa industrialização ocorreu a um preço alto, que fez a dívida externa explodir, o que acabou resultando na moratória, no final de 1982. Ainda hoje, mais de trinta anos, o Brasil enfrenta dificuldades nesse campo.

O III Plano Nacional de Desenvolvimento 1980 -1985 foi elaborado durante a crise econômica no Governo do Presidente João Batista Figueiredo em 1979. Seu

autor foi o Ministro Delfim Neto, que esboçava neste Plano alguns setores prioritários para a economia brasileira, que eram a agricultura e o desenvolvimento de novas fontes de energia.

Com o objetivo de integrar regionalmente a América do Sul, foi criado o programa Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA). É um programa conjunto dos governos dos 12 países da América do Sul que visa a promoção da integração sul-americana através da integração física desses países, com a modernização da infraestrutura de transporte, energia e telecomunicações, mediante ações conjuntas. Pretende-se, assim, estimular a integração política, econômica, sociocultural da América do Sul.

Ele surgiu de uma proposta apresentada em agosto de 2000 em Brasília, durante a Reunião de Presidentes da América do Sul, onde foi discutido a idéia de coordenar o planejamento para a construção de infraestrutura dos diferentes países do continente sul-americano, de acordo com o Ministério do Planejamento do Brasil, esta iniciativa surgiu a partir de uma proposta brasileira, baseada na experiência de planejamento e em estudos desenvolvidos com foco na integração da infraestrutura logística do país, financiados pelo BNDES.

A IIRSA desde que foi criada é mantida pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), pela Corporação Andina de Fomento (CAF), o Fundo Financeiro para Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA). Além destas agências, a IIRSA também recebe financiamentos oriundos do banco governamental brasileiro Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Apresenta-se como uma iniciativa multinacional, multissetorial e multidisciplinar que contempla mecanismos de coordenação entre governos, instituições financeiras multilaterais e o setor privado.

Devido a grande necessidade da integração da infraestrutura física da América do Sul, os seus objetivos são embasados no reconhecimento de que não basta a redução ou o fim das barreiras aduaneiras regionais para integrar um continente ou região, mas é necessário planejar a construção dos meios físicos (infraestrutura) que permitam o desenvolvimento da livre circulação de produtos, serviços e pessoas.



Portanto, a IIRSA tem o objetivo declarado de promover o desenvolvimento com qualidade ambiental e social, a competitividade e a sustentabilidade da economia dos países sul-americanos, favorecendo a integração da infraestrutura, não apenas da infraestrutura de transportes (rodoviária, portuária, aeroportuária, hidroviária), ou energia (oleodutos, gasodutos, redes de energia elétrica), ou comunicações (telecomunicações, de estações terrestres de recepção e transmissão de micro-ondas, backbones ou redes de cabos ou fibra ótica e satélites), mas também a integração da logística regional, integrando os mercados de serviços de logística (transportes, fretes, seguros, armazenamento e processamento de licenças).

O Projeto Calha Norte é a faixa de fronteira no extremo norte do Brasil. Com quase seis mil quilômetros de extensão e 150 km de largura, corresponde a 14% do território nacional, abrigando apenas 1% da população brasileira. É uma região que necessita da presença governamental e atenção especial para com seus habitantes. Esta região faz fronteira com Colômbia, Venezuela, Guiana e Suriname. Os centros urbanos brasileiros mais próximos são Manaus (AM), Boa Vista (RR) e Macapá (AP). Ao sul, há a calha do Rio Solimões/Amazonas, um obstáculo natural que dificulta o acesso terrestre.

Mais ao norte existe uma grande extensão territorial quase que desocupada, que facilita a prática de atividades ilegais como o tráfico de drogas e contrabando. O programa Calha Norte vai além da vigilância da região. Com o objetivo de promover a integração nacional, ele desenvolve trabalhos de saneamento básico, educação, saúde, energia, transporte e defesa, melhorando a qualidade de vida das comunidades mais carentes deste pedaço estratégico do país (BRASIL, 2003).

Esse Projeto é formado por 14 bases avançadas do Exército, com apoio da Aeronáutica e da Marinha, o Calha Norte abrange 70 municípios brasileiros, 38 dos quais ao longo dos 5.993 km da faixa de fronteira (mais de 1/3 das fronteiras terrestres do país), nos estados do Amazonas, Roraima, Pará e Amapá”, explica o coronel Claudimar. Sua área de atuação corresponde 14% do território nacional, praticamente inexplorado, esparsamente demarcado, fracamente povoado e praticamente sem vigilância terrestre, onde habitam cerca de 2.300.000 pessoas (apenas 1,2% da população brasileira), incluindo 25% da população indígena do

país. Além das 14 bases avançadas, existem quatro Comandos de Fronteira, reunindo aproximadamente 1000 homens cada, com armamento padrão e moderno do Exército Brasileiro e dois veículos de guerra, um Cascavel e um Urutu, em Boa Vista.

As bases avançadas são constituídas pelos Pelotões Especiais de Fronteira, cujo lema é Vida, Combate e Trabalho. Um pelotão comum reúne 35 homens, mas estes, por serem especiais, reúnem 65 a 70, armados com metralhadoras e fuzis FAL 7.62 mais metralhadoras de mão e pistolas 9mm.

Fazem a pé o patrulhamento intensivo e ostensivo da floresta inóspita ou a bordo de embarcações rápidas, de alumínio, pelos inúmeros rios das regiões. A maioria dos soldados dos Comandos e dos Pelotões são índios pertencentes às etnias locais, acostumados às dificuldades da floresta, se adaptaram e incorporaram ao armamento militar seus armamentos rústicos, porém leves, como a zarabatana, cujo dardo pode atingir um alvo a 200 metros, e o arco e a flecha. Uma flecha disparada num homem a 10 metros de distância pode transpor seu corpo.

Esse Projeto tinha inicialmente a proposta de aumentar a presença brasileira na área, com o fortalecimento das estruturas governamentais de oferta de serviços, de modo a criar estímulos para o desenvolvimento sustentável da região; ampliar as relações entre os países limítrofes, particularmente com o apoio de rede consular, visando ao fortalecimento dos mecanismos de cooperação, dos fatores de produção e das trocas comerciais; fortalecer a infraestrutura de energia e telecomunicações, insumos básicos para o desenvolvimento da região.

Buscava também expandir a infraestrutura viária, no sentido de complementar a vocação natural na Amazônia, que tem no transporte fluvial o mais importante fator de integração regional; fortalecer a ação dos órgãos governamentais de Justiça, Polícia Federal, Receita Federal e Previdência Social na região, como fatores de inibição da prática de ilícitos, decorrentes da insuficiente presença do Estado; intensificar as atividades visando à perfeita demarcação da fronteira, comportando inspeção, restaurações de marcos danificados e assentamento de novos outros e promover a assistência e proteção às populações indígenas, delimitando e demarcando suas terras e estimulando o seu desenvolvimento.

Em 2001, segundo depoimento do Senador Mozarildo Cavalcante, as verbas para o Programa Calha Norte foram sistematicamente cortadas e praticamente se extinguíram em 1999. Em plenário, o senador relata que o Projeto abrange 69 municípios, dos quais 38 na fronteira e corresponde a 14% da superfície total do Brasil, mas tem recebido poucas verbas desde 1986, o que comprometeu, a partir daquele período, o andamento do Projeto.

Em 1986 teria recebido pouco mais de 14 milhões de reais, atingindo em 1987 a 47,31 milhões; mas, afirma, a partir de 1991 os números foram diminuindo, chegando a pouco mais de 4 milhões posteriormente. Outras fontes convergem na mesma direção. Segundo Antônia Márcia Vale, seria necessária uma emenda da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional do Senado para que o Programa recebesse R\$ 1,2 milhão, o que representa apenas 2,5% do recebido em 1989. O Plano Plurianual 2000-2003, diz a fonte, destinou perto de R\$ 4 milhões. A falta de recursos foi também assunto constante dos oradores no Seminário do Projeto em Boa Vista, em julho de 2001, o que leva ao raciocínio de que não se trata de prioridade dos últimos governos brasileiros (SANTOS, 2004).

De acordo com Becker, o objetivo do Projeto Calha Norte (1998, p.82): “[...] é garantir a presença estratégica e a movimentação tática das forças armadas no controle sócio-econômico-militar da região, apaziguar conflitos e acelerar a produção hidrelétrica”. Alguns dos conflitos que se pretende apaziguar com o Projeto Calha Norte, ainda segundo a mesma autora: o contrabando de ouro, convulsões políticas nos países vizinhos e América Central, conflitos entre garimpeiros, índios e empresas e influência das missões religiosas, portanto, esse Projeto, teoricamente teria uma importância fundamentalmente estratégica na proteção e no desenvolvimento da região ao qual ele se destina, porém, ao longo dos anos, os recursos têm sido minguados, e muito deixou de se fazer para atender os objetivos iniciais do projeto.

A afirmação de Silva (2007) demonstra as funções e preocupações que esse projeto representa para o Estado brasileiro, porque significa uma maior participação dos Estados envolvidos e protege a soberania nacional nessas áreas.

Para uma maior presença do Estado e, sobretudo dos militares, nos pontos chaves para a soberania e defesa brasileira, a abrangência do Calha Norte foi expandida. Quando foi concebido durante o Governo Sarney em 1985, o Projeto possuía uma área de abrangência que continha 74 municípios, a maioria situada na faixa de fronteira, na faixa ribeirinha (a calha dos rios Solimões/Amazonas) e na faixa interior (denominada de hinterlândia e localizada entre as duas primeiras faixas) (SILVA, 2007: 68).

O Projeto Calha Norte é resultado da forte influência da doutrina da segurança nacional. Seu nome oficial já destaca a preocupação com o binômio perpassa atualmente tanto a Política de Defesa Nacional quanto a Estratégia Nacional de Defesa: *segurança e desenvolvimento* (CASTRO, 2006), suas necessidades principais são destacadas por Diniz (1994), esse autor destaca quatro as razões de criação desse projeto, são elas: a primeira – o incremento das relações bilaterais; o segundo - o aumento da presença militar na região; o terceiro – a intensificação das campanhas de recuperação dos marcos limítrofes e finalmente o quarto a definição de uma política indigenista apropriada à região.

### **3.2 Políticas Diretas para Fronteiras**

Inicialmente, é importante entender o contexto e evolução da economia e a sociedade deste Estado a partir dos anos 30 e da criação do Território do Rio Branco. Nesse período a economia se baseava nas atividades de pecuária extensiva, o garimpo e o extrativismo vegetal e animal. Em 1943, foi criado o Território Federal do Rio Branco, que modificou esse contexto socioeconômico, criando uma infraestrutura administrativa que proporcionou o crescimento da população urbana e a implantação de algumas colônias de assentamento, oportunizando a dinamização no comércio e serviços.

Em 1946, esse território foi contemplado com uma representação política nacional, abrindo espaço para lideranças que passaram a disputar o poder, e que deu origem aos grupos políticos que ainda hoje estão à frente dos destinos do Estado de Roraima, e isso se materializou através dos poucos cargos públicos naquele período. Portanto, a geopolítica do regime militar, a partir de 1970, com a aplicação do PIN, dos PND, do POLAMAZÔNIA e outros projetos, transformou inteiramente a vida econômica, social e política local.

O cenário político internacional e a ideologia do governo brasileiro de então levaram Roraima, situada no extremo norte, uma cunha encravada em dois países com problemas de guerrilha e instabilidade política, a participar de uma ação geopolítica, ainda antes do movimento de integração e desenvolvimento nacionais. Em 1967, como posto por Silva Jr. (1994, p. 283-284), um batalhão militar assume e dá continuidade acelerada à abertura da rodovia Manaus-Boa Vista-Venezuela, a BR 174, além da formação de uma infraestrutura física e administrativa, sediada quase toda em Boa Vista. Assim, embora só em 1970 haja maior visibilidade da ação do governo com relação à Amazônia, quando se inicia a construção da rodovia Transamazônica e se institui o Programa de Integração Nacional (PIN), Roraima já tinha iniciado sua participação forçada nos acontecimentos políticos nacionais. Melhor sincronia haveria a partir da metade da década de 1970, tempo do II Plano Nacional de Desenvolvimento e do Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA), quando são anunciadas descobertas de minérios e quando ocorrem o início da migração espontânea e a colonização junto aos eixos das rodovias BR 174 e BR 210. A primeira mais estratégica e a segunda oficialmente de integração, ambas marcariam o espaço e a vida roraimenses daí em diante (SANTOS 2004, p. 17).

É neste cenário que se construíram rodovias que ligaram o território a Manaus, à Venezuela e à Guiana, gerando a atual situação a qual se encontra a capital Boa Vista, um centro urbano administrativo.

Na perspectiva e racionalidade do regime militar, as definições político-administrativas eram verticais, mas houve o patrocínio de estudos para formação técnica e universitária de muitos roraimenses. Foram feitos convênios com a Universidade Federal do Amazonas (UFAM), com a Universidade Federal do Pará (UFPA), com a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e com a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), oferecendo capacitação e preparo de futuras lideranças locais e, principalmente, para professores.

Considerando que os 15 municípios de Roraima têm problemas profundos e graves com relação à falta de recurso, gerando a dependência do Estado perante a União, com a predominância de pactos políticos que se estabelecem entre prefeitos e os grupos dominantes, cada pacto implica na mediação para a aprovação e a liberação de recursos.

Na contramão das profundas mudanças ocorridas com relação aos municípios brasileiros nas últimas décadas, em Roraima, os municípios dependem quase inteiramente de recursos externos, o que os fragiliza e, decerto modo,

aproxima da situação analisada por Leal (1975), que relaciona o voto com favores políticos.

Essa análise determina que existe uma relação de força e fraqueza municipal, que se estabelece em função do poder de monitoramento e controle do voto, bem como de troca valores num estado com o menor eleitorado do país.

É nesse contexto que se apresenta uma economia roraimense que inclui atividades extrativas, uma pecuária extensiva e uma agricultura familiar em crise, como mostra a sensível diminuição de sua população rural ao longo dos anos. Sendo que as áreas que se situavam no norte do estado, composta principalmente por áreas indígenas, apresentaram dados mais desfavoráveis.

Mais da metade desses municípios nasceram de antigas colônias agrícolas e assentamentos, junto às rodovias BR 174 que liga Manaus/Boa Vista/ Venezuela e a BR 210 que liga Boa Vista à cidade de Lethem na Guiana. E, conforme o mapa na Figura 10, oito têm fronteira com a Venezuela ou Guiana, sediando campos de pouso e quartéis e compondo o espaço abrangido pelo Calha Norte. Pacaraima e Bonfim têm sua sede junto aos países e outros centros urbanos vizinhos, portas de entrada e saída das BR 174 e 401, respectivamente.

Figura 10- Mapa dos Municípios do Estado de Roraima.



Fonte: IBGE (2000)

Ainda no período de 1960/70 ocorre um surto madeireiro tal como ocorreria também no fim da década de 1970. Conforme o IBGE, a abertura de rodovias pelo governo federal e territorial nos anos de 1970, deu origem a vários pequenos centros urbanos, enquanto isolou algumas das antigas vilas, como São Luiz do Anauá e a Santa Maria do Boiaçu, com difícil acesso.

Atualmente, os planos direcionados para a ocupação, desenvolvimento econômico e regulamentação nas áreas de fronteira são geridos pelo Ministério da Integração Nacional, que, por sua vez, estabelecesse parcerias com organizações públicas e privadas com o fito de consolidar as informações existentes sobre a Faixa de Fronteira e produzir as que forem necessárias.

Atuando em conjunto com o Ministério das Relações Exteriores, o MIN tem buscado avanços e gerando ações transnacionais e de cidadania para beneficiar a

população fronteiriça. Isso visa possibilitar a realização de ações que levem em conta sua missão institucional de integração nacional e desenvolvimento regional, num esforço de desenvolvimento articulado com os países da América do Sul.

Para tanto, foram criados o Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF), o Plano Nacional de Desenvolvimento I, II e III, o Plano de Desenvolvimento da Amazônia (PDA), e outros programas, com vistas a implementar estratégias mediante o estabelecimento de parcerias e a busca pela transversalidade institucional para a integração de ações convergentes.

O PDFF é um exemplo dessa filosofia, pois visa agregar contribuições específicas à estruturação da Faixa de Fronteira, contemplando ações de planejamento estratégico, de apoio a atividades econômicas, de infraestrutura urbana e de melhorias sociais na região (BRASIL, 2009).

Sua proposta insere-se no debate de uma legislação mais abrangente e flexível tomando por base as experiências de acordos bilaterais bem-sucedidas, que podem ser adaptadas e ampliadas para os demais programas, estimulando a intensificação dos laços entre o Brasil e os países limítrofes ao longo de toda a Faixa de Fronteira.

O PDFF criado para superar alguns desafios estratégicos para criar uma mudança de mentalidade no tocante às fronteiras, que não podem mais ser entendidas exclusivamente como uma agenda negativa, ou regiões concentradoras e propícias à prática de delitos diversos, marcadamente o narcotráfico, a prostituição, a violência e abusos diversos aos direitos humanos, e sim como uma região com a singularidade de catalisar processos de desenvolvimento sub-regional e de integração regional.

As chamadas faixas contíguas dos países apresentam vantagens comparativas para provocar o fortalecimento regional com base em características políticas e propósitos comuns. O Brasil faz fronteira com quase todos os países da América do Sul (10 deles), o que reforça o caráter estratégico desta região para a competitividade do país e para a integração do continente (BRASIL, 2009).

O objetivo principal desse Programa é promover o desenvolvimento da Faixa de Fronteira por meio de sua estruturação física, social e produtiva, com ênfase na ativação das potencialidades locais e na articulação com outros países da América



do Sul. Com esse propósito, busca implementar iniciativas que respeitam a diversidade da região e sigam as diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

Pela própria característica do Programa, aliada às diretrizes da PNDR, o Governo Federal defende a estruturação de Arranjos Produtivos Locais (APL's) como uma importante estratégia de desenvolvimento regional que envolve, necessariamente, a infraestrutura econômica, social e produtiva, a base institucional, além da organização e da coesão das sociedades locais.

De acordo com o Ministério da Integração Nacional (BRASIL, 2009), o PNDR está voltado para o enfrentamento das questões observadas nas regiões menos desenvolvidas do país ou que apresentem problemas de dinamismo, revertendo o tradicional caráter assistencialista das ações empreendidas nas últimas décadas, uma vez que potencializa a geração de trabalho e renda a partir da cooperação, da articulação e da inovação de um conjunto de empresas de base local.

No atual contexto econômico ocorreu a abertura dos mercados mundiais e a consequente globalização, o que tem suscitado um aumento das desigualdades sociais e regionais, principalmente, em países menos desenvolvidos, em função da maior vulnerabilidade a que estão expostas suas economias, comparativamente menos competitivas.

As populações mais pobres são desproporcionalmente afetadas, uma vez que tem piores condições para responder aos novos desafios associados a padrões competitivos que exigem alto grau de qualificação, condições sociais e institucionais adequadas, bem como oportunidades de inserção econômica.

O crescimento de tensão e exclusão social resultante configura-se como empecilho ao desenvolvimento econômico sustentável da nação, uma vez que impulsiona a violência, o que pode prejudicar, e em muitos casos destruir, a formação de capital social e físico, como também o fluxo de investimentos interno e externo. Isso é fato na Europa, na Venezuela e outros lugares da comunidade mundial.

Para dar conta dessas tensões no espaço das fronteiras, o Governo Federal criou O programa Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON), conjunto de políticas e projetos que têm por finalidade melhorar a

percepção de segurança pública junto à sociedade e garantir a presença permanente das instituições policiais e de fiscalização na região de fronteira do Brasil, otimizando a prevenção e a repressão aos crimes transfronteiriços, por meio de ações integradas de diversos órgãos federais, estaduais e municipais.

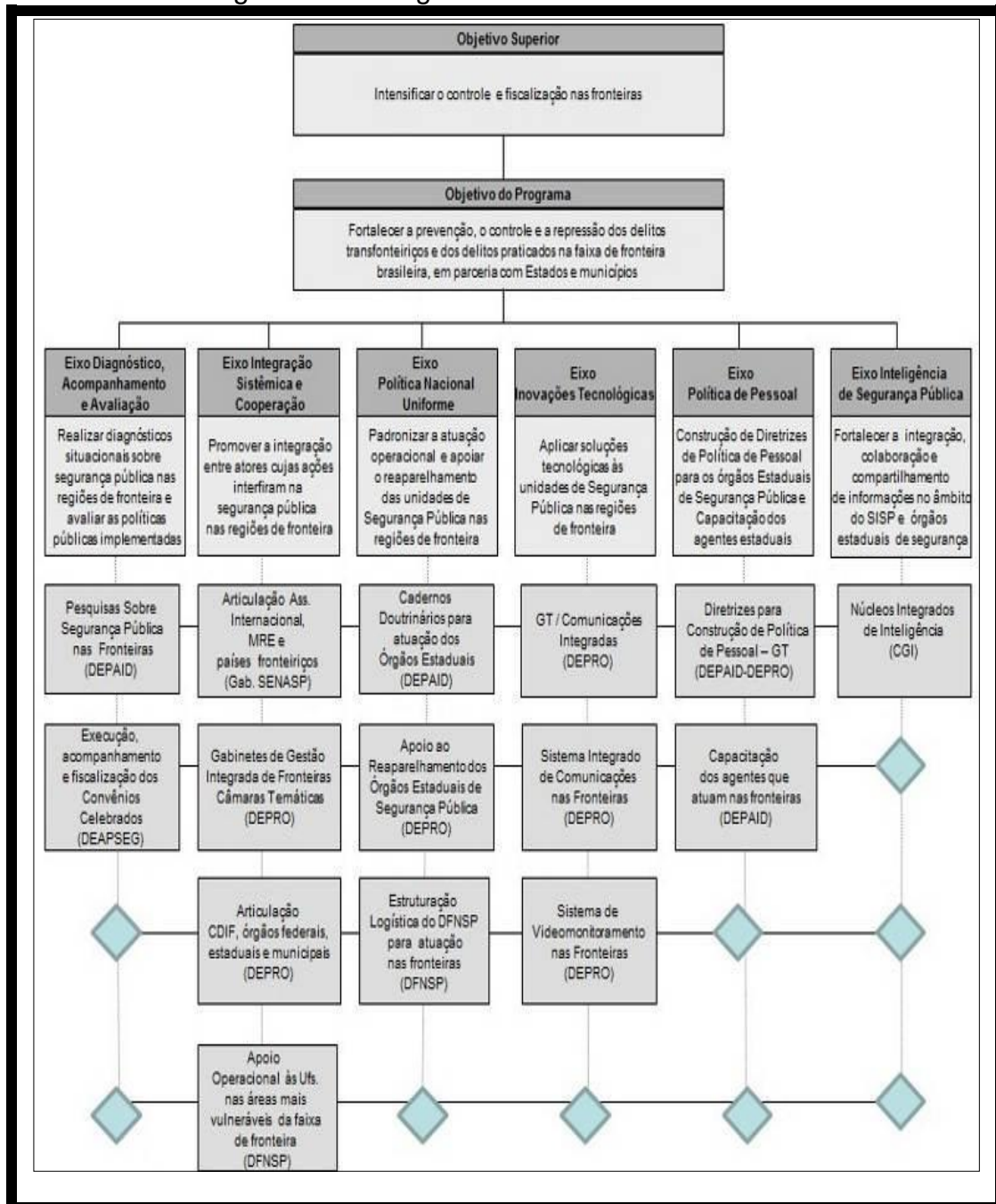
Tem, ainda, como objetivos, a promoção da articulação dos atores governamentais das três esferas de governo, no sentido de incentivar e fomentar políticas públicas de segurança, a uniformização dos entendimentos e ações, a otimização do investimento de recursos públicos nas regiões de fronteira e o enfrentamento dos ilícitos penais típicos das regiões de fronteira.

Destaca-se, também, o seu propósito de promover um bloqueio e a desarticulação das atividades de financiamento, planejamento, distribuição e logística do crime organizado e dos crimes transnacionais, cujos efeitos atingem os grandes centros urbanos e a sociedade brasileira com um todo.

A ideia é combater a corrupção e a lavagem de dinheiro, tráfico de drogas, de pessoas e o contrabando nas fronteiras brasileiras. Para aperfeiçoar suas ações, realiza encontros periódicos, nos quais o conjunto de órgãos participantes da ENAFRON se reúnem para avaliar as ações realizadas no período anterior e definirem as metas para o próximo período, buscando conjugar esforços, a fim de otimizar recursos públicos, difundir informações e aprofundar a integração operacional.

Esse programa está baseado em seis eixos, cada um contendo uma série de projetos a serem elaborados e executados pelos estados e municípios em parceria com os órgãos de segurança pública. O primeiro eixo trata dos diagnósticos e avaliações; o segundo eixo trata da integração e cooperação; o terceiro eixo busca manter uma política uniforme; o quarto eixo se refere às inovações tecnológicas e sua aplicação; o quinto aborda a política de pessoal; o sexto e último eixo é o de inteligência e segurança pública.

Figura 11: Fluxograma de funcionamento do ENAFRON



Fonte: Brasil (2012).

Segundo Centenaro (2014), a ENAFRON utiliza ainda dados do Programa de Promoção do Desenvolvimento da faixa de fronteira, para entender como o baixo nível de desenvolvimento das regiões se relaciona aos problemas enfrentados na região de fronteira. E ainda argumenta que grande parte dos problemas que ali acontecem são decorrentes do esgarçamento do tecido social, na incapacidade de

boa parte da população residente de exercer uma soberania plena sucumbindo então as facilidades do crime.

Apesar da preocupação com segurança em áreas de fronteiriças, essa ação estratégica apresentou várias vulnerabilidades em 2012, não alterando o quadro de conflitos já existente nas regiões de fronteira. Neste sentido, destacam-se o tráfico ilícito de entorpecentes, o tráfico internacional de armas de fogo, munições e explosivos, o contrabando, pirataria e descaminho, a evasão de divisas, a exportação ilegal de veículos, a imigração ilegal de estrangeiros pela fronteira seca do Brasil e tráfico de pessoas, crimes ambientais e desmatamentos ilegais nos estados amazônicos fronteiriços.

Vale frisar que as ações são feitas em conjunto com os países vizinhos, promovendo parcerias, e deixando claro que os problemas nas fronteiras precisam ser trabalhados pelos dois lados. Essas parcerias são fundamentais para o sucesso dessas ações como podemos inferir com o pensamento abaixo:

Uma vez que os problemas e as novas ameaças são agora compartilhadas, da mesma forma devem ser as soluções tratadas na defesa e segurança sul-americana, uma vez que tal como o afrouxamento dos controles fronteiriços estreitou os laços entre as nações sul-americanas, também permitiu uma maior circulação de pessoas ligadas a atividades ilícitas como crimes ambientais, tráfico de drogas e contrabando. (CARVALHO; VITTE; SENHORAS, 2006, p. 6)

A ENAFRON destaca que a prática de contrabando é comum e intensa em toda a região fronteiriça, a maior concentração de ingresso dos produtos se dá no Paraguai (Foz do Iguaçu, Guairá e Ponta-Porã), Bolívia (Corumbá e Cáceres), Argentina (Foz do Iguaçu, São Borja, Itaqui e Uruguai) e Uruguai (Santana do Livramento e Bagé). Sendo que a fronteira entre Roraima com a Guiana não é diferente.

Além dos órgãos que o compõem, o programa atua em conjunto com as Secretarias Estaduais de cada ente federativo pertencente à faixa de fronteira, que funcionam como interlocutores das ações desenvolvidas nas regiões de fronteira. Como já vimos, as fronteiras brasileiras são extensas e exige pessoal e equipamento para combater permanentemente todas as situações ilegais destas faixas.

Alguns problemas das faixas de fronteira exigem um cuidado e uma vigilância maior como o tráfico de mulheres, a exploração sexual de menores, o tráfico de drogas, o contrabando de mercadoria, o roubo de veículos que busca caminhos alternativos para entrar no país vizinho, o comércio-formiga ilegal.

No que diz respeito a execução do Programa, a carência de pessoal e de infraestrutura compromete a fiscalização nas áreas de fronteira. Por esse motivo, a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) criou convênios com o Ministério da Justiça e os governos de estados fronteiriços para o investimento de R\$ 150 milhões visando o aparelhamento dos órgãos estaduais de segurança pública para atuar em toda a faixa de fronteira (BRASIL, 2012).

Apesar do apoio das Forças Armadas ser fundamental para combater os infratores que atuam em toda área de fronteira, no caso brasileiro isso ainda não funciona plenamente. Pode-se usar como exemplo o que acontece nas duas fronteiras de Roraima, onde ocorrem constantes contrabandos e descaminhos, e a fiscalização não consegue coibir como deveria alegando questões como falta recurso, de infraestrutura e de pessoal.

Segundo Silva (2007), o governo brasileiro implantou em setembro de 1990 o Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM), concluído somente em 2006. Foi criado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência da República, conjuntamente com o Ministério da Justiça e, também, com o Ministério da Aeronáutica. Essa iniciativa demonstrou, de certa maneira, a preocupação com a integridade do território Nacional, mas não ficou isento das críticas pelo volume de recursos gastos e pela demora da conclusão.

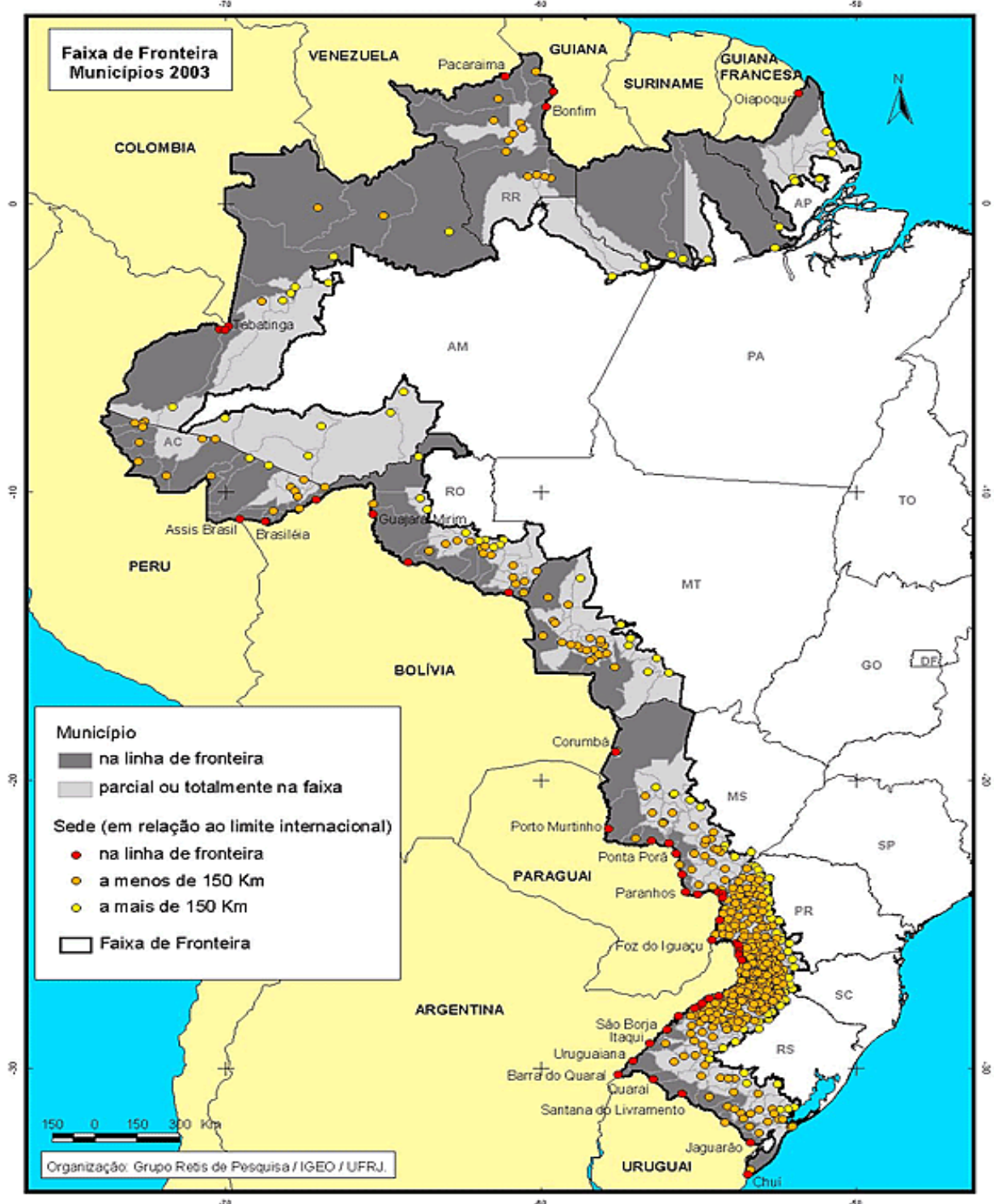
Outra ação estratégica criada para a vigilância na Amazônia foi o Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM), que é uma organização sistêmica de produção e veiculação de informações técnicas, formado por uma complexa base tecnológica e uma rede institucional, encarregado de integrar e gerar informações atualizadas para articulação e planejamento e a coordenação de ações globais de governo na Amazônia Legal, visando à proteção, a inclusão e o desenvolvimento sustentável da região.

O SIPAM é vinculado ao Ministério da Defesa e gerenciado pelo Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM). O

Sistema gera produtos e serviços de interesse estratégico das instituições governamentais e das comunidades amazônicas, usando como base os documentos produzidos nos Centros Regionais de Belém, Manaus e Porto Velho. Os dados são avaliados, tratados, difundidos e integrados, transformando-se em informações seguras capazes de ampliar enormemente o conhecimento e orientar as políticas públicas para a região.

Essas ações estratégicas de segurança, SIVAM, SIPAM, ENAFRON entre outros, buscam uma maior intensificação nas áreas de fronteira e na Amazônia brasileira para combater todo tipo de crime e agressão contra o Território Nacional. Podemos identificar a distribuição geográfica na figura 12, que destaca as cidades da faixa de fronteira do Brasil.

Figura 12: Municípios brasileiros nas áreas de fronteira.



Fonte: BRASIL (2003).

### 3.3 As Cidades-gêmeas e sua Importância

As cidades-gêmeas são singulares, construídas em cada lado da fronteira, caracterizando uma mistura ou hibridez nas fronteiras, geralmente são marcas pela presença de aduaneiras, posto militar do exército, ou guarda nacional, posto de fiscalização e por intensas ações diplomáticas. Fazem parte dos chamados arcos de fronteira, pertencendo, portanto a recortes espaciais, partindo então, de macroescala (arcos fronteiriços), passando, por uma mesoescala (sub-regiões), até chegar à microescala, que são as cidades-gêmeas.

A partir de 1986, no final da ditadura militar e o conseqüente fim da era nacional desenvolvimentista, o quadro dessas cidades nas fronteiras da Amazônia Brasileira se apresentava da seguinte maneira:

- a Guiana Francesa, com 730,4km de extensão fronteiriça, possuía o ponto de comunicação física através da cidade gêmea Oiapoque no Amapá e Saint George na Guiana Francesa;

- na fronteira com o Suriname, com 593 km, não possuía qualquer ponto de segmento fronteiriço urbano;

- na República Cooperativista da Guiana, com 1605,8 km, possuía a cidade gêmea Bonfim em Roraima - Brasil e Lethem na Guiana;

- na fronteira com a Venezuela, totalizando 2199 km, possuía a cidade gêmea Pacaraima em Roraima - Brasil e Santa Elena do Uiarén em Bolívar – Venezuela;

- junto à Colômbia, com 1644,2 km de extensão fronteiriça, possuía havia a tríplce fronteira na extremidade sul de seu território: Letícia na Colômbia e Tabatinga no Amazonas;

- na fronteira com o Peru, com 2995,3 km, possuía o segmento urbano Inapari (PER) e as cidades de Assis e Brasiléia no Acre;

- e por fim, com a Bolívia, com 3423,2 km de fronteiras, dentre os quais mais da metade encontra-se ainda dentro da bacia amazônica, possuía nessa região Guajará-mirim em Rondônia e Guayaramerín na Bolívia.

Todas essas cidades eram dotadas de dimensões pequenas, com uma população que raramente ultrapassava a marca de 10.000 pessoas. Esse quadro revelava uma profunda desigualdade em relação à realidade das fronteiras do sul do



país, o que não mudou muito se considerarmos o caso da cidade de Bonfim, com pouco mais de 11.500 habitantes de acordo com o último censo do IBGE, sendo que menos da metade moram na sede do município.

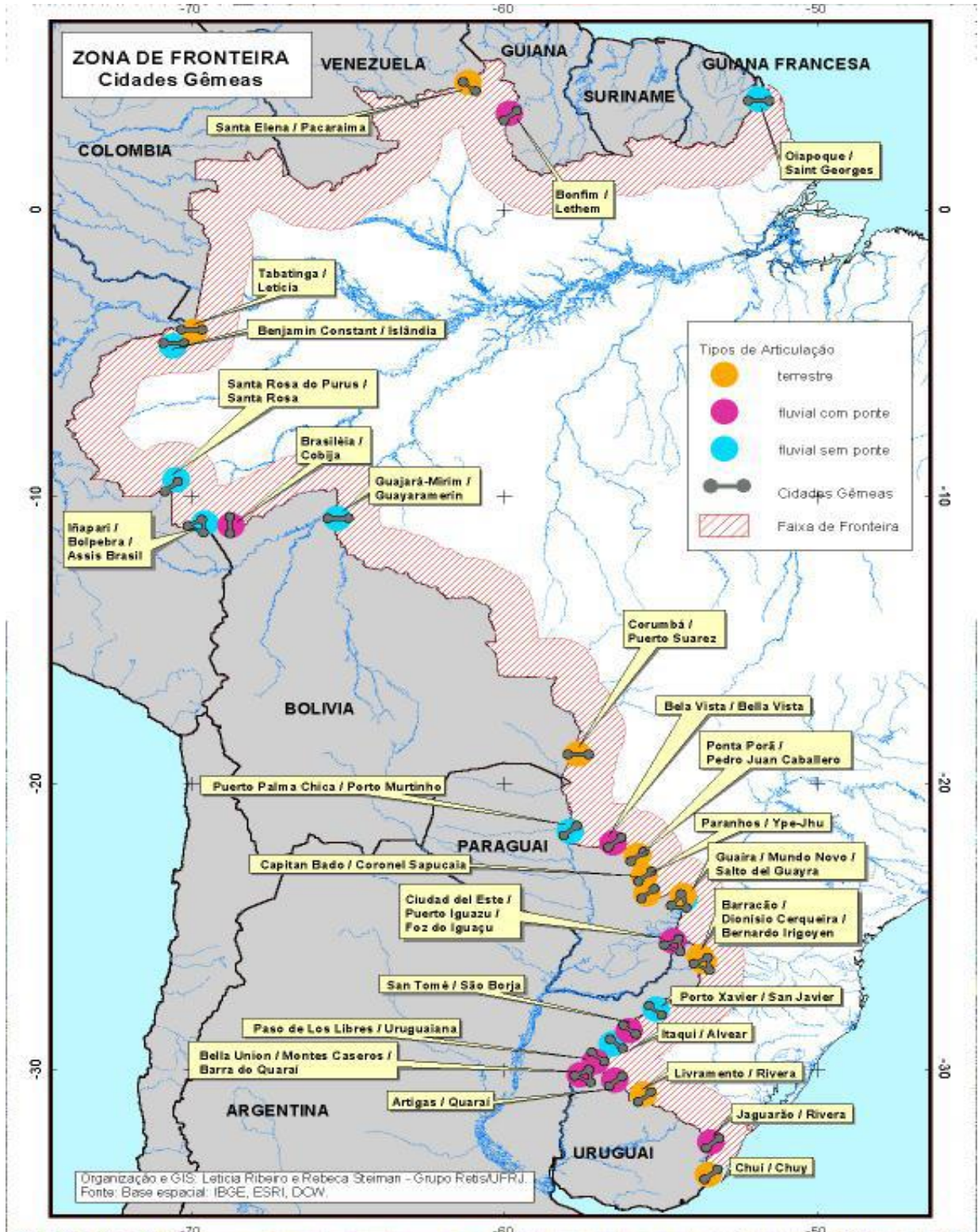
Além disso, as cidades-gêmeas do sul do país possuem um maior número de segmentos fronteiriços urbanos e, são, em geral mais populosos, são abastecidos de maior infraestrutura e estão mais próximos dos centros de poder político e econômico do país. Mas é importante destacar a posição dessas cidades em suas estruturas geoestratégicas.

A importância das zonas de fronteiras é muito evidenciada nas estratégias do Ministério da Integração Nacional, em razão das peculiaridades existentes em cada lado da linha, assim como pelos fluxos e interações, entre as cidades-gêmeas, estabelecendo-se:

[...] um espaço de interação, uma paisagem específica, com espaço social transitivo, composto por diferenças oriundas da presença do limite internacional, e por fluxos e interações transfronteiriças, cuja territorialização mais evoluída é a das cidades-gêmeas. Produto de processos e interações econômicas, culturais e políticas, tanto espontâneas como promovidas, a zona de fronteira é o espaço-teste de políticas públicas de integração e cooperação, espaço-exemplo das diferenças de expectativas e transações do local e do internacional, e espaço-limite do desejo de homogeneizar a geografia dos Estados nacionais (BRASIL, 2005, p. 21).

O Brasil possui ao longo de suas fronteiras um total de 27 cidades-gêmeas, sendo a maioria localizada no Arco Sul. O estado de Roraima se localiza na Sub-região II do Arco Norte. A cidade de Bonfim, em Roraima, é par gêmeo com a cidade de Lethem, na Guiana, localizando-se na linha de fronteira conforme apresentado na Figura 13:

Figura 13: Mapa das zonas de fronteiras das cidades-gêmeas



Fonte: BRASIL, (2005)

É muito recente a relação bilateral com a Guiana. Depois da sua independência, em 1966, houve, a princípio, maior atividade não diplomática com o Brasil. Nessa discussão de fronteiras entre a Guiana e a Venezuela, o Brasil manteve uma política consistente a favor do estabelecimento de fronteiras internacionais por meio de acordos e se opôs a mudar as fronteiras na América do Sul.

Em 1970, o Governo brasileiro inaugurou o Centro Brasileiro de Estudos em Georgetown e começou a construção de uma rodovia que ligaria a cidade de Manaus, capital do Estado do Amazonas, passando por Roraima e chegando até a Guiana. Mais recentemente, durante a visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à capital guianense, Georgetown, em 2 de março de 2007, os governos do Brasil e da Guiana assinaram vários acordos de cooperação e anunciaram o aumento das relações comerciais entre os dois países.

Por último, em 2008 a Guiana assumiu a presidência da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), e em 2009 houve a inauguração da ponte internacional sobre o rio Tacutu na fronteira, interligando de vez, por via rodoviária os dois países.

Desde então as relações do Estado de Roraima com a República Cooperativista da Guiana tem-se produzido através da diplomacia do Governo Federal do Brasil. E neste âmbito, podemos relacionar alguns Atos Bilaterais, já promulgados, protagonizados pelos dois países que tiveram impacto direto no desenvolvimento e integração com país vizinho, e também como resultado das estratégias adotadas pelos governos e grupos de trabalho até aqui.

Destacam-se: 10/05/1974: Acordo sobre Transportes Aéreos; 29/01/1982: Acordo para a Construção de Ponte Internacional sobre o Rio Tacutu; 05/10/1982: Acordo de Cooperação Econômica; 16/09/1988: Acordo sobre Prevenção, Controle, Fiscalização e Repressão ao Uso indevido e ao Tráfico de Entorpecentes e de Substâncias Psicotrópicas; 27/01/2001: Acordo de Alcance Parcial de Complementação Econômica – ACE nº 38; 07/02/2003: Acordo de Transporte Rodoviário Internacional de Passageiros e Cargas; 30/06/2003: Acordo Parcial Sobre Isenção de Vistos; 14/09/2009: Inauguração da Ponte Internacional sobre o Rio Tacutu; 14/09/2009: Memorando de Entendimento sobre a Criação do Comitê de Fronteira; 14/09/2009: Acordo para o Estabelecimento de Regime Especial

Fronteiriço e de Transporte entre as Localidades de Bonfim (Brasil) e de Lethem (Guiana) – por ser promulgado.

No encontro realizado no dia 14 de setembro de 2009, onde os presidentes dos dois países assinaram Memorandos de Entendimento e Ajustes Complementares, e reiteraram a disposição de expansão do programa bilateral de cooperação técnica, as relações entre os dois países tomaram um novo impulso. Resultou deste encontro, a construção do Complexo Aduaneiro de Bonfim, integrando num mesmo espaço os serviços de todos os órgãos intervenientes relacionados com o trânsito de pessoas e cargas na fronteira, propiciando o alfandegamento do ponto de fronteira por parte da Receita Federal. No contexto dessa renovada dinâmica, o Estado de Roraima passou a ser parte integrante nas principais decisões de interesse comum dentro do Comitê de Fronteira.

Na fronteira de Roraima entre Bonfim e Lethem, apesar da construção da ponte sobre o rio Tacutu, não podemos afirmar que existe uma rede urbana tão desenvolvida como em outras regiões do país, ainda há muito a ser feito e um lugar a ser descoberto, apesar de sua integração territorial (estradas, rodovias, interação entre as cidades, etc.) não poder ser comparada as das Regiões Sudeste ou Sul.

O volume de capitais da economia formal dos municípios não se aproximam dos vultuosos valores verificados nos municípios de outras regiões, mas mesmo assim é possível verificar que existem cidades importantes (capitais) que mantêm fortes vínculos com o restante da região amazônica. Quem visita Roraima, por exemplo, visita as duas fronteiras, a fronteira com a Venezuela e a fronteira com a Guiana, chegando, portanto em Santa Elena de Uairén, gerando um comércio e desenvolvendo as duas cidades da fronteira: Pacaraima e Bonfim.

Os municípios que fazem parte da faixa de fronteira norte são em sua grande maioria compostos por pequenas vilas, é o caso das duas fronteiras de Roraima. As cidades mais importantes são, normalmente, as capitais de estado que atraem os investimentos por possuírem melhor infraestrutura urbana, melhores serviços e maior disponibilidade de capital (maiores valores de PIB municipal). É por meio destas cidades que se desenvolvem as relações com outros pontos do território através dos aeroportos, das grandes rodovias, da rede bancária, etc.

Porém, é importante ressaltar a presença de uma aglomeração urbana com características peculiares nas cidades-gêmeas que, apesar de não se apresentarem em grande número e de não organizarem um subespaço regional, se destacam como pontos de entrada e permanência de imigrantes estrangeiros no país.

O ritmo de urbanização e de crescimento da população total entre 1970 e 2000 foi maior na Faixa do que na Região Amazônica, em termos de imigração interna. A faixa de fronteira apresenta uma inversão do fluxo migratório entre 1970 e 2000, no sentido de crescimento da imigração intrarregional em detrimento da extrarregional, que era dominante em 1970.

Esse resultado acompanha a tendência da Região Amazônica, e por último, a distribuição espacial dos imigrantes de origem externa à Região Norte concentra-se em poucos lugares da faixa. Esses lugares atraem imigrantes de fora por diversos motivos (mineração, distribuição de terras, cidades-polos). Os municípios de fronteira de Roraima, Bonfim e Pacaraima têm um pouco essas características.

No que diz respeito ao par de cidades-gêmeas Bonfim e Lethem, podemos perceber a existência de uma rede de interações menos densa do que a observada entre as cidades de Pacaraima e Santa Elena. Isto é, os elementos que compõem a dinâmica espacial transfronteira são, naquele par de cidades, em menor número. Isto fica claro principalmente quando observamos itens como comércio varejista, serviço bancário, difusão de informações escritas, por rádio e televisão, eventos e festas. A pouca estruturação das redes transfronteiras entre estas cidades está relacionada com a não existência de tais elementos no âmbito urbano.

Sendo tais redes configuradas a partir da expressão dos processos dinâmicos ocorridos neste subespaço fronteiro (par de cidades-gêmeas), podemos então, a princípio, estabelecer uma relação entre a estrutura urbana pouco desenvolvida e o fluxo existente entre as duas cidades.

Os números que se apresentam com relação ao município também de Bonfim definem suas características e sua vocação, portanto há que se desenvolver e aproveitar melhor sua localização estratégica, se apresentando, por exemplo, como o maior produtor de melancia em Roraima, e merece destaque sua produção de soja e feijão além da criação de suínos, bovinos e aves. Por tudo isso, o PIB de Bonfim

em 2009 era de R\$ 111,137 e em 2010 de R\$ 120,330, apresentando um crescimento de 8 de um ano para outro (RORAIMA, 2010).

O potencial produtivo do município de Bonfim está concentrado nas colônias agrícolas de São Francisco, Taboca, Nova Esperança e Cercadinho. As principais culturas são: arroz, milho, mandioca e abóbora. Bonfim apresenta-se como o principal produtor de arroz irrigado do Estado, com perspectivas de expansão da cultura. Com uma participação de 9,13%, esta posição de destaque foi ocupada desde 2009, com a transferência, em decorrência da demarcação em área contínua da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, de parte dos produtores de arroz do município vizinho de Normandia para Bonfim.

Ainda com relação à agricultura, o município possui grande potencial para a soja (na região do Tucano) e para culturas de ciclo curto, a exemplo da melancia, da acerola e do maracujá. Na área da pecuária, a vocação é para pecuária de corte, de caráter tradicional, com baixos rendimentos.

Finalmente, o comércio do município poderá ainda se destacar se Área de Livre Comércio de Bonfim (ALCB) (639,14 mil hectares) se tornar realidade. Já existe, inclusive, a proposta e está na área de fronteira com Lethem, o regime de benefícios fiscais diferenciados nas operações comerciais internas de produtos importados ou adquiridos de outras unidades da federação brasileira pode ser colocado em prática.

É importante que as cidades-gêmeas sejam tratadas como alvos prioritários nas políticas públicas de fronteira, justamente por apresentarem pontos preferências para o surgimento de redes, fixos e fluxos, conformando dinâmicas e processos próprios.

Ao longo da fronteira entre Brasil e Guiana, está localizada um par de cidades-gêmeas, Bonfim e Lethem, mas de maneira geral, essas cidades funcionam como importantes nós entre os mercados dos países vizinhos. Conforme Machado (2006, p. 63), “a posição geográfica, de proximidade ao país vizinho, é um atributo que confere a essas aglomerações forte potencial de atuar como núdulos articuladores de redes locais, regionais, nacionais e transnacionais”.

As duas cidades da fronteira - Bonfim e Lethem -, foco dessa pesquisa, apresentam características muito peculiares. As duas compartilham o isolamento do

restante de seus respectivos países, uma ao Norte do Brasil, no estado de Roraima; a outra no Sul da Guiana, conforme demonstra o mapa da Figura 14.

Figura 14 - Mapa específico das cidades-gêmeas.



Fonte: BRASIL (2003).

A operacionalização da rede de comunicação interligada a todas as outras existentes torna possível a potencialização de setores da economia na área de fronteira pela sua articulação e mesmo pela existência de cidades em que a dinâmica do lugar contribui para a organização setorial e consequente movimentação econômica.

O compartilhamento de realidades locais, a interpretação do contexto econômico reforça a realidade da fronteira entre o Brasil e a Guiana, constituintes da Amazônia Legal Internacional e que, nessa zona viva de fronteira, na América do Sul, compartilham aspirações diplomáticas acerca do crescimento conjunto por meio de bloco regional, intensificando-se a possibilidade de inclusão da Guiana no MERCOSUL considerando as reais condições de interação para essa adesão.

Assim, o reconhecimento da potencialização da área fronteira apresenta significativa representação para o estabelecimento de atividades econômicas capazes de conceder a população e mesmo à estruturação das cidades dinâmica de desenvolvimento.

É importante aprofundar a questão integracionista nas áreas de fronteiras, que deve ocupar um papel importante no desenvolvimento do comércio de Roraima dado ao crescimento populacional e urbano do estado em decorrência das frequentes migrações e à sua difícil relação com o Centro Sul do país devido às grandes distâncias e as precárias condições de acesso (MOURÃO, 1992).

A importância da integração na tríplice fronteira Brasil-Venezuela-Guiana, que remonta a década de 90, faz avançar as negociações com a criação das Zonas de Livre Comércio (ZLC) em Pacaraima divisa com a Venezuela e Bonfim divisa com a Guiana. Pretende-se com isso, estabelecer um esforço conjunto com vistas a desenvolver regiões bilaterais de acordo com a política de integração latino-americana. Mas no caso de Bonfim, apesar de toda a propaganda feita por políticos e governo, a ZLC não aconteceu.

#### **4 DINÂMICA FRONTEIRIÇA ENTRE GUIANA E BRASIL**

A situação atual da faixa Bonfim-Lethem sofreu mudanças desde 2008, inicialmente com a inauguração da ponte internacional sobre o rio Tacutu, em 2009, contanto inclusive com a presença dos presidentes dos dois países, Luís Inácio Lula da Silva, do Brasil, e Bharrat Jagdeo, da Guiana.

Depois disso, houve a implantação da Área de Livre Comércio de Bonfim que corresponde a toda extensão da área desse município, excetuando-se as terras indígenas. Do lado da Guiana houve a instalação e funcionamento da *Free Zone* de Lethem, cidade fronteira, que se tornou um atrativo para os consumidores roraimenses, em razão dos baixos preços dos produtos populares como roupas, calçados e outros produtos de uso pessoal. Estas medidas e comércio dominado por comerciantes chineses intensificou as atividades comerciais nesta área. Por mais que as populações das duas cidades já estivessem acostumadas a conviver com o



português e o inglês, com o real e o dólar guianense, só agora existe uma ligação concreta do Brasil com o único país de língua inglesa da América do Sul, que propicia uma integração econômica importante para o Estado de Roraima.

O município de Bonfim possui uma área territorial de 8.095,319 km<sup>2</sup> que corresponde a 3,61% do território de Roraima, conforme aponta levantamento em RORAIMA (2009). As distâncias rodoviárias de Bonfim às sedes municipais mais próximas são Normandia 90 km, Cantá 130 km e Boa Vista 125 km, este último com acesso pela BR-4012.

Conforme Tabela 3, vemos uma forte delimitação das Terras Indígenas e mesmo da área de preservação e conservação ambiental existente no Estado de Roraima. A situação de delimitação das terras deve ser pensada para compreensão e ajustes sobre os espaços, bem como requer aprimoramento ao modelo de utilização dos territórios concebendo a sustentabilidade.

As empresas do setor de comércio, serviços e indústria exercem enormes influências para as interações transnacionais, decorrentes desse novo enclave, bem como a necessidade de entender as responsabilidades socioambientais perante a sociedade, cabendo a identificação das problemáticas existentes a serem superadas.

Tabela 3 - Destinação de terras em Roraima

ÍTEM	DESCRIÇÃO DA ÁREA	ÁREA (hectares)	%
1	Terras indígenas	10.344.317,00	46/12
2	Unidade de conservação federal	2.206.800,60	9,84
3	Unidade de conservação estadual	1.403.712,58	6,26
4	Unidade de conservação municipal	1.671.694,00	7,45
5	Área militar	178.748,28	0,80
6	Projeto de assentamento do INCRA	1.304.235,56	5,81
7	Áreas em processo de transferência	5.320.389,98	23,72
8	TOTAL	22.429.898,00	100%

Fonte: IBGE (2000).

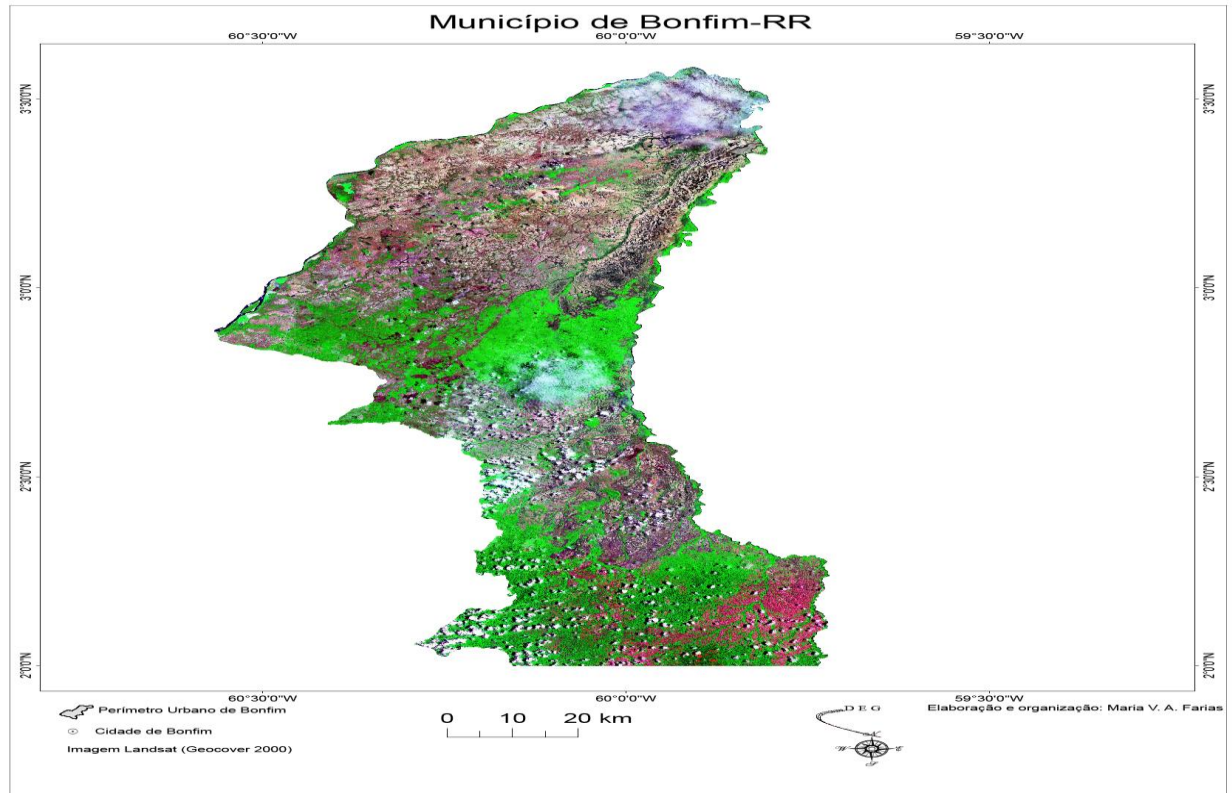
A modernização da lei tem sido compreendida de forma a comprometer os resultados, excluindo os modelos de arranjos produtivos anteriormente existentes e praticados pelas comunidades tradicionais. Desta forma, promovem o isolamento de comunidades, anteriormente em contínua comunicação com outras comunidades, sem oferecer a logística necessária, bem como sem acompanhar os processos de produções existentes em cada etnia, não observados, em muitos casos, os interesse do coletivo comum.

O município de Bonfim, segundo dados do IBGE, está localizado na porção centro oriental do Estado de Roraima, na mesorregião Norte, microrregião Nordeste, situado nas coordenadas geográficas 59.50'00" de longitude Oeste e 03.21'35" de latitude Norte. Limita-se ao norte com o município de Normandia, ao sul com o município de Caracaráí, a leste com a República Cooperativista da Guiana e a oeste com Boa Vista e Cantá.

Segundo o ZEE (CPRM, 2002), a cobertura vegetal do município é representada por região fitoecológica e suas simbologias, a saber: Região Fitoecológicas das Florestas, que compreende a Floresta estacional (Fe), a Floresta Ombrófila Densa (Fd), a Floresta Ombrófila Aluvial (Fal), a Floresta Ombrófila Aberta (Fa). As áreas de Tensão Ecológica (transição) são compreendidas por Contato Savana (Csf) e Floresta Ombrófila Densa. A área alterada do Sistema Secundário está compreendida por Áreas alteradas com pastagens (Apls) - lavoura e vegetação secundária, Áreas Alteradas com pastagens (Aap), Áreas alteradas com lavouras (Aal). No município de Bonfim também é representado por Região Fitoecológica das Savanas, correspondente a Savana Parque (Sp) e Savana Graminosa (Sg).

Na imagem Landsat (Geocover 2000), Figura 15, observamos a área territorial do Município de Bonfim e o quanto dispomos para que sejam consolidadas as áreas para investimentos equânimes e que incorporem as pessoas no processo econômico.

Figura 15: Mapa do perímetro limítrofe do Município de Bonfim



Fonte: Maria Valdira de Farias

A dinâmica territorial da cidade de Bonfim é marcada por diferenças significativas nas condições de infraestrutura e serviços, resultado de uma materialização histórica das relações de poder político e econômico entre diferentes grupos sociais e nas diferentes escalas sócio espaciais. As relações de produção no município afetam continuamente o processo de divisão social do trabalho, de acesso à terra e, portanto determinam fluxos e permanências de investimentos e habitantes em cada fração do território. Como afirma (SANTOS, 1997) ao produzir, o homem produz espaços e ao dividir os resultados desta produção, são estabelecidos, historicamente, os poderes de decisão e os poderes de apropriação sobre o território.

Neste sentido, o PIB do município de Bonfim, ocupando o 7º lugar no ranking do PIB dos municípios do Estado de Roraima, necessitaria de mais investimentos para o aperfeiçoamento e melhor aproveitamento das atividades comerciais entre estas cidades, pois sua participação da Administração Pública no PIB do município foi de 59,0%, no ano de 2007, o que corresponde a aproximadamente R\$ 47,3 milhões. Então, fazem-se necessárias ações para aumentar o PIB do município, com uma maior participação da administração pública.

O acesso Brasil - Guiana dá-se pela BR-401 ligando Lethem à cidade de Bonfim e permitindo chegar a capital de Roraima. A cidade conta com um posto fronteiriço, no qual permite que se faça imigração para entrar legalmente na Guiana. Lethem é uma cidade da Guiana que faz fronteira com o Brasil. Separada de Bonfim, Roraima, apenas pelo rio Tacutu limite natural, forma com ela uma aglomeração urbana transnacional de quase 15 mil pessoas. É a capital da região 9 da Guiana, Upper Essequibo – Upper Takutu, com uma população estimada em 3.000 pessoas.

Atualmente, a região a oeste do Rio Essequibo, o que inclui Lethem, é reivindicada pela Venezuela, que alega ter direitos históricos sobre o que denomina Guiana Essequiba. Fica às margens do rio Tacutu, fronteira com Brasil. Do outro lado do rio temos a cidade de Bonfim, Roraima. Localizada na região chamada de Planalto das Guianas, Lethem é uma pequena cidade de fronteira que serve de base para viajantes que vão tanto à capital, Georgetown, ou a quem segue para as demais cidades de Roraima a partir de Bonfim. Está localizada cerca de 100 metros acima do nível do mar.

#### **4.1 Bonfim no Contexto de Roraima: histórico, urbanização e potencial econômico**

A História da colonização do Município teve épicos de aventura e pioneirismo, mostrados através de suas fases históricas: expansão agrícola, fomentação do comércio, abertura de estradas, revolução guianense e a catequização de índios.

A localização estratégica do Município de Bonfim tem recebido visitantes de Boa Vista e outros locais do Estado, bem como de outros Estados Brasileiros interessados em conhecer a cidade vizinha de Lethem, na Guiana. Onde também

fazem compras, motivados pelas vantagens da área de comércio intensificadas pelos incentivos fiscais concedidos pela Guiana. A região recebe turistas da própria Guiana pelo mesmo motivo.

O primeiro morador de Bonfim a fixar-se próximo ao que hoje é a sede do Município foi o baiano Manoel Luiz Silva que deu o nome à localidade em homenagem ao padroeiro de sua terra natal, o Senhor do Bonfim. Historicamente, o fluxo motivado pela mineração, promoveu movimento significativo de garimpeiros brasileiros que trabalham na Guiana e voltam ao Brasil regularmente para renovar seus respectivos vistos.

No começo do século XX com a criação da primeira fazenda de gado, pertencente ao ex-militar Vicente da Silva, que serviu no Forte São Joaquim, surgindo assim uma atividade econômica básica. Ainda hoje os seus descendentes vivem na região desenvolvendo a pecuária. De 1910 a 1960, houve desenvolvimento nos empreendimentos agropecuários, com o surgimento de várias outras fazendas de gado. Assim, surgiram os primeiros núcleos de comércio, que também abasteciam parte da então Guiana Inglesa.

A grande expansão do comércio com a Guiana Inglesa ocorreu em 1965, época também da instalação do 1º Pelotão Especial de Fronteira, que era subordinado ao 2º BEF - 2º Batalhão Especial de Fronteira, com sede em Boa Vista, dinamizado pelo pequeno mercado local devido ao assentamento das famílias dos militares para lá destacados, o que fez surgir inúmeras obras, tais como: a vila militar, o próprio quartel do pelotão e a pista de pouso de aviões.

Para fazer uma análise mais aprofundada do comércio entre Bonfim e Lethem é importante observar os indicadores demográficos, de extrema importância para o perfil socioeconômico da população do município, pois eles expressam os níveis e os padrões da composição populacional e sua distribuição espacial.

A densidade demográfica média da população do município de Bonfim é de 1,35 hab./km<sup>2</sup> em 2010, em 2000, de acordo com o Censo do IBGE, era de um 1,15 hab./km<sup>2</sup>, um crescimento pequeno em 10 anos, mas que indica um dos municípios com alta densidade do Estado de Roraima (se não considerarmos a densidade da capital Boa Vista). Comparativamente, a densidade média do município de Bonfim é superior ao município de Amajari que possui densidade de 0,33 hab./km<sup>2</sup>, que é a

menor do estado, bem como, é bastante inferior à capital Boa Vista (49,98 hab./km<sup>2</sup>) e São Luiz do Anauá (4,42 hab./km<sup>2</sup>), este último sendo o município, depois da capital o de maior densidade.

Neste mesmo sentido, a densidade do município é menor que a densidade média do Estado de Roraima, da Região Norte e Brasil, que são respectivamente: 2,01; 4,12; e, 22,43 hab./km<sup>2</sup>.

Esses dados indicam também, que mesmo depois da construção da ponte sobre o rio Tacutu, facilitando o comércio com Lethem, não houve alterações significativas, talvez também porque a zona de livre exportação que era para ter sido criado no município nunca se tornou uma realidade.

Por outro lado, a taxa de urbanização do município de Bonfim, em 2010, é de 33,91%, que indica um dos municípios de média taxa no Estado de Roraima. Comparativamente, a taxa de urbanização de Bonfim é superior ao município de Uiramutã que possui taxa de 13,59% que é a menor do estado, bem como, é inferior à capital Boa Vista (97,71%) e Iracema (46,90%), este último sendo o município, depois da capital, o de maior taxa.

Assim também, a taxa de urbanização do município é menor que a taxa média do Estado de Roraima, da Região Norte e Brasil, que são respectivamente: 76,41%; 77,90%; e, 84,40%.

Outro aspecto importante a ser observado é o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) originário do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) criado Programa das Nações Unidas e Desenvolvimento (PNUD).

A metodologia de cálculo do IDH-M envolve a transformação de três dimensões (Educação, Longevidade e Renda) em índices que variam entre 0 (zero) pior e 1 (um) melhor, e a combinação destes índices em um indicador síntese. Os municípios com IDH-M até 0,499 têm desenvolvimento humano considerado baixo, os municípios com índices entre 0,500 e 0,799 são considerados de médio desenvolvimento humano.

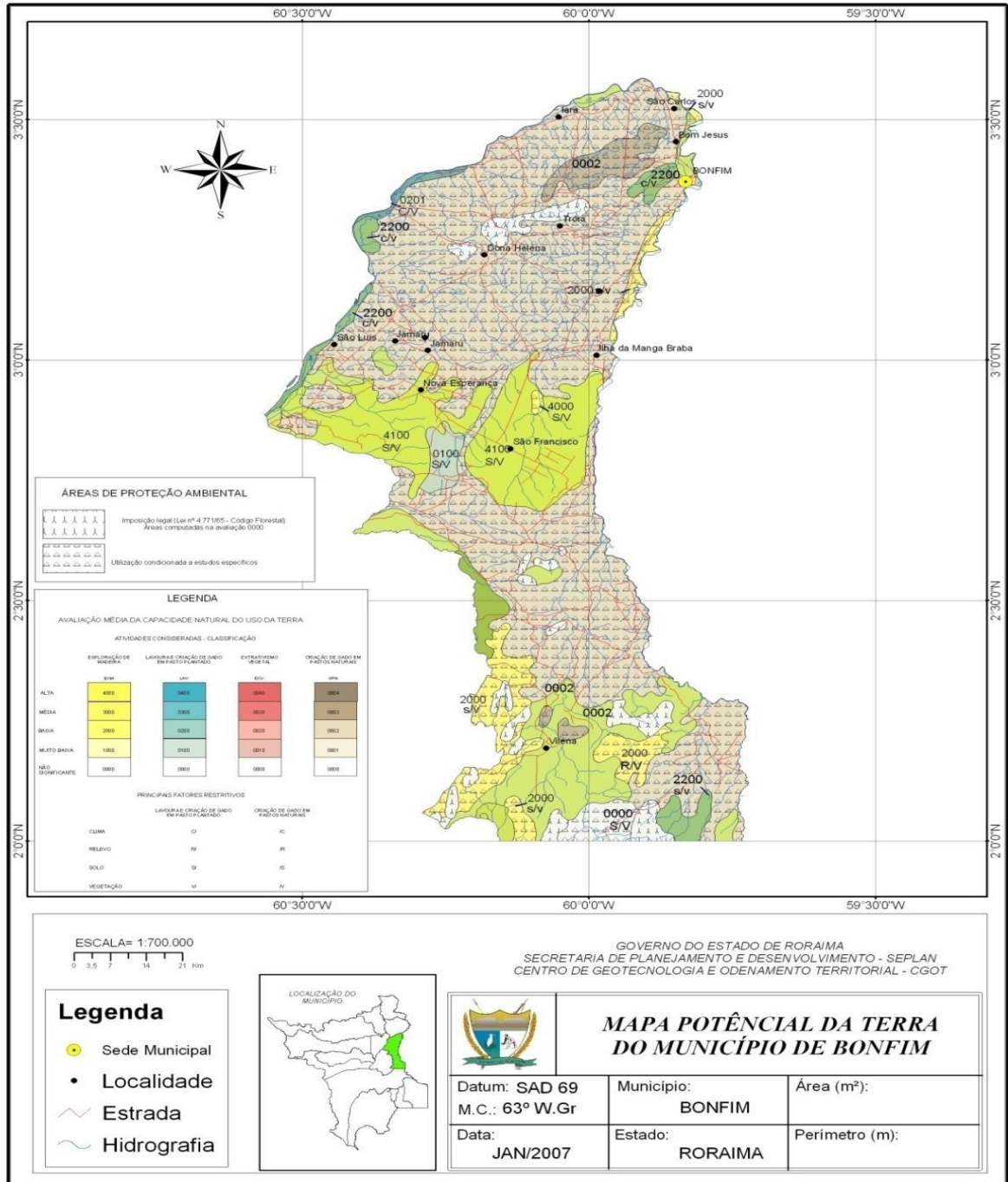
Municípios com IDH-M maior que 0,800 têm desenvolvimento humano considerado alto. Os índices específicos, que compõem o IDH-M, são calculados em cada uma das três dimensões analisadas: IDHM-E, para Educação; IDHM-L, para Longevidade; e IDHM-R, para Renda. A dimensão Educação é composta pela taxa

de alfabetização de pessoas acima de 15 anos de idade e pela taxa bruta de frequência à escola. A dimensão Longevidade é dada pelo indicador esperança de vida ao nascer. A dimensão Renda é dada pela renda municipal per capita.

O IDH-M do município de Bonfim, pelo Ranking Nacional, só está abaixo de Alto Alegre, Amajari e Boa Vista e, em nível nacional, está na colocação 3.697<sup>o</sup>, o que indica que há muito ser feito para melhorar esse índice.

O perfil econômico de Bonfim demonstra que a economia do município é muito tímida, mas isso é uma característica dos municípios do Estado em geral. Mas, por estar próximo à fronteira com a Guiana, onde acontece um intenso comércio, esses números poderiam ser melhores. Na Figura 16 podemos observar que o potencial do município é originariamente fora da atividade comercial, apresentando números razoáveis na atividade agropecuária e agrícola.

Figura 16: Mapa do potencial agrícola do município de Bonfim-RR



Fonte: RORAIMA, 2007.

O município de Bonfim é a quarta renda per capita do Estado, considerando que está abaixo de Alto Alegre e de Amajari que não estão próximos a nenhuma



zona de comércio, a influência no desenvolvimento econômico é mínima e poderia ser melhor se realmente a área de livre comércio naquela região fosse agilizada.

O arroz é a cultura agrícola mais produzida no Estado atingindo, em 2011, a marca de 107.075 toneladas produzidas, sendo o município de Bonfim o seu maior produtor com uma safra de 40.468 toneladas, mas é importante observar que é uma cultura que está presente em todos os municípios. O setor agropecuário em geral do município de Bonfim apresenta um importante componente da economia local, tendo outros produtos como a soja, milho, melancia e mandioca. Na pecuária o destaque vai para o rebanho de bovinos, aves, suínos, equinos e caprinos. Para os produtos de origem animal destaca-se a produção de mel, leite e ovos. Também possui relevância os produtos do extrativismo vegetal, tais como lenha, madeira em tora e carvão vegetal.

Portanto, o potencial produtivo do município de Bonfim está concentrado nas colônias agrícolas de São Francisco, Taboca, Nova Esperança e Cercadinho. As principais culturas são então são o arroz, milho, mandioca e abóbora. Ainda com relação à agricultura, o município possui grande potencial para a soja (na região do Tucano) e para culturas de ciclo curto, a exemplo da melancia, da acerola e do maracujá. Na área da pecuária, a vocação é para pecuária de corte, de caráter tradicional, com baixos rendimentos.

No comércio, o número de empresas que atuam no setor de comércio totaliza 3.433, sendo 9,58% são comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas, 8,77% é comércio por atacado, exceto veículos automotores e motocicletas e 81,65% é comércio varejista. Esses números são relativos ao Estado todo.

Também o número de funcionários que atuam no setor de comércio roraimense totaliza 16.265 funcionários, sendo 9% atuantes no comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas, 13% atuantes no comércio por atacado, exceto veículos automotores e motocicletas, e 78% são atuantes no comércio varejista.

A média salarial dos setores do comércio é de 2,1 salários mínimos no setor de comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas, 4,7 salários

mínimos no setor de comércio por atacado, exceto veículos automotores e motocicletas e 1,5 salários mínimos no setor de comércio varejista.

No cadastro Nacional das Indústrias 2013, elaborado pela Federação das Indústrias do Estado de Roraima (FIER), mostra que o estado de Roraima possui cerca de 1.049 empresas cadastradas.

A classificação das empresas atende o padrão adotado pela Comissão Nacional de Classificação (CONCLA) do IBGE, que instituiu o código de classificação das classes CNAE, atualmente na versão 2.0. O CONCLA, em suas notas explicativas, adverte que para classificar uma empresa como indústria ela deve promover a transformação física, química ou biologicamente de um material, substância ou componente com vistas à obtenção de um novo produto. Incluíram-se assim atividades de produção manual e artesanal, bem como a renovação e reconstituição de bens e produtos.

Com base nos dados apresentados, foi observado que a atividade indústria com maior predominância em Roraima são as indústrias de transformação que responde por 43% da atividade industrial do Estado. Em seguida, temos atividade de construção, um total de 382 indústrias (36%), o setor de reparação de veículos automotores e bicicletas (12%) e as demais indústrias (9%).

Os municípios de Amajari, Normandia e Uiramutã não possuem indústria. Os municípios de Alto Alegre possui 03 indústria, Iracema possui 04 indústrias e Pacaraima 05 indústrias. Porém, no contexto Estadual, cada uma representa menos que 1% do contingente de indústrias. Portanto, o grande polo econômico é a capital Boa Vista.

Segundo dados da SEPLAN (RORAIMA, 2013), o município de Bonfim possui apenas 06 indústrias. É um número pequeno se comparado com outros municípios, como Caroebe que tem 10 indústrias, Mucajaí 11 indústrias, São João da Baliza 9 indústrias, São Luiz 10 indústrias. Em seguida temos os municípios de Cantá 31 indústrias e Caracaraí 30 indústrias, com representatividade de 3%, cada uma, no total de Indústrias de Roraima.

Em 2008, com o objetivo de desenvolver o comércio, a tributação, e a geração de emprego e renda, surge no cenário roraimense a Área de Livre Comércio de Boa Vista (ALCBV) e Área de Livre Comércio de Bonfim (ALCB).

A ALCBV e ALCB foram criadas pela lei 11.732, de 30 de junho de 2008, que instituíram condições especiais de regime tributário, com vistas o crescimento econômico dessas regiões. Contudo, na prática a população não sentiu isso nem nos preços dos produtos, nem no crescimento econômico do Estado.

Com relação a Bonfim, foi separada uma área para implantar a zona de comércio, que ficaria na entrada do município de Bonfim vindo por Lethem. Atualmente, o local está completamente abandonado e os números de emprego, renda, comércio e indústria de Bonfim continuam quase inalterados.

Mas as propostas para oferecer condições propícias à oferta de bens a preços competitivos, ficaram apenas no planejamento. Se aplicadas, os resultados seriam visíveis em relação ao fluxo de pessoas nas duas fronteiras, do Brasil com a Guiana e também com a Venezuela. As condições para o estímulo do comércio já é potencializada pela reduzida distância dos municípios com a fronteira, Bonfim que faz divisa com a Guiana Inglesa e, a Venezuela, que dista apenas 220 km do Estado Bolívar, o primeiro Estado da Venezuela.

A atividade turística de compras, que até então era predominantemente interestadual, por conta das atrativas zonas comerciais da capital Boa Vista, se tornaria mais interessante também para o turismo internacional, cujos preços competitivos e diversidade de bens e serviços se convertem em um encanto a mais para serem somadas as belezas naturais do Estado de Roraima. Isso precisa ser repensado, e colocado em prática.

#### **4.2 As Características Econômicas e Sociais da Cidade de Lethem**

Lethem cidade fronteira com o Brasil e centro administrativo da Região Nove, extremos o sul da Guiana – teve sua origem com a ocupação militar inglesa no início deste século. A cidade leva esse nome em homenagem ao Sir. Gordon James Lethem, ex-governador da Guiana Inglesa (*District Commissioner*) no período de 1941 a 1947.

Atualmente, sua população é estimada em 2 000 habitantes, e formada por funcionários públicos que operam as instalações oficiais da fronteira. Sua economia baseia-se no comércio de artigos importados para turistas brasileiros.

Para muitos brasileiros Lethem representa apenas um amontoado de lojas, mas nos últimos anos tem crescido bastante a atividade comercial, principalmente depois da construção da ponte em 2009, é uma cidade que apresenta um processo histórico também muito interessante. Conforme se observa na Figura 17.

Figura 17: Mosaico de fotos do complexo de lojas comerciais e posto de gasolina em Lethem



Fonte: Edinalva Vieira da Silva, 2012.

Em Lethem, o primeiro elemento que nos chama atenção é a diferença da paisagem em relação a Bonfim, logo após a travessia do rio Tacutu. As casas são bem peculiares, construídas em madeira, e distantes umas das outras, seguindo o modelo inglês de colonização (Figura 18). A influência inglesa também fica evidente nos carros, guiados do lado direito.

Figura 18: Mosaico de fotos das edificações arquitetônicas residenciais e comerciais em Lethem.



Fonte: Acervo pessoal de Edinalva Vieira da Silva.

Como podemos observar nas fotos, a forma como se organiza a cidade é bem característica, e não se identifica um planejamento para instalação de lojas que são espaçadas entre si. A infraestrutura é precária, ruas sem asfalto, as lojas não apresentam as características das instalações comerciais a que se está acostumado a ver no Brasil.

Outro aspecto interessante é a diversidade de tipos étnicos. A maioria da população é constituída por indianos e negros (existem poucos brancos). Os primeiros representam a verdadeira diáspora de indianos por todo o antigo Império Britânico, em geral especializados em comércios e profissões liberais, enquanto os segundos representam o grande fluxo de escravos negros do século XIX, trazidos para trabalhar na mineração e na agricultura.

O fato de Lethem ficar afastada do centro político e econômico seu país, tornou a localidade altamente dependente de um padrão de desenvolvimento acoplado ao município de Bonfim e ao fluxo de brasileiros em busca dos produtos oferecidos nesta cidade. O que causa também constantes vazamentos populacionais que corroboraram para uma situação de baixíssimo crescimento populacional, já que entre 1981 e 2002 a população teria crescido de pouco mais de 800 para 1.158 habitantes no último censo.

A partir do final da década de 1980 até os dias atuais, ambas as localidades fronteiriças – Lethem e Bonfim – têm passado por um momento de retomada do desenvolvimento, desta vez acoplados ao dinamismo da cidade de Boa Vista e à transformação do território de Roraima em estado, o que fez com que crescentes volumes de recursos federais fossem injetados. São questões bastante pertinentes na análise do que representa hoje essa faixa de fronteira para os dois lados (SENHORAS, 2013).

Segundo Magalhães (2007), a reincorporação da República Cooperativa da Guiana à economia capitalista de mercado criou uma série de repercussões positivas para a cidade de Lethem, à medida que estimulou um maior contato do país com o Brasil, tanto em nível federal quanto estadual.

Do ponto de vista federal, o governo brasileiro financiou a construção da estrada não asfaltada Lethem-Georgetown, que está sendo pavimentada para facilitar o comércio e as relações econômicas entre os dois países, fazendo a ligação do interior isolado à capital da Guiana. Também firmou acordo para a construção da ponte binacional sobre o rio Tacutu, que seria inaugurada somente 19 anos depois, em 2009, ligando as cidades de Bonfim e Lethem.

O reconhecimento da importância deste entorno fronteiriço, tanto para o desenvolvimento nacional, quanto para a integração regional, trouxe consigo uma

agenda política do Ministério da Integração Nacional com ênfase no PDFF, em especial às cidades vizinhas presentes nas faixas de fronteira que são identificadas pelo termo cidades gêmeas, termo amplamente usado nesta pesquisa, em função da natureza das relações comerciais e a proximidade na faixa de fronteira.

### **4.3 As políticas públicas para o desenvolvimento fronteiriço**

Assim, ficam evidentes os benefícios das iniciativas governamentais pensadas para a implantação das áreas de livre comércio. Ao produzir, o homem produz espaços (SANTOS, 1997) e ao dividir os resultados desta produção, são estabelecidos, historicamente, os poderes de decisão e os poderes de apropriação sobre o território. Deste modo, ficam evidentes a organização do espaço como alternativa de estruturação plena da área de fronteira Brasil - Guiana.

O principal ponto de passagem está no leste da fronteira sul do rio Tacutu entre as cidades de Bonfim - Brasil e Lethem - Guiana. Na Figura 19, podemos observar a faixa de fronteira estabelecida entre países da América Latina em distintos contextos.

Figura 19: Mapa do Estado de Roraima - Brasil e as regiões de fronteiras internacionais



Fonte: RORAIMA (2012).

Nesse contexto, a construção da ponte tem proporcionado enorme aquecimento, porém sem levar em consideração a proteção da área de fronteira com o rigor necessário para se combater as diversas práticas inadequadas. Fragilizando, assim, as demais pautas de exportação e a inserção de uma política externa que revigore com êxito os projetos de intercâmbio científico, educacional, tecnológico e principalmente econômico.

As evidências de aspectos singulares para o aquecimento da economia e ao mesmo tempo os investimentos em proteção da área de fronteira, justifica-se pela rica potencialidade da região que se encontra sem o devido equipamento necessário para a fiscalização do espaço abrangido pela área de fronteira bilateral Brasil - Guiana.

O Governo Militar pôs em prática uma política energética que buscasse alternativas ao modelo até então adotado. Inúmeros acordos e convênios foram firmados com países europeus e asiáticos quanto à transferência de tecnologia e investimentos para uma saída à crise energética.



Fruto dessa política foi a construção de Hidrelétrica de Itaipu, o Proálcool e a estratégia militar de se utilizar a energia nuclear, por meio de acordo firmado com a Alemanha Ocidental em 1975. A falta de oportunidade para a população torna ainda mais vulnerável à área de fronteira o que inviabiliza avanços almejados pela sociedade, que perde a chance de ter instaladas em suas regiões grandes empreendimentos (BRASIL, 2010).

Atualmente, a Oferta Interna de Energia (OIE) atingiu o montante de 267,4 milhões de toneladas equivalentes de petróleo - TEP, montante de 9,6% superior ao de 2009 e equivalente a cerca de 2% da energia mundial. O quadro interno revela praticamente uma equidistância nos números quanto ao uso de energia renovável e não-renovável, de 146.169 tep e 121.235 tep, respectivamente (BRASIL, 2010). Isso demonstra a capacidade brasileira adquirida nas últimas quatro décadas quanto ao equacionamento do perigo de escassez.

As cidades em áreas de fronteiras têm um papel estratégico na relação diplomática e no desenvolvimento econômico. Foram ao longo de distintos períodos hegemônicos desempenhando diferentes funções na centralização ou na descentralização do poder, motivos pelos quais se tornaram centrais para a Amazônia. No caso específico da fronteira entre Guiana e Brasil, por se tratar de uma região que está no centro das discussões, carece, então, de um aprofundamento melhor, envolvendo a cidade de Bonfim e Boa Vista, em Roraima, e Lethem, na Guiana.

Não podemos esquecer que estamos tratando aqui de uma região de tríplice fronteira: Brasil, Venezuela e Guiana, o que sempre trouxe implicações políticas com necessidade intensa de relações diplomáticas.

Com a evolução da formação territorial capitalista, as cidades estruturaram-se em torno dos processos de centralização e concentração dos fluxos migratórios e comerciais e, por isso, tornaram-se o núcleo básico de adensamento do poder nascente dos Estados Nacionais, o que gerou cooperações e conflitos que repercutiram na construção de interesses nacionais e de contenciosos internacionais.

No âmbito das políticas públicas instrumentalizadas pelos Estados Nacionais modernos, as cidades presentes em zonas de fronteira passaram a adquirir, ao

longo do tempo, um status de relevo funcional; ora enquanto pontos fixos que definem limites na securitização fronteiriça, ora como núcleos espaciais que definem zonas de contato fronteiriço com países vizinhos.

No primeiro momento, normalmente é registrada a difusão sistêmica de uma lógica geopolítica baseada na normatização de regimes políticos especiais de contenção fronteiriça, através de zonas ou faixas de segurança que buscaram não somente espacializar a limitação entre o interno e o externo, a territorialização das fronteiras por meio da constituição de cidades. Na cidade de Bonfim e Lethem, isso não ficou consolidado, o que leva ao segundo ponto: observa-se, geralmente, o desenvolvimento de uma lógica essencialmente geoeconômica, mas também fundamentada em estímulos geopolíticos e geoculturais, que passa a estimular a normatização de regimes especiais aduaneiros como Áreas de Livre Comércio, também conhecidas como Portos Livres, e Zonas de Processamento de Exportação (ZPE).

Pode se verificar na entrada da cidade de Bonfim uma área destinada a Zona de Livre Comércio, mas não tem nada lá, apenas o terreno ocioso com postes avulsos, o que demonstra de certa forma a falta de vontade política, a dificuldade de se instalar uma área dessa natureza, ou outras implicações.

Estrategicamente ocorre uma valorização em escala sub-regional no estudo transfronteiriço, adquirindo relevância ao permitir analisar com maior precisão que a interação existente entre países acontece não apenas a partir dos macroespaços das zonas de fronteira, mas antes incidem grande medida nas conhecidas *cidades-gêmeas*, que se caracterizam por pontos fixos locais em cada fronteira nacional que concentram adensamentos populacionais e fluxos dinâmicos (Ministério da Integração 2005).

De maneira geral, as ações propostas pelo PDFF buscam uma articulação com os atores da Faixa de Fronteira em torno de projetos de desenvolvimento comuns e de construção de percepções da realidade local e sub-regional, tentando gerar a elaboração de uma agenda para a superação dos obstáculos e a utilização das potencialidades.

A estratégia desse Plano engloba o empoderamento do capital social, o incentivo a Arranjos Produtivos Locais, a promoção da articulação dos atores e o

estímulo à infraestrutura econômica, social e gerencial. A articulação da sociedade civil organizada com os Comitês de Fronteira é de suma importância para que, ao se iniciar a atuação do programa a partir dos projetos de desenvolvimento, questões relativas às fronteiras sejam contempladas. Da mesma forma, a ampliação do conhecimento compartilhado pelo PDFF é fundamental para inserir o maior número possível de municípios nesse espaço geográfico.

Busca-se, portanto, a ampliação da área geográfica coberta efetivamente pelo PDFF, estimulando a implementação de programas sub-regionais, divididos entre os seus três grandes arcos. Para tanto, será utilizada a tipologia de sub-regiões a partir da proposta do Grupo RETIS e promovida sua adequação ao aprofundamento acerca da dinâmica local. As sub-regiões serão, também, definidas em função de afinidades sociais, culturais, históricas, étnicas e de potencialidade e dinamismo econômico que sejam fortes o suficiente para otimizar iniciativas conjuntas.

## **5 O COMÉRCIO-FORMIGA**

Conforme Simões (2014), a despeito de existirem poucos estudos sobre a caracterização do comércio formiga, identificado pelos termos de *ant trade* na literatura científica inglesa e por *comercio hormiga em espanhol*, o fenômeno é caracterizado no contexto da fronteira internacional por uma dinâmica de mobilidade diária de bens e serviços em pequenas quantidades cujos fluxos são de natureza lícita ou mesmo ilícita .

Aqui, no Brasil, o conceito normativo sobre o comércio-formiga trata a temática limitando-a ao comércio de subsistência. Segundo a Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal (SRF) n.º 104/84, que dispõe sobre o comércio subsistência, o chamado comércio-formiga nada mais é que a isenção dos bens adquiridos em cidades adjacentes à fronteira terrestre, impondo alguns termos, limites e condições, restringindo a prática às necessidades de subsistência do adquirente e de sua família. Portanto, não existe um conceito e nem uma explicação teórica mais aprofundada, mas tem uma característica de pequeno comércio como o característico entre as cidades de Lethem e Bonfim ou entre as cidades-gêmeas.

Contudo, vale destacar que dependendo da região de fronteira, não pode ser chamado de comércio-formiga pela dimensão e volume de atividades e produtos que ocorrem em determinadas áreas. Ou, ainda, traçar um processo histórico para entender o surgimento do comércio-formiga, ou mesmo o uso do termo em si. Também, não se pode precisar, ou explicar minuciosamente. Não se tem notícia de uma teoria propriamente dita sobre esse tipo de comércio. Ele só pode ser explicado estabelecendo uma comparação com as relações de trocas estabelecidas nos tradicionais mercados, principalmente, do Oriente, no período marcado pelo mercantilismo. Fora isso, não existe nenhuma teoria que o explique com clareza.

Sabe-se que as atividades comerciais desenvolvidas nos portos marítimos, como um espaço que proporciona as dinâmicas de fronteira, desempenhavam um papel fundamental nas relações comerciais de milhares de pessoas e entre os países. O volume de bens comercializados podem se caracterizar como uma espécie de comércio-formiga. Isso, também, nas margens dos rios da Amazônia já era muito comum com a troca de mercadorias e especiarias.

Mas é bom esclarecer que o comércio-formiga não pode ser visto, nem analisado sob a ótica ingênua de comercializar produtos. Nos artigos científicos, essa modalidade vem sendo chamada pelos autores de contrabando-formiga ou tráfico-formiga.

Seguindo tal pensamento, Sandroni (1999) explica o uso do termo sacoleiro, como sendo pessoas que fazem contrabando em pequena escala nas fronteiras do Brasil com os países vizinhos. O referido termo é muito utilizado nas áreas onde acontecem o comércio com as características da fronteira de Bonfim com Lethem, mas não se pode considerar que, ali, na sua totalidade, pessoas fazem ou praticam algum tipo de contrabando.

O sacoleiro, portanto, não é um termo universal, mas é possível identificar aqui que não existe um consenso acadêmico quanto ao sentido do vocábulo. Outra definição do termo é relacioná-lo àqueles que atravessam fronteiras com produtos oriundos de outros países, ou então à pessoas que vendem produtos dessas localidades de porta em porta.

Já pesquisadores como Tarrius apud Telles (2009) define esses atores sociais como pessoas itinerantes que atuam em redes mais ou menos extensas,

seguindo os laços familiares e de proximidade, ancoradas nas várias cidades e localidades por onde passam pessoas e produtos. Sendo assim, surge uma característica que, até então, não havia sido mencionada nos demais estudos como, por exemplo, os laços familiares e de proximidade.

Outros atores sociais interferem também na interpretação sobre os sacoleiros que desenvolvem o comércio-formiga como, por exemplo, comerciantes estabelecidos em comércios legalizados, que contratam pessoas para irem até o outro lado da fronteira buscar esses produtos, para revenderem em seus comércios. Em francês, o termo *commerce à la valise* é utilizado para sacoleiro e de acordo com Peraldi apud Telles (2009),

commerce à la valise, envolvidos em dispositivos comerciais transnacionais que articulam produtores do Norte e consumidores do Sul. Alguns, ou melhor, multidões deles são independentes, outros operam sob a encomenda de comerciantes bem estabelecidos nos entrepostos comerciais, algo como atacadistas que mobilizam as "formigas" para o abastecimento dos produtos que serão, depois, negociados em outros tantos locais (por PERALDI apud TELLES, 2009 p.35)

Existem outros conceitos que surgem inusitadamente. Telles (2009) conceitua como *formigas da mundialização* ou *novos nômades da economia subterrânea*, definindo esses como movimento de homens e mulheres que circulam entre países e regiões conforme as circunstâncias e oportunidades de trocas e comércio de mercadorias.

Esse tipo de comércio é bastante comum em diversas cidades brasileiras que fazem divisa com outros países, pessoas carregando bagagens com produtos oriundos dessas localidades. Na fronteira do Rio Grande do Sul por exemplo, mais precisamente na cidade de Santana do Livramento com a cidade de Rivera no Uruguai surge o termo *bagayo* que segundo Dorfman (2009) o termo é usado para definir o contrabando formiga sendo esse surgindo como um entendimento local.

Para explicar melhor a origem do termo, o dicionário de espanhol *online* Michaelis, a tradução para o português da palavra *bagayo* significa pacote, bagagem, fardo, conjunto de objetos roubados ou ainda contrabando de pequena escala. Podendo surgir daí a origem do termo para denominar aquelas pessoas que atravessam a fronteira destas cidades-gêmeas em busca de produtos.

Seguindo este raciocínio, Mota (2011), em sua pesquisa para seu doutoramento, orienta que o comércio-formiga é realizado por aqueles que adquirem uma quantidade média de produtos para comercializá-los em uma área próxima à linha de fronteira, atividade que, na maioria das vezes, é desenvolvida como forma de sobrevivência.

Também segundo Catta (2005) em seu artigo intitulado *Sobreviver é preciso: pobreza e estratégia de sobrevivência em uma cidade de fronteira*, comenta que o ator social praticante do comércio-formiga é o mesmo que busca ou leva produtos de um lado para o outro da fronteira diariamente e que leva seus produtos para serem comercializados nos grandes centros.

É possível notar que os autores em questão divergem dessa prática. A primeira não comenta sobre a ilegalidade deste comércio, o segundo então enfatiza que este ator social busca e leva os produtos para serem comercializados nos grandes centros, dando a ideia da prática do contrabando ou descaminho.

Conforme estudo fronteiriço desenvolvido na região amazônica por Simões (2014), o comércio formiga pode ser compreendido como um fenômeno complexo materializado por distintas lógicas de deslocamento de fluxos transfronteiriços à luz classificatória de uma abordagem tripartite, respectivamente sob as modalidades de comércio formiga legal, ilegal e aparentemente legal. Nesse contexto temos em Simões (2014):

Num primeiro momento, tem-se a fronteira jurídico-política estabelecida no sentido de fixar soberania e ditar normas relacionadas ao fluxo de mercadorias, limitando produtos e valores por meio do comércio de subsistência, e ao fluxo de pessoas. Nesse aspecto, o comércio formiga é validado legal e tacitamente como ideal do ponto de vista estatal, onde os fluxos humanos e de mercadorias são controlados pelo Estado dentro de parâmetros pré-estabelecidos, e de um dado espaço (fixo).

Com relação à ilegalidade do comércio-formiga nas regiões fronteiriças, aparecem outros personagens que vivem desta modalidade, como é o caso de atravessadores que recebem a mercadoria com o intuito de repassar para outros mercados. De acordo com Ferreira (2009), há a economia ilegal nas fronteiras com os atravessadores, que promovem o chamado *contrabando formiga*. Em Simões (2014) temos detalhados aspectos desse contexto:

Num segundo momento, o aparato estatal, na tentativa de regular o comércio legal, por apresentar uma série de deficiências estruturais, fomenta o comércio formiga paralelo, normalmente promovido de forma individual ou por redes ilegais, tanto a nível transfronteiriço (sentido micro), quanto a nível transnacional (sentido macro). Nesse viés, a fronteira é vista pelo Estado como sendo um espaço de conflito, pois é marcada pelo comércio formiga ilegal, que atenta contra a soberania.

As cidades-gêmeas representam nesse sentido um amplo espaço dinâmico que promovem ampla comercialização e os preços competitivos são atrativos sempre constantes dessa região, e quando observados as vantagens comerciais, muitos buscam alternativas de viabilizar o trânsito legal de mercadorias. Assim em Simões (2014), destaca:

Por fim, há o comércio formiga aparentemente legal, mas que pode apresentar-se como um desdobramento negativo para o Estado, quando nos casos dos produtos adquiridos a retalho em um lado da fronteira dentro de um comércio formiga legal ou de subsistência, mas que são revendidos no outro lado da fronteira a preços geralmente elevados.

Ainda sobre o tráfico formiga, também ganha destaque o assunto é drogas ilícitas. Os traficantes então utilizam pessoas para atravessar as fronteiras com drogas armazenadas em seus corpos. Esta forma de transporte bastante utilizada pelos atravessadores foi citada por Gemelli (2013) que demonstra em seu trabalho, indivíduos levando pequenas quantidades de drogas escondidas no corpo, num movimento de ida e vinda entre as fronteiras. Daí a expressão formiga classifica o autor.

Essa mesma autora ainda menciona “em alguns casos, os “formigas” chegam a engolir em capsulas as drogas para dificultar sua apreensão”. (GEMELLI, 2013, p.106). Mas nessa categoria se enquadram os atravessadores que utilizam motos para esconder as drogas dentro dos capacetes para fazer a travessia nas fronteiras.

Procópio (1999) faz um relato minucioso dos ilícitos ocorrido na fronteira Brasil e Paraguai. O assunto em questão não se trata de tema novo no cenário fronteiriço. Segundo Procópio, a tradição de contravenção desta realidade está completando quase meio século de existência.

O autor afirma, ainda, que nas épocas de grandes feriados nacionais, festa Natalina, Semana Santa, ou ainda, quando o valor da moeda local está maior que a do outro país, o volume de pessoais que costumam transitar por essas áreas

fronteiriças se torna intenso, levando a impossibilidade de haver uma fiscalização mais eficiente dos órgãos.

As fronteiras internacionais atraem pessoas com o interesse de comercializar ou atravessar drogas e tudo isso começou segundo ele, de forma "inocente" com a travessia de substâncias como álcool e nicotina vinda dos Estados Unidos. Nos dias atuais, é de lá que saem e entram grandes quantidades de produtos químicos que são utilizados para refinar drogas, que são contrabandeadas, saindo do Brasil para a Europa (PROCÓPIO, 1999).

O autor indica que esta inocente prática trouxe uma mudança no cenário das fronteiras, onde os *turistas* pouco a pouco foram envolvidos em contrabando formiga de bebidas alcoólicas, cigarros e roupas, transformando-se anos depois como verdadeiras ondas humanas conhecidas popularmente como sacoleiros.

Ao discutir o comércio-formiga, é importante mencionar que o termo sacoleiro é comumente conhecido na linguagem cotidiana, onde se titulam aquelas pessoas que vendem produtos de *porta em porta* em repartições públicas, casas ou até mesmo parados na rua com suas mercadorias sendo expostas ao chão em cima de lonas.

Seguindo este mesmo raciocínio o termo também é utilizado para aquelas pessoas que se deslocam de seu domicílio com o objetivo de comprar produtos em outras localidades para revenderem em seus locais de origem.

Entretanto, o termo sacoleiro no âmbito científico é de difícil conceituação, apesar de vim sendo empregado em artigos científicos de diversas formas, mas nos quais se percebe que muitos autores divergem dos conceitos.

Para conceituar estes atores sociais que transitam nas localidades fronteiriças popularmente chamado de sacoleiro é preciso levar em conta o que diz Ferreira (2005) que afirma em seu dicionário, que sacoleiro é o vendedor ambulante que leva sua mercadoria ao local de trabalho ou à casa do cliente.

Já no dicionário Houaiss (2004) este termo é mencionado como pequeno comerciante que traz objeto de outras localidades, estado ou até mesmo do exterior, para revender de porta em porta ou em locais de trabalho.

Podemos entender que um conceito complementa o outro, mas não se igualam em definição. Comerciante ambulante, pequeno comerciante podem ser



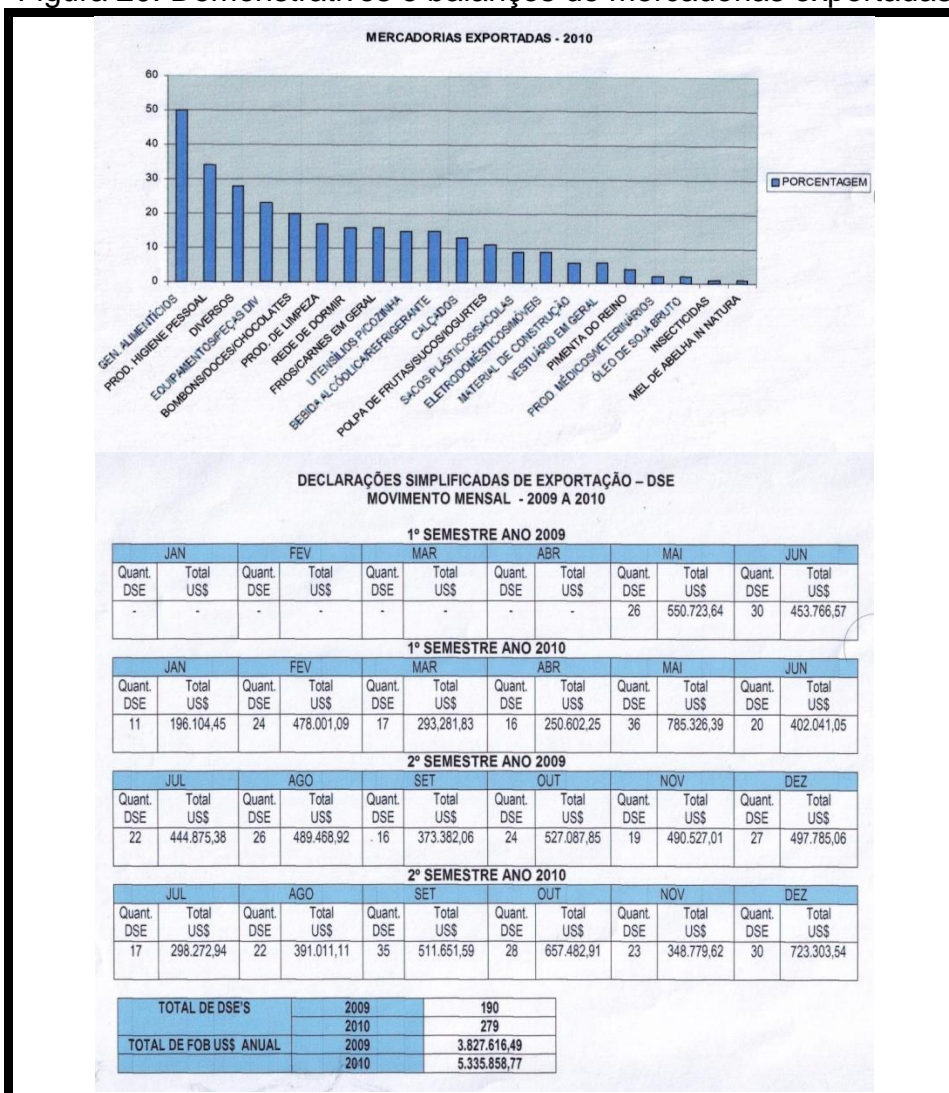
comparados com comerciante formiga. O termo sacoleiro aparece em pesquisas científicas relacionadas à tríplice fronteira Brasil-Paraguai-Argentina destacando os indivíduos que atravessam essas fronteiras em busca de comprar produtos para revender no Brasil em sacolas.

Essas ondas foram se especializando e aumentando o seu nicho de produto a serem contrabandeados, os eletrodomésticos, produtos eletrônicos, armas, químicos controlados, sintéticos e finalmente a chegada das drogas mais fortes. Toda essa transformação, segundo o autor, trouxe prejuízos incalculáveis com perdas humanas e grandes colapsos financeiros para as indústrias e ainda para o comércio como já discutido.

Especificamente nas fronteiras de Roraima, o chamado comércio-formiga já foi assunto aventado por pesquisadores locais. Magalhães, analisando a questão especificamente das duas fronteiras, ou seja, com a Venezuela e com a Guiana, definiu o comércio-formiga da seguinte maneira: “[...] uma forma cotidiana de intercâmbio comercial, no qual as pessoas abastecem-se de produtos da dieta básica, fenômeno que ocorre entre as localidades limítrofes, é um comércio incipiente” (MAGALHÃES, 2007, p. 3).

O gráfico da Figura 20 mostra que a fronteira Guiana-Brasil tem crescido bastante nos últimos anos. A economia que gira em torno dessa região, apesar das dificuldades e limitações dos meios de fiscalização utilizados pelas autoridades brasileiras e guianenses, tem fortes relações com o comércio regular, principalmente a entrada e a saída de mercadorias engendradas pelo comércio-formiga de Lethem.

Figura 20: Demonstrativos e balanços de mercadorias exportadas



Fonte: Receita Federal/RR.

Barros (1991, p. 188) afirma que o comércio é fiscalizado na medida das possibilidades, mas à parte dos planos para fomentar o comércio entre o Governo do Estado de Roraima e a Guiana, menciona que:

[...] prolifera o —comércio de formigas de fronteira, em Lethem/Bonfim, de alimentos, eletrônicos, roupas, calçados, medicamentos, ora num sentido ora no outro da fronteira, de acordo com as flutuações de câmbio das suas moedas em relação ao dólar americano, e à inflação (BARROS, 1991, p.188).

Cabe, então, ao aparato estatal regular o comércio legal, por ser deficitário, e coibir o comércio-formiga paralelo, normalmente promovido por redes ilegais. Devido a essa realidade, a fronteira é vista pelo Estado como sendo um espaço de conflito, pois é marcada pelo comércio-formiga ilegal que atenta contra a soberania.

## **5.1 O Comércio-Formiga em Área de Fronteira: o fluxo ilegal e a economia informal**

Inicialmente, o comércio-formiga da fronteira Lethem/Bonfim sempre existiu na comercialização de alimentos, produtos eletrônicos, roupas, calçados e medicamentos. Os fronteiriços estão acostumados a viverem dependentes do câmbio, não apenas do seu próprio país, mas também do país vizinho. Dos produtos passíveis de grande demanda no mercado guianense figuram as máquinas pesadas, os pneus e o material elétrico. A Guiana é, ainda, potencialmente exportadora de peixes, camarões e açúcar.

As peculiaridades locais constatadas nas cidades fronteiriças de Lethem e Bonfim são atrativos representativos de importante relevância para o comércio e diversos setores produtivos da economia, dentre os quais exercem grande interesse dos consumidores, mesmo que sua infraestrutura não seja moderna, mas os preços competitivos ampliam o fluxo nas cidades de fronteira. Em Simões (2014), apontam características desse contexto:

O comércio-formiga também se torna um dos atrativos das cidades da fronteira, já que a cultura de subsistência é um fator que também se torna evidente. Sobre o fator serviço, ao contrário de Bonfim, em Lethem a infraestrutura da cidade ainda é bastante precária.

Com relação à migração, o município de Bonfim apresenta o mais alto índice de imigrantes internacionais de Roraima, ao passo que Pacaraima, apesar de localizar-se igualmente no limite internacional e de possuir uma fronteira seca que favorece a interação entre este município e Santa Elena, na Venezuela, possui um número de imigrantes internacionais bem menos expressivo. Nessa fronteira venezuelana a fiscalização é mais forte também.

Os enclaves sociais provenientes dessa concentração populacional originada a partir da existência consolidam-se mediante o comércio-formiga, mesmo que a infraestrutura não seja completa pela iniciativa pública, há nesse sentido um compartilhamento entre as cidades-gêmeas sobre a necessidade de condições de atendimento hospitalar, educacional e pelos programas sociais disponíveis, na Figura 21, o mapa da localização estratégica da Guiana em relação ao Oceano Atlântico.

Figura 21: Localização de Lethem em relação ao Oceano Atlântico



Fonte: Guyana (2013).

Nos primórdios de fundação, a cidade-gêmea de Lethem possuía localização estratégica responsável por relevante fluxo econômico e social, tendo considerável passagem das comunidades tradicionais originárias, bem como realizavam passagem pela cidade-gêmea de Bonfim. Em Simões (2014) observa aspectos relevantes:

Mesmo quando era um pequeno povoado - ou vila, Lethem representava para a região do Rupununi um dos principais pontos para o trânsito de pessoas, especialmente, indígenas que ali moravam e transitavam também pelo lado da fronteira brasileira, e do comércio, principalmente de gado, servindo como ponto de abastecimento a diversas famílias da região.

A Tabela 4 demonstra que o fluxo de veículos aumenta nos meses de férias escolares (janeiro, julho) e nos meses próximos do fim do ano, motivo que leva o empresário local a contratar mão de obra sazonal, especialmente nos fins de semana, onde os órgãos de controle registram um intenso fluxo na fronteira.

Tabela 4 - Movimentação mensal de veículos Bonfim/Lethem

MÊS	2012	2013
Janeiro	13.265	12.710
Fevereiro	10.085	9.518
Março	8.347	9.270
Abril	7.283	5.306
Mai	6.511	8.978
Junho	9.523	8.503
Julho	10.848	12.828
Agosto	6.308	8.286
Setembro	7.960	-
Outubro	11.756	-
Novembro	11.254	-
Dezembro	14.347	-
<b>TOTAL</b>	<b>117.487</b>	<b>81.407</b>

Fonte: Receita Federal Brasil/Bonfim (2012-2013).

Essa movimentação de veículos na fronteira é estimulada por brasileiros que vivem em Boa Vista, de acordo com o relato informal do auditor da Receita Federal em Bonfim.

Em relação aos fluxos de veículos na fronteira, Paixão (2012), ao analisar os empreendimentos e fluxos turísticos na fronteira Guiana - Brasil, levantou no mês de julho de 2012 junto à Polícia Federal do Brasil a estimativa de veículos com placas de Bonfim e veículos nacionais brasileiros, como está colocado na Tabela 5.

Tabela 5 - Tipos de veículos na fronteira Bonfim/Lethem

Localidades	Carr	Taxi	Moto	Total
Bonfim	2.117	647	558	3.322
Demais localidades	7.124	197	248	7.556
Total	9.241	839	798	10.878

Fonte: DETRAN/RR/2012.

O fluxo maior de motos de Bonfim para Lethem se explica pela proximidade entre as duas cidades, são apenas sete quilômetros, e os números demonstram também que o comércio beneficia principalmente Boa Vista, com a presença de turistas de outros estados que se deslocam até a fronteira para fazer compras. Fica evidente também que parte do fluxo na fronteira se faz notadamente por intermédio de táxi em Bonfim. A Figura 22 da Receita federal brasileira demonstra o aumento

do fluxo de veículo na região, demonstrando o crescimento do comércio e aumentando possibilidades de desenvolvimento.

Figura 22: Fluxo de veículos entre os dois países Guiana – Brasil na área do comércio-formiga

TRÂNSITO DE VEÍCULOS – FRONTEIRA BRASIL-GUIANA											
ANO 2010											
MOVIMENTO MENSAL											
JAN			FEV			MAR			ABR		
Quant. Carros	Quant. Táxi	Quant. Motos	Quant. Carros	Quant. Táxi	Quant. Motos	Quant. Carros	Quant. Táxi	Quant. Motos	Quant. Carros	Quant. Táxi	Quant. Motos
6.879	1.043	1.184	6.391	799	1.093	5.380	1.067	1.202	8.286	1.342	1.364
<b>TOTAL</b>		<b>9.106</b>	<b>TOTAL</b>		<b>8.283</b>	<b>TOTAL</b>		<b>7.649</b>	<b>TOTAL</b>		<b>10.992</b>
MAI			JUN			JUL			AGO		
Quant. Carros	Quant. Táxi	Quant. Motos	Quant. Carros	Quant. Táxi	Quant. Motos	Quant. Carros	Quant. Táxi	Quant. Motos	Quant. Carros	Quant. Táxi	Quant. Motos
5.582	1.157	1.286	6.837	1.327	1.503	7.868	1.301	1.440	5.318	962	1.095
<b>TOTAL</b>		<b>8.025</b>	<b>TOTAL</b>		<b>9.667</b>	<b>TOTAL</b>		<b>10.609</b>	<b>TOTAL</b>		<b>7.375</b>
SET			OUT			NOV			DEZ		
Quant. Carros	Quant. Táxi	Quant. Motos	Quant. Carros	Quant. Táxi	Quant. Motos	Quant. Carros	Quant. Táxi	Quant. Motos	Quant. Carros	Quant. Táxi	Quant. Motos
6.483	1.222	1.343	8.493	1.342	1.352	8.164	1.447	1.453	14.405	2.051	2.029
<b>TOTAL</b>		<b>9.048</b>	<b>TOTAL</b>		<b>11.187</b>	<b>TOTAL</b>		<b>11.064</b>	<b>TOTAL</b>		<b>18.485</b>
<b>TOTAL DE CARROS 2010</b>			<b>TOTAL DE TÁXIS 2010</b>			<b>TOTAL DE MOTOS 2010</b>					
90.086			15.060			16.344					
<b>TOTAL DE VEÍCULOS EM 2010</b>			121.490								

Fonte: Receita Federal (2010).

A regulamentação, fiscalização e controle do comércio-formiga são estabelecidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, dispondo de um arcabouço normativo de permissões e proibições quanto à circulação de mercadorias e bens na entrada e saída do país.

Esse órgão é que estipula ou deve estipular valores limite para atravessar, pela via terrestre, fluvial ou lacustre, a fronteira, sendo a isenção tributária de U\$\$ 300,00 (trezentos dólares americanos), por exemplo. Pela via aérea ou marítima, o valor da isenção é de U\$\$ 500,00 (quinhentos dólares americanos). Em Bonfim, por via terrestre, a orientação do órgão fiscalizador é que o valor máximo de compras é de R\$ 500,00 (quinhentos reais).

A entrada de mercadorias da Guiana pela fronteira de Bonfim, tem dois aspectos: de um lado a ilegalidade evidenciada nos diversos produtos em Lethem, de outro, a própria concepção da fronteira político-jurídica limitada na soberania do Estado brasileiro impede um questionamento rigoroso quanto à origem das mercadorias, essa é uma das questões com relação ao contrabando.

Os distintos contextos do comércio em Lethem e Bonfim diferenciam-se em normas e procedimentos praticados nas relações fronteiriças das cidades-gêmeas, pois a complexidades das regras praticadas dificultam a compreensão do procedimento fronteiriço, em decorrência da comercialização intensa constatam-se enormes inadequações, que despojam os procedimentos fiscais, fragilizadas principalmente pela incipiente fiscalização fronteiriça, e reduzindo consideravelmente a atuação jurídica dos procedimentos de fiscalizações. Observa-se em Simões (2014), especificidades para a compreensão dessa dinâmica:

[...] um contra senso dentro do ordenamento jurídico brasileiro acerca da entrada das mercadorias advindas do comércio de Lethem, ou seja, via comércio-formiga legal No primeiro momento, o Estado permite adentrar mercadorias falsificadas em território brasileiro, respeitadas as condições impostas pelo fisco (limite terrestre). Em um segundo momento, uma vez ultrapassadas essas condições, criminaliza a conduta do descaminho, caso o particular deixe de recolher os tributos devidos inerentes à natureza jurídica do bem adquirido, quando o ideal deveria ser a proibição desses produtos, como estratégia de combate à pirataria.

As dificuldades fronteiriças de fiscalização acentuam-se pela existência de ponto cego na faixa que incorpora o perímetro de travessia de produtos, que também são observados pela pouca fiscalização dos procedimentos fronteiriços, o que requer investimentos de ambos os Estados, para que as correções dos procedimentos possam reverter a passagem inadequada de produtos oriundos das cidades-gêmeas, pois sem o pagamento dos impostos e mesmo a existência de produtos que não seguem os padrões e regras comprometem as condições de combate a pirataria, além de inviabilizar os tributos e encargos para o erário público.

O controle da fronteira é precário pelo fato de o quadro de pessoal ser incipiente e, também, pela manutenção dos procedimentos burocráticos. Na Figura 23, temos uma visão dessa problemática:

Figura 23 - Quadro do número de gestão de pessoas exercendo funções no Posto Fiscal

QUADRO DE LOTAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL EM BONFIM/RR							
ANO 2010							
AUDITOR FISCAL		ANALISTA TRIBUTÁRIO		ADMINISTRATIVO		MOTORISTA	
Existente	Ideal	Existente	Ideal	Existente	Ideal	Existente	Ideal
1	2	3	5	3	6	1	1
TOTAL DE FUNCIONÁRIOS LOTADOS NA IRF/BONFIM				9	IDEAL DE FUNCIONÁRIOS		14

Fonte: Receita Federal - 2010.

A distância da República Cooperativa da Guiana (ex-Guiana Inglesa), considerando a cidade fronteiriça de Lethem, é de quase 125 km de Boa Vista em estrada asfaltada (BR-401). Às margens do rio Tacutu localiza-se o município de Bonfim, sendo um pouco maior do que Pacaraima, com uma população de 3.000 habitantes na sede municipal, e 9.337 no total do município. Sua infraestrutura urbana é um pouco mais organizada do que Pacaraima.

O comércio local de Bonfim tem se beneficiado do acréscimo de consumidores, principalmente de trabalhadores procedentes de *Lethem*, muitos com residência fixa no Brasil. Não só são atraídos pelas oportunidades de emprego (informal) e pelo comércio, melhor em Bonfim, mas também pela presença de postos de saúde, melhor em Lethem. O serviço de saúde é muito precário, que resume a um pequeno hospital onde são poucos os serviços oferecidos e com comércio melhor. Não existe posto de gasolina em Bonfim já que a gasolina é mais barata em Lethem.

Esse tipo de serviço tem bastante relevância no âmbito das fronteiras, uma vez que, ao realizar o transporte de passageiros como potenciais consumidores de produtos e de serviços funcionam como verdadeiro ator dentro da rede.

Devido a grande movimentação entre Bonfim e Lethem, a Receita Federal mantém um posto de fiscalização na cidade de Bonfim, que fica na divisa do Brasil com a Guiana Inglesa com a inauguração da ponte sobre o rio Tacutu, a Lethem, na



Guiana, esse prédio da Aduana brasileira foi instalado, fica a poucos metros da saída da ponte no lado brasileiro.

A intenção inicial era fazer do prédio um posto integrado abrigando a RFB, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), o Ministério da Agricultura, o Ibama, a Fundação Estadual do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia (FEMACT), a Secretaria Estadual da Fazenda (SEFAZ/ RR) e as polícias Federal, Rodoviária, Militar e Civil. Mas, até o momento, apenas os servidores da Receita Federal utilizam a unidade, e não consegue coibir totalmente o contrabando que ocorre nesta parte da fronteira brasileira.

Mas, antes de ingressar no país, o primeiro controle é feito pela Polícia Federal, que mantém três servidores no posto instalado na cabeça da ponte. Na sequência, o visitante passa pelo controle da Aduana, são feitas orientações para os condutores de veículos que atravessam a fronteira em direção a Lethem para não extrapolarem a cota estabelecida, mas isso não é feito com todos, o fluxo é muito grande e quando esses veículos voltam a fiscalização se dá pela observação do volume de mercadoria que cada carro traz.

As instalações institucionais não apresentam uma padronização dos organismos institucionais, e tão pouco dispõe de equipe técnica em quantidade suficiente diante da crescente demanda decorrente no comércio-formiga, na figura 26, registros fotográficos apresentam as dependências dos dois postos fiscais, que em conjunto com outras instituições realizam o monitoramento e controle das operações burocráticas necessárias para recepção do fisco e procedimentos.

Como já demonstrando, o fluxo de veículos cresceu bastante com a inauguração da ponte, antes a travessia era feita por balsa e passavam aproximadamente 200 carros por dia, agora, com a ponte. Com a ponte, esse fluxo supera os mil veículos, um crescimento de mais de 500% especialmente nos fins de semana e feriados, além dos períodos de férias, nos meses de dezembro, janeiro e julho.

O acesso é fácil, com a BR401 totalmente asfaltada, a cidade de Bonfim fica a 125 quilômetros de Boa Vista a expectativa de que, com a abertura da ponte, o comércio entre os dois países se intensificou bastante. Além do comércio de Lethem, a fronteira é usada para a importação de trigo vindo do Canadá e de outros

produtos. A cidade de Lethem tem atraído cada vez mais o interesse dos moradores do estado, que se dirigem ao país vizinho para comprar produtos importados, o que está estimulando a abertura de novas lojas.

Com relação à fiscalização, o que acontece na prática é a falta de efetivo na Aduana, limitando inclusive o horário de funcionamento, de 8h às 19h. Após esse horário, o fluxo de veículos na ponte é interrompido, mas não há restrição à passagem de pedestres, que é comum.

Essa falta de servidores também impede a realização de ações em outras áreas da fronteira, que acaba por permitir o contrabando, muito comum nesta faixa de fronteira. Apenas na região de Bonfim são mais de 300 quilômetros que deveriam ser controlados, mas como não há efetivo e estrutura esse trabalho acaba não sendo realizado, enfim, o contrabando compromete importantes relações comerciais entre as cidades-gêmeas. Tais aspectos observam-se em Simões (2014):

O crime de contrabando na fronteira Guyana-Brasil está intimamente ligado com a contrafação, já que essa prática é marcada pela violação de direitos da propriedade intelectual ligada a grandes marcas, que no caso é representada pela venda deliberada do vestuário contrafeito em Lethem.

A dinâmica promovida com os fortes atrativos das cidades-gêmeas estabelecem fortes influências nas metodologias comerciais, mas que sem as observações das regras deixam rupturas na sua função primeira, a localização estratégica não vem obedecendo o potencial comercial, que poderiam coexistir mediante a implantação dos projetos estruturantes como a Zona de Processamento de Exportação – ZPE, o que traria a implantações do maior números de instituições a acompanhamento os procedimentos fronteiriços incluso a práticas comerciais. Conforme Figura 24 temos o demonstrativo da relação fluxos relevantes para a dinâmica das cidades-gêmeas em análise.

Considerado todos os fatores de viabilidade como o acesso aos comércios internacionais e a estrutura existente, os assuntos fronteiriços decorrentes dos fluxos necessitam do acompanhamento institucional da Guiana e do Brasil, promovendo fiscalização, e identificando os ajustes oficiais. Observa-se em Simões(2014) que:

Na fronteira Guiana-Brasil esses crimes são recorrentes. Por meio da dinâmica das redes ilegais sustentadas pelos fixos (cidades) e estimuladas por diversos fluxos (legais, ilegais), o descaminho, o contrabando e a contrafação também encontram na fronteira o espaço para o desencadeamento dessas dinâmicas.

Figura 24: Demonstrativo do fluxo do comércio-formiga.



Fonte: SIMÕES; SENHORAS *apud* SIMÕES (2014).

Para Simões (2014), conforme ilustrou, na Figura 24, o movimento do comércio-formiga na fronteira. Na parte central do triângulo concentra-se a dinâmica desse tipo de comércio ilegal (e, aparentemente legal) estimulada pela atuação na fronteira, por um lado de guianenses e, por outro, de brasileiros, sendo as empresas a base de sustentação dessa atuação. O círculo representa o Estado, responsável pelo controle desse comércio.

Portanto, além das vantagens e do desenvolvimento que o comércio bem organizado e legalizado nas chamadas cidades-gêmeas, ou seja, as cidades que ficam bem próximas nas áreas de fronteiras, é importante destacar também os problemas que ocorrem com relação ao contrabando e a produtos pirata vendidos em larga escala nas fronteiras. Então, é importante esse recorte sobre a questão nas referidas cidades.

Simões (2014) considera que a parte externa do círculo indica ainda que o universo do comércio-formiga se movimenta pela mesma atuação, mas sustentado pelos crimes de descaminho, contrabando e contrafação, movimento limitado pelo Estado diante de políticas repressoras direcionadas para a fronteira, a exemplo da ENAFRON. Nesse caso, a atuação das empresas também fomenta a sustentação do fixo, particularmente Lethem. Vale dizer, a sustentação do micro espaço que reproduz a fronteira econômica numa leitura globalizada engendrada pela pirataria.

Como já mencionado antes nesta pesquisa, o PIB do município de Bonfim cresceu pouco no período de um ano. Certamente, o fluxo ilegal de mercadoria e os produtos pirateados vendidos na fronteira são grandes responsáveis por este déficit quanto às questões dos ilícitos. Ou seja, em nível de arrecadação para o Estado fica reduzido em função de tanta ilegalidade.

Dado o movimento do comércio-formiga em seus mais variados desdobramentos, Simões (2014) destaca que podemos deduzir que a problemática do vazamento da renda e de tributos brasileiros, vistos em termos da dinâmica territorial, na fronteira Guiana-Brasil, é fruto de elementos combinados, sobretudo quando o poder é parte intrínseca das relações vivenciadas dentro desses elementos.

O fluxo ilegal de mercadorias vai muito além do simples contrabando entre as cidades fronteiriças de Bonfim, do lado brasileiro, e Lethem no guianense. É importante a análise por esse aspecto da questão do contrabando e de produtos pirateados de outros países.

Como última cidade da Guiana antes da fronteira com o Brasil, Lethem guarda resquícios bem visíveis da colonização inglesa, com características bem marcantes da ex-colônia com seus colonizadores no passado. A língua falada é o inglês, até mesmo pelos indígenas, com grandes grupos de pessoas dominando uma língua nativa e a língua do colonizador europeu.

Outra característica que retrata a cultura inglesa são os carros, que têm o volante do lado direito. A mão do trânsito, como na Inglaterra, é invertida. Alguns casarões assemelham-se às edificações existentes nas áreas rurais do Reino Unido.

Porém, as características com a metrópole colonizadora do passado é nesses aspectos citados, porque é no comércio pirata que a economia da cidade se move e se desenvolve, o que não inviabiliza a importância da relação comercial com o lado brasileiro. Mas, é importante que se diga que é uma realidade esse fato.

Além do comércio pirata, o contrabando do ouro também ocorre, com o garimpo ilegal, semelhante ao Brasil, constituindo-se como componente importante na economia da região, inclusive no lado brasileiro. Isso é sustentado na venda em grandes lojas, com as dimensões de galpões, de mercadorias produzidas em massa na China e largamente consumida pelos brasileiros.

Nessas casas comerciais, a clientela brasileira, principalmente de Roraima e do Amazonas, pode comprar diferentes modelos de bolsas falsificadas Louis Vuitton por R\$ 50. No centro do Rio, camelôs vendem o mesmo tipo de bolsa por R\$ 150. As camisas Lacoste, vendidas largamente nas calçadas do centro de Manaus, cuja marca pirateada custa de R\$ 7 a R\$ 15. Os tênis All Star, de R\$ 35 a R\$ 40. Um casaco Adidas, falso, vale R\$ 45. Há perfumes, roupas e equipamentos de dezenas de marcas famosas. Só que tudo produzido na China.

Uma gama de produtos que são vendidos em larga escala e que atraem muitos compradores de todo país para revenda num comércio informal e mesmo em conceituadas lojas, o que explica a existência de um mercado negro onde são adquiridos os produtos roubados em grandes capitais. Afinal de contas, para onde vão tantas mercadorias e cargas roubadas, onde vão parar?

Existem estatísticas não oficiais comentadas pelo funcionários da Receita Federal brasileira na fronteira com a Guiana que avaliam entre US\$ 6 milhões e US\$ 7 milhões o total movimentado por mês em Lethem pelo comércio pirata. Não há estatística sobre a produção e o contrabando de ouro.

Quase não existe fiscalização para essas mercadorias que chegam ao Brasil, oficialmente, pela ponte que separa os dois países, sobre o Rio Tacutu, no lado guianense. Não há nenhuma fiscalização, tanto na saída do país quanto na entrada. Mas, apesar das dificuldades, muitos produtos são apreendidos pela fiscalização conforme Figura 25 abaixo:

Figura 25: Mercadorias apreendidas.



Fonte: Receita Federal

A fiscalização é mais rigorosa do lado brasileiro. Na alfândega, em Bonfim, 150 bagagens passam diariamente, em média, pela aparelhagem de raio X. Como sabem da presença dos agentes da Receita na descida da ponte, os contrabandistas aproveitam-se da facilidade da travessia do Tacutu e, em barcos, alcançam a margem brasileira, a 50 metros de distância. As mercadorias retidas para recolhimento dos tributos por excesso de limites da cota de US\$ 300,00 são comprovações da enorme dinâmica existente nessa região. A tecnologia de ponta é utilizada, como o scanner para bagagem acompanhada, servindo para a fiscalização e controle de ações ilegais na passagem de consumidores e turistas.

Esse é um dos grandes desafios dos dois governos, o contrabando intenso, próximo à ponte, uma região vazia. A população de Lethem não chega a 20 mil pessoas. A densidade populacional corresponde a 0,3; habitante por quilômetro

quadrado, o que facilita o contrabando e qualquer comércio ilegal; e, no lado brasileiro, há menos gente ainda. Não se pode ignorar que, da entrada de Bonfim até o posto de fiscalização da fronteira, são sete quilômetros, portanto, há menos gente ainda. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) informa que, em Bonfim, de acordo com o censo de 2010, vivem 10.943 pessoas. Os problemas são rotineiros na fronteira, tanto deste lado entre Bonfim e Lethem, como na fronteira com a Venezuela. Nessa última fronteira, o contrabando mais comum é o de gasolina.

Na situação de descaminho e de contrabando, a ENAFRON tem o papel importantíssimo. Embora a prática da modalidade criminosa seja constatada em toda a região fronteira, a maior concentração de ingresso dos produtos ocorre com mais intensidade no Paraguai (Foz do Iguaçu, Guairá e Ponta-Porã), Bolívia (Corumbá e Cáceres), Argentina (Foz do Iguaçu, São Borja, Itaqui e Uruguiana) e Uruguai (Santana do Livramento e Bagé). A movimentação maior dá-se pela alta taxa demográfica dos Estados próximos e o fácil acesso de praticamente todos os Estados a partir de Pará, mas isso não diminui a gravidade da situação em Bonfim e Lethem.

A ENAFRON e outras ações dos governos estadual e federal objetivam também intensificar o controle e a fiscalização das fronteiras. Além dos órgãos que compõem esse programa, o programa atua em conjunto com as Secretarias Estaduais de cada ente federativo pertencente à faixa de fronteira, que funcionam como interlocutores das ações desenvolvidas em tais regiões.

O comércio local é bem reduzido, restringindo-se a algumas lojas. Apesar da existência de um serviço de correio, um hospital, um hotel e um posto da Cruz Vermelha, tudo é muito simples e por vezes os moradores são obrigados a se deslocarem para Bonfim, a fim de serem atendidos ou para realizarem compras.

## **5.2 O Fluxo Ilegal, o descaminho e demais Crimes na Fronteira**

Na fronteira com a Venezuela, a 220 km de Boa Vista, o tráfico de drogas e o contrabando de combustíveis e eletroeletrônicos lideram as apreensões. Na fronteira com a Guiana, a 120 km da capital, o tráfico de drogas e de armas é o principal

crime fronteiriço. Em ambas as fronteiras, Brasil/Guiana e Brasil/Venezuela, é intensa a entrada ilegal de estrangeiros, cujos infratores utilizam rotas clandestinas abertas na floresta conhecidas como *transmuambeiras* ou *caminhos verdes*, para fugir da fiscalização, uma vez que a característica geográfica dificulta o trabalho dos policiais.

No lado da fronteira com a Venezuela, em Pacaraima, a região é de fronteira seca (com vegetação pouco densa) e parte de seu território está dentro de duas reservas indígenas, Raposa Serra do Sol e São Marcos. A travessia legal é feita apenas pela BR-174, onde ficam a Delegacia da Polícia Federal e a unidade de fiscalização aduaneira da Receita Federal.

O contrabando ocorre, segundo autoridades da Delegacia da Polícia Federal em Pacaraima, em razão da grande diferença do preço entre combustíveis (gasolina e diesel) na Venezuela em comparação ao Brasil - a maior incidência é de contrabando de gasolina, o que gera a possibilidade de lucro fácil com a gasolina contrabandeada.

Mas a fiscalização tem sido intensificada e já apresenta bons resultados. Dois exemplos podem ser observados: diminuição da fila para abastecimento no posto de combustível venezuelano. No início de 2009, era comum haver imensas filas que se estendiam. Houve, também, a diminuição do número de acidentes na BR-174 envolvendo veículos que transportam gasolina irregularmente.

Na fronteira com a Guiana, o contrabando e tráfico ocorrem tanto de forma terrestre, utilizando pelo menos cinco rotas clandestinas abertas na mata, quanto pelo rio Tacutu, que divide o Brasil e aquele país. A fiscalização é feita no posto da PF em Bonfim, na BR-401, como também no posto da operação Sentinela, instalado após a ponte dos Macuxi, na entrada de Boa Vista.

O controle migratório é outra preocupação que tem recebido mais atenção por parte da Polícia Federal, a fiscalização dá-se no próprio setor de migração, localizado na Delegacia de Pacaraima ou no posto da PF em Bonfim, além dos postos da Sentinela, onde são feitas consultas aos bancos de dados de segurança pública, verificando se há algum impedimento para as pessoas que entram ou saem do país.



O controle migratório é feito tanto na delegacia em Pacaraima quanto no posto em Bonfim, assim como nos postos da operação Sentinela. Apesar da coibição, a fiscalização tem constantemente detectado estrangeiros tentando entrar irregularmente no país, sendo feita sua repatriação (quando não foi feita a entrada formal no país) ou deportação (quando houve entrada autorizada, mas houve irregularidade, por exemplo, por excesso de prazo ou por pessoa com autorização como turista, mas que realiza atividade remunerada no país).

Outro problema, considerado grave no combate a contravenção é a falta de efetivo da Polícia Federal (PF) e Polícia Rodoviária Federal (PRF) nas fronteiras brasileiras com os países vizinhos é mais político do que estratégico, quando deveria ser o contrário. É político porque a realização de concursos públicos depende de decisões políticas.

O que existe e acontece são operações esporádicas em conjunto para reprimir o contrabando. Existe, por exemplo, a área específica de atuação da ANVISA e as atribuições constitucionais da Polícia Federal. Em regra, se durante fiscalização policial observa-se situação de atribuição da ANVISA o caso é encaminhado.

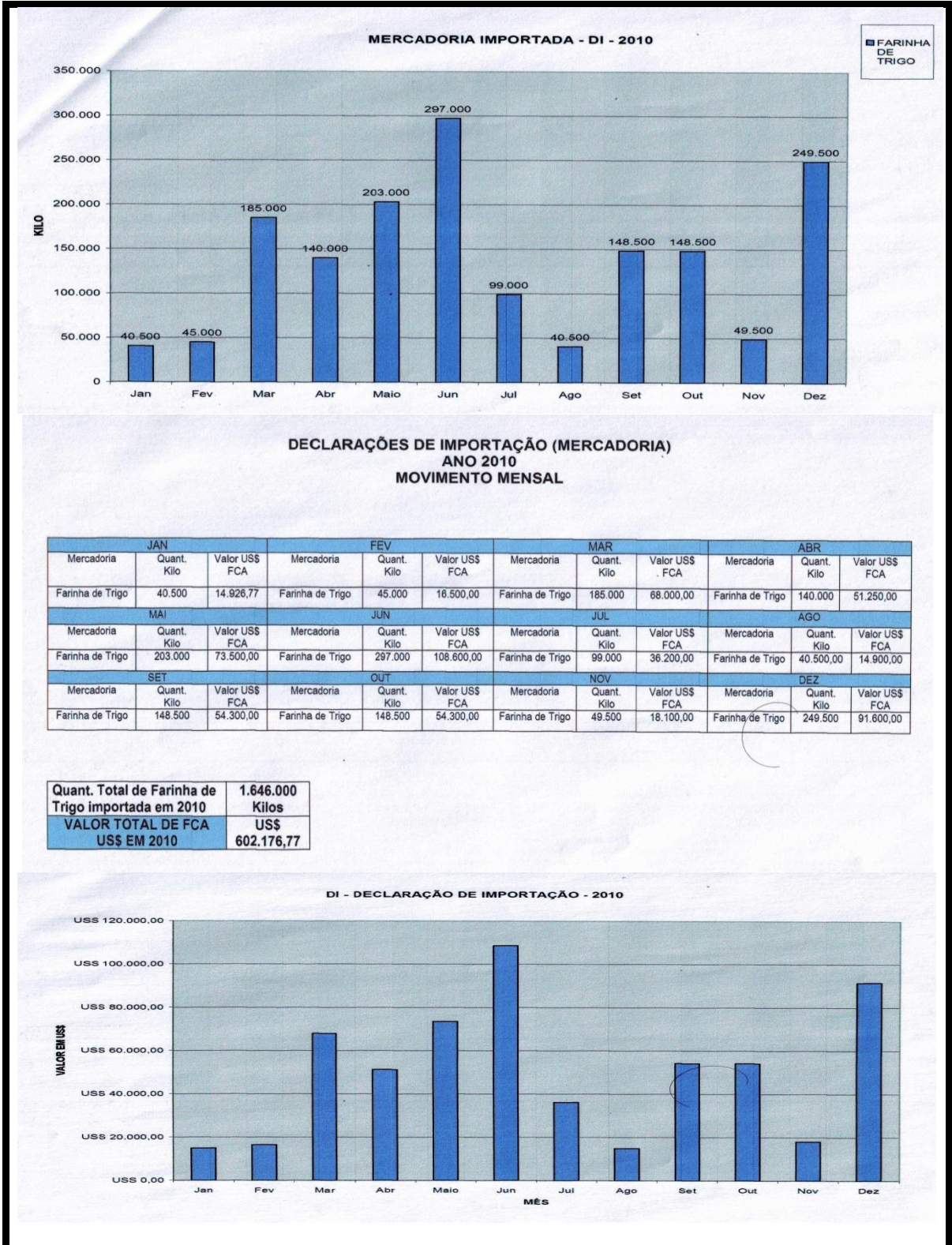
O Ponto de Migração Terrestre em Bonfim/RR só há 03 policiais, o que é absolutamente insuficiente para fiscalizar. O funcionamento poderia ser 24 horas, mas só funciona das 08h00min da manhã até às 18h00min horas, o que contribui para ocorrer o fluxo ilegal no período noturno, mas a superintendência desconhece algum sobre o funcionamento sobre abertura e fechamento da fronteira, ou seja, o fato de não funcionar a noite é porque não dispõe de pessoal. Os veículos utilizados na verificação feita pelo posto fiscal da Polícia Federal a apenas uma viatura para a realização dos serviços daquele ponto de migração.

O trânsito entre as cidades fronteiriças Bonfim e Lethem é livre, para os residentes nas cidades fronteiriças, não é realizado nenhum controle migratório, portanto, a superintendência da Polícia Federal não tem como informar o perfil destas pessoas que somente transitam por estas cidades, o que prejudica a fiscalização.

Não existem dados específicos sobre controle migratório, ou seja, como o controle migratório é realizado com base na nacionalidade, não temos dados específicos sobre a naturalidade do viajante.

O trabalho desenvolvido na fronteira é muito complexo, como podemos ver na tabela da Figura 26 do movimento mensal de mercadorias importadas em 2010. O comércio tem crescido e exige maiores investimentos para fiscalizar e ter um controle maior, não somente nas exportações, mas principalmente o que entra no país por esta faixa de fronteira.

Figura 26 - Demonstrativos das divisas que saem do Brasil com destino a outros mercados



### 5.3 Comércio-formiga Legal e aparentemente Legal

O comércio-formiga aparentemente legal pode se apresentar em uma visão negativa para o Estado, neste sentido, os produtos comprados de um lado com preços mais baixos que o praticado no outro lado pode ser a causa de problemas como alta na inflação, vazamento de renda e diminuição no recolhimento de tributos.

A inflação é o fenômeno econômico que está ligado diretamente ao aumento constante no valor dos preços dos produtos comercializados. Com isso, a inflação pode ser entendida como a perda monetária do dinheiro ao longo do tempo, ou ainda, a diminuição do poder de compra com o enfraquecimento da moeda.

Com isso pode-se entender de uma maneira geral que para o aumento da inflação entende-se que existem fatores aceleradores ou desaceleradores. Para efeito da discussão abordar-se-á apenas os efeitos aceleradores como Inflação de Demanda ou inflação de custos.

Segundo Luque (2004), a inflação de demanda é considerada o tipo mais “clássico” e se dá quando há excesso de demanda agregada em relação à produção disponível, ou seja, quando mais consumidores procuram os produtos ou serviços que ficam escassos no mercado maior será a elevação de seu preço. Os autores então classificam como intuitivamente ela pode ser entendida como dinheiro demais no mercado à procura de poucos bens e serviços.

Enquanto que o segundo fator acelerador da inflação se dá quando o nível de demanda permanece o mesmo e os custos dos produtos sofrem aumento. Este aumento dos custos diminui o ritmo da produção aumentando automaticamente os preços dos produtos no mercado. Segundo Luque (2004) este tipo de fato pode ser considerado como uma inflação tipicamente de oferta.

Ainda conforme esses autores o preço de um bem ou serviço tende a relacionar-se com seus custos de produção. Se estes aumentam, mais cedo ou mais tarde o preço do bem provavelmente aumentará. Uma razão frequente para o aumento de custos são os aumentos salariais.

Nesta relação o aumento das taxas de salários, não necessariamente, significa que os custos unitários de produção de um bem aumentaram. Se a

produtividade da mão-de-obra empregada aumenta na mesma proporção dos salários, os custos unitários podem não ser afetados.

Outro fator que compromete ou pode comprometer a economia, está diretamente ligado ao comércio-formiga aparentemente legal é o vazamento de renda. O vazamento de renda pode ser encarado quando as famílias recebem seus recursos financeiros e os mesmos não são gastos no país de origem, sendo esses gastos em outras localidades causando com isso a escassez monetária no país de origem. Esse problema tem causado crises mundiais e na região amazônica não é diferente.

Senhoras (2013) entende que as Áreas de Livre Comércio foram criadas para promover o desenvolvimento das cidades amazônicas. Com isso, o autor denomina esses vazamentos de renda de brasileiros que facilmente têm trânsito de compra nas cidades fronteiriças dos países vizinhos (Guiana, Venezuela, Colômbia, Peru e Bolívia).

Roraima é um exemplo dessa situação, a concentração de renda voltada para uma economia de contra cheque, economia baseada no alto índice de funcionários públicos, e que devido a localização geográfica essas pessoas se dirigem as cidades-gêmeas para fazerem compras de diversos produtos. Esse fenômeno ainda pode se agravar nestas regiões devido a geração de empregos no outro lado da fronteira e o vazamento de renda nacional (efeito diametralmente oposto ao desejado).

Ainda segundo Senhoras (2013), o mesmo remete a leitura em seu texto para o trabalho de campo onde foram colhidas informações da SUFRAMA e como resultado verificou-se que poucas empresas que se beneficiam dos incentivos fiscais fazem uma triangulação comercial, revendendo os produtos importados aos municípios de Cobija (Bolívia) e Lethem (Guiana).

Este intercâmbio comercial acontece, segundo o autor, em grande parte da faixa de fronteira brasileira, atraindo interessados para os centros comerciais das cidades-gêmeas de países vizinhos, que possuem na maioria das vezes uma falta de legislação para trabalhadores, câmbio desvalorizado e menor incidência tributária.

Fácil comprovar que tanto em de Santa Elena de Uairén como em Lethen a participação de empresários brasileiros, no local, bem como o incentivo ao consumo nas referidas cidades estrangeiras é bastante comum.

Outro fator que afeta negativamente o aparelho estatal é a queda na arrecadação fiscal, sendo esse um dos principais impactos socioeconômicos gerados pelo comércio-formiga aparentemente legal. A queda na arrecadação fiscal, de acordo com Medeiros (2005), reflete na menor aplicabilidade de investimento na sociedade, como na educação e saúde, contribuindo ainda mais para um déficit maior nas contas públicas.

A diminuição da receita para o estado atinge diretamente os investimentos à sociedade como políticas públicas para a geração de empregos, investimentos na educação e na saúde, desenvolvimento industrial e comercial, etc.

O comércio-formiga aparentemente legal pode causar ainda o que Naim (2006), revela ao existir a fuga de investidores nacionais e internacionais em empresas fabricantes de produtos. Essa prática provoca uma concorrência desleal entre o produto fabricado no país, que atende toda a legislação própria, e o produto que entra ilegalmente no país, que não segue a mesma norma imposta pelo mercado nacional, entrando com o preço muito inferior ao produto nacional.

Estas empresas não se sentem atraídas e estimuladas a investir nestes mercados sob estas condições, sendo então pertinente a fuga por outros mercados mais atrativos e sólidos que lhes forneçam maiores garantias quanto a sua produção.

O déficit causado pela falta de arrecadação de tributos deve ser compensado de outra forma, a fim de manter a manutenção dos compromissos do Estado, gerando, então, outra implicação fiscal para o contribuinte. O aquecimento do comércio fronteiriço na figura do comércio-formiga aparentemente legal quando não combatido irá refletir em várias outras camadas da sociedade, surtindo efeito, inclusive, no aumento da criminalidade nas fronteiras nacionais.

Mesmo assim, é importante mencionar que o interesse empresarial de ambos os lados acenam para a integração comercial e para a expansão desta com mais intensidade, anunciando a possibilidade de criação de um porto em Georgetown de onde redistribuiriam produtos do Brasil, da Guiana e da Venezuela,

considerando que essa cidade faz a integração, via BR-174, com Caracas, Manaus e Boa Vista.

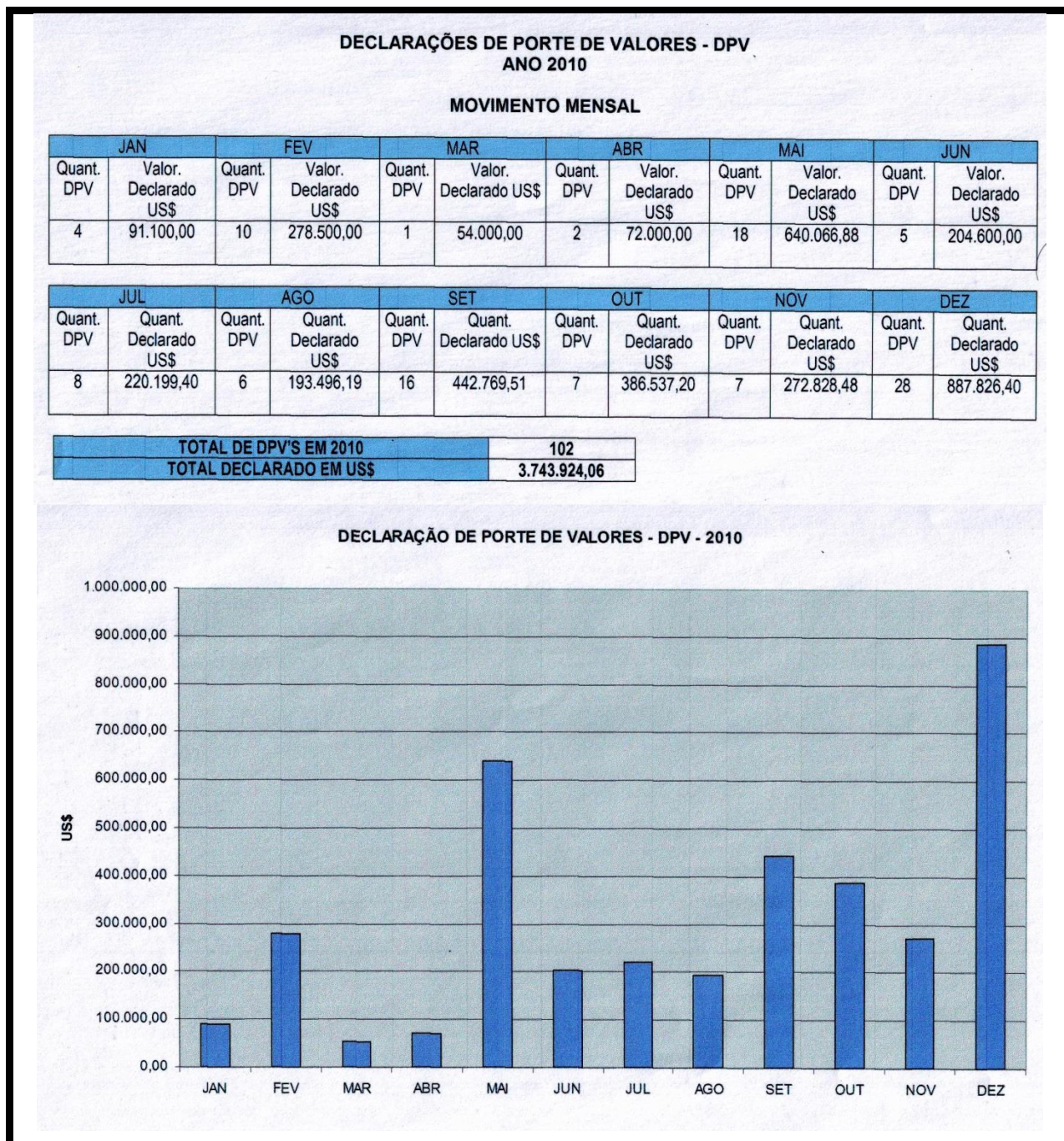
No âmbito político, tem se notado que existe uma diminuição da Soberania Nacional, ao passo que o controle e a punição dos transgressores ainda são mínimos, longe do ideal, gerando assim impunidade e fomentando ainda mais o crescimento dessas práticas ilícitas.

O Brasil é considerado uma potência econômica cada vez mais forte para a comunidade internacional podendo sofrer com isso, retaliações de outros governos, que investem no combate destes crimes em regiões de fronteiras. Vários acordos sobre o tema foram feitos, enquanto isso o governo brasileiro não consegue atingir nenhuma meta prevista nestes acordos, ficando sujeitos a medidas restritivas no comércio internacional.

Alguns aspectos interferem no comércio e no desenvolvimento econômico das duas cidades, tais como o número de habitantes das duas cidades, a estrutura política do país vizinho – no caso da fronteira com a Guiana (Bonfim/ Lethem) as informações e os serviços públicos, por exemplo, se dão muito mais em direção à Lethem, que possui uma infraestrutura relativamente precária, mas com o comércio forte em função dos brasileiros que vão às compras.

E nesse contexto vão sempre munido de recursos para a compra de produtos e serviços no país vizinho, havendo saída consideráveis de divisas para o mercado internacional, para compra de inúmeros produtos e também em veículos próprios com solicitações temporárias para permanência no país vizinho, como se observa na Figura 27, há também uma significativa utilização de moeda corrente pelos usuários consumidores:

Figura 27 - Demonstrativo do volume de DPV.



Fonte: Receita Federal do Brasil, no ano de 2010.

Os trabalhadores do mercado informal, os migrantes e o próprio contrabando que ocorre com muita frequência, direcionam-se no sentido oposto, isto é, para o



Brasil, apesar da precariedade de serviços públicos em Lethem, o fluxo de brasileiros é muito intenso, evidentemente que os objetivos são os produtos mais baratos vendidos naquela cidade e que alimentam o comércio informal em Bonfim e em outras cidades do Estado, principalmente Boa Vista. E os fluxos de transportes.

#### **5.4 Comércio-formiga e a relação da Economia Subterrânea**

O termo economia subterrânea, economia informal ou economia submersa como também é conhecido, demonstra nesta pesquisa, localizar, ou ainda convidar o leitor para essas reflexões quanto o comércio-formiga na economia de forma geral. De um modo geral será abordado aqui o termo no sentido amplo, dando ênfase a uma discussão teórica de autores que elucidam o termo.

Esse tipo de comércio, por ser dinamizado com alto grau de descentralização dos atores, sob a perspectiva dos negócios empreendidos por pessoas físicas ou jurídicas, ele acaba impactando nos locais de origem desses atores em atividades da economia informal. Existe uma relação entre o comércio formiga e a economia informal é fluídica, uma vez que pode se observar pelo caráter dinâmico das atividades informais deste tipo de economia, característica básica quando se trata também de comércio-formiga.

A capacidade de adaptação dos agentes sociais com relação às mudanças da legislação, ao próprio sistema de regulação, bem como, as sanções adotadas pelas autoridades responsáveis em coibir este tipo de comportamento criam diferentes atrativos para as atividades da economia submersa, como causa do seu próprio comportamento dinâmico. (SCHENEIDER; ENSTE, 2000).

A economia informal pode ser classificada como atividade legal ou ilegal, indo na mesma direção do conceito do comércio-formiga que pode ser entendido e já discutido como legal, aparentemente legal e ilegal. Esta classificação dada por esses autores é bastante simples e facilita o entendimento ao tratar-se de um assunto complexo e ao mesmo tempo dinâmico. O maior ou menor grau de ilegalidade é determinado pela eficiência da fiscalização que é feita.

Para ratificar esta ideia é preciso trazer a discussão Mirus e Smith (1997) que classifica essa economia informal legal como sendo aquelas praticadas e que são

socialmente aceitas. Trazendo o conceito para a realidade local é fácil identificar quando nos deparamos com venda de produtos sem nota fiscal, recebimento de seguridade social em que o agente, de fato, não poderia usufruir desse direito.

Ainda segundo os autores os mesmos citam a economia informal ilegal como aquelas que compõem, segundo esses, venda de produtos roubados, oriundos de fraude, do contrabando, da produção e distribuição de drogas ilícitas e de outras atividades correlatas. Pode se perceber que o conceito aqui empregado de economia subterrânea segue o mesmo padrão conceitual do comércio-formiga.

Como já foi discutida na seção sobre esse tipo de comércio aparentemente legal, a economia oficial sofre colapso com o aumento da economia subterrânea. Nesse sentido, é preciso citar Ribeiro e Bugarin (2003), em artigo, quando afirmam sobre os indicadores econômicos oficiais: índice de desemprego, renda e consumo para uma efetiva política econômica, não seriam confiáveis na presença de uma economia informal crescente, podendo gerar dados distorcidos entre as medidas adotadas e as medidas necessárias para uma melhor adequação à realidade econômica.

Com uma tentativa ainda que muito tímida de fazer um diagnóstico do comportamento de três variáveis importantes para a discussão. Ferreira (2014)<sup>3</sup>, propõe o estudo do comportamento das variáveis: Produto Interno Bruto, Economia Subterrânea e a criação de empregos informais nos últimos dez anos. O espaço temporal se deve por causa dos anos que compreende esta pesquisa.

No primeiro momento é importante destacar de maneira geral essas três variáveis, constantes na Tabela 6 conforme segue abaixo:

Tabela 6 - Comportamento PIB, Economia Subterrânea e Empregos Formais.

Período	PIB	Variação	Econ. Subterrânea	Variação	Empregos formais
2003	3.361.316		707.487		860.887
2004	3.553.324	5,71%	742.636	4,97%	1.796.535

<sup>3</sup> FERREIRA, Max André Araújo. Relatório de Pesquisa de Mestrado. Max André Araújo Ferreira e Elói Martins Senhoras. Boa Vista: UFRR-PPG-SOF, 2014. Pesquisa em fase de conclusão

2005	3.665.598	3,16%	749.342	0,90%	1.561.533
2006	3.810.647	3,96%	770.286	2,80%	1.549.602
2007	4.042.769	6,09%	787.793	2,27%	1.943.050
2008	4.251.845	5,17%	795.469	0,97%	1.707.289
2009	4.237.825	-0,33%	783.714	-1,48%	1.397.844
2010	4.557.090	7,53%	807.257	3,00%	2.629.827
2011	4.681.626	2,73%	793.714	-1,68%	2.026.571
2012	4.729.895	1,03%	805.961	1,54%	1.301.842
2013	4.837.950	2,28%	785.683	-2,52%	1.117.171
<b>Crescimento</b>					
Em valores	1.476.634		78.196		17.892.151
Em percentuais	43,93%		11,05%		
Média	3,73%		1,08%		1.626.559
Desvio Padrão	2,43%		2,37%		481.224

Fonte: FERREIRA, 2014.

Max André Ferreira evidencia em sua tabela acima uma série de informações importantes para análise. A primeira dela é verificar que levando em conta o desvio padrão da pesquisa que está em 2,43% para mais ou menos pode se perceber que o crescimento do Produto Interno Bruto cresceu em dez anos 43,93%. Um crescimento elevado se comparado com o crescimento da economia subterrânea que teve os mesmos dez anos para crescer 11,05%.

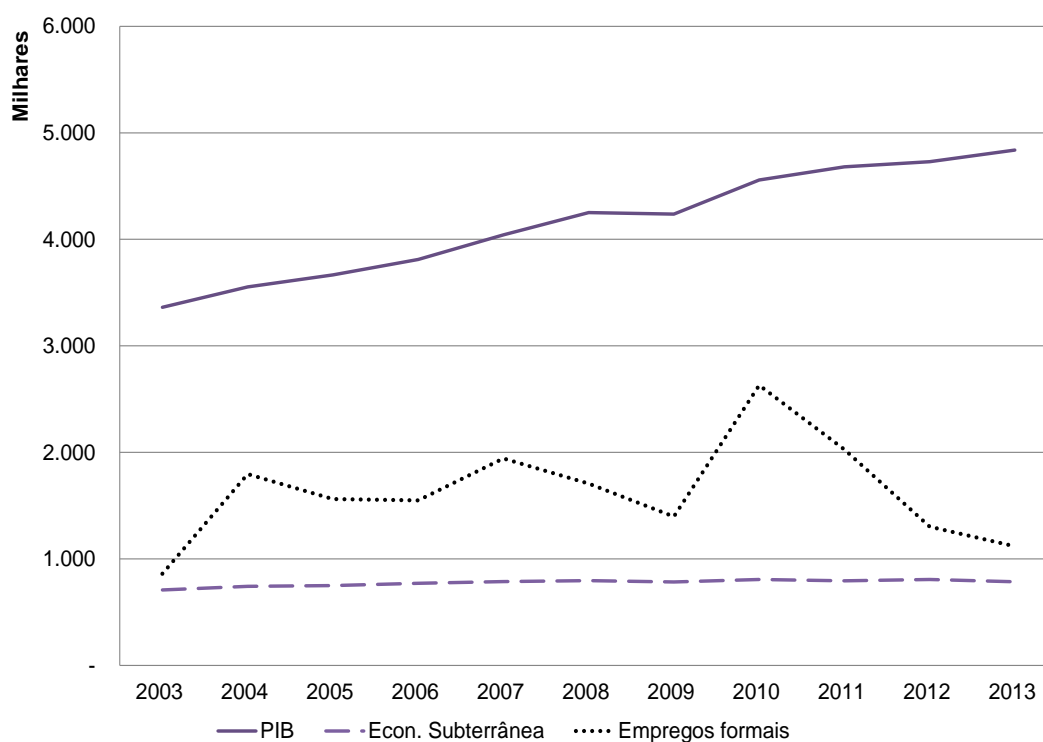
Os empregos criados formalmente mantiveram nesses dez anos uma média de crescimento de 1.626.559 vagas, tendo picos nos anos de 2009 e 2010, considerando um desvio padrão de 481.224 para mais ou para menos, quando houve no Brasil um fenômeno atípico devido a forte presença do Governo Federal com o intuito de manter aquecida a economia após o fim da crise de 2008.

Outro dado bastante interessante e que poderá ser melhor visualizado no gráfico que será exposto logo abaixo é que a economia subterrânea se mantém nesses dez anos com uma forte variação percentual de um ano para o outro mas que ao longo dos dez anos sofreu um aumento de 11,05%. No ano de 2009, 2011 e 2013 houveram um decréscimo da economia subterrânea diante do Produto Interno Bruto.

O ano de 2009 devido a crise financeira que influenciou a economia no mundo, o Brasil então sofreu uma pequena retração financeira e o Produto Interno Bruto sofreu uma pequena retração de 0,33% negativos puxando para baixo, com isso, outros indicadores como a economia subterrânea com uma queda de 1,48% e o número de empregos criados formalmente. Neste momento se torna evidente que quando a economia formal cai os outros índices tendem a cair juntos.

A Figura 28 demonstram essas análises de forma clara:

Figura 28 - Comportamento PIB, Economia Subterrânea e Empregos Formais,



Fonte: Ferreira, 2014.

Ferreira (2014) ainda detalha o demonstrativo do comportamento do Produto Interno Bruto nos anos compreendido de 2003 a 2013, conforme explicita a Tabela 7.

Tabela 7: Evolução do Produto Interno Bruto

Período	PIB - Valores originais (milhões)	PIB crescimento aparente (%)	PIB Ajustado 2013	PIB crescimento real (%)	PIB crescimento (Base2003%)	Inflação (%)
<b>2003</b>	1.699.948	15,0%	3.361.316	1,1%	-	13,9%
<b>2004</b>	1.941.498	14,2%	3.553.324	5,7%	5,7%	8,5%
<b>2005</b>	2.147.239	10,6%	3.665.598	3,2%	3,3%	7,4%
<b>2006</b>	2.369.484	10,4%	3.810.647	4,0%	4,3%	6,4%
<b>2007</b>	2.661.344	12,3%	4.042.769	6,1%	6,9%	6,2%
<b>2008</b>	3.032.203	13,9%	4.251.845	5,2%	6,2%	8,8%
<b>2009</b>	3.239.404	6,8%	4.237.825	-0,3%	-0,4%	7,2%
<b>2010</b>	3.770.085	16,4%	4.557.090	7,5%	9,5%	8,8%
<b>2011</b>	4.143.013	9,9%	4.681.626	2,7%	3,7%	7,2%
<b>2012</b>	4.392.094	6,0%	4.729.895	1,0%	1,4%	5,0%
<b>2013</b>	4.837.950	10,2%	4.837.950	2,3%	3,2%	7,9%
<b>Total</b>		149,6%		42,5%	43,9%	107,1%

Fonte: Ferreira (2014).

Em Ferreira (2014), verifica-se o comportamento do Produto Interno Bruto brasileiro entre os anos de 2003 a 2013. Ao traçar este comportamento é importante analisar o PIB do país, tendo este, um acréscimo ao longo desses anos de 42,5% acumulado e, se tomar por base o ano de 2003 como referência, verifica-se o aumento ainda foi maior ficando em 43,9%.

Na percepção de Ferreira (2014), e com base nesses dados torna-se oportuno analisar também a coluna referente ao crescimento real do PIB. Nesta análise verifica-se que a economia brasileira vem crescendo de forma tímida sofrendo alguns picos e com um forte crescimento acima da média anual no ano de

2009 isso devido a um estímulo do governo brasileiro para segurar a economia após a crise de 2008. Este aumento representou 7,5% de crescimento real.

Percebe se nesta tabela pelo menos três períodos distintos. O primeiro entre 2003 e 2005, quando a política econômica brasileira teve como meta equilibrar as contas. Já entre os anos de 2006 a 2008, as medidas do governo federal foram com objetivo de fazer uma tentativa de retomar o crescimento. Com a crise de 2008 a política econômica muda o foco e então em resposta à crise, o governo brasileiro estimula o crescimento abrindo o crédito para os brasileiros.

Na Tabela 8, faz-se necessário fazer um estudo sobre a economia subterrânea, com isso, é necessário verificar o comportamento da economia subterrânea ao longo dos anos de 2003 a 2013.

Tabela 8 - Comportamento Economia Subterrânea (ES)

Período	ES x PIB (%)	ES valores originais (milhões)	ES Crescimento aparente (%)	ES	ES crescimento real (%)
<b>2003</b>	21,0%	357.804	0,0%	707.487	<b>0,0%</b>
<b>2004</b>	20,9%	405.768	13,4%	742.636	<b>5,0%</b>
<b>2005</b>	20,4%	438.951	8,2%	749.342	<b>0,9%</b>
<b>2006</b>	20,2%	478.969	9,1%	770.286	<b>2,8%</b>
<b>2007</b>	19,5%	518.602	8,3%	787.793	<b>2,3%</b>
<b>2008</b>	18,7%	567.288	9,4%	795.469	<b>1,0%</b>
<b>2009</b>	18,5%	599.073	5,6%	783.714	<b>-1,5%</b>
<b>2010</b>	17,7%	667.844	11,5%	807.257	<b>3,0%</b>
<b>2011</b>	17,0%	702.398	5,2%	793.714	<b>-1,7%</b>
<b>2012</b>	17,0%	748.401	6,5%	805.961	<b>1,5%</b>
<b>2013</b>	16,2%	785.683	5,0%	785.683	<b>-2,5%</b>

Fonte: Ferreira (2014).

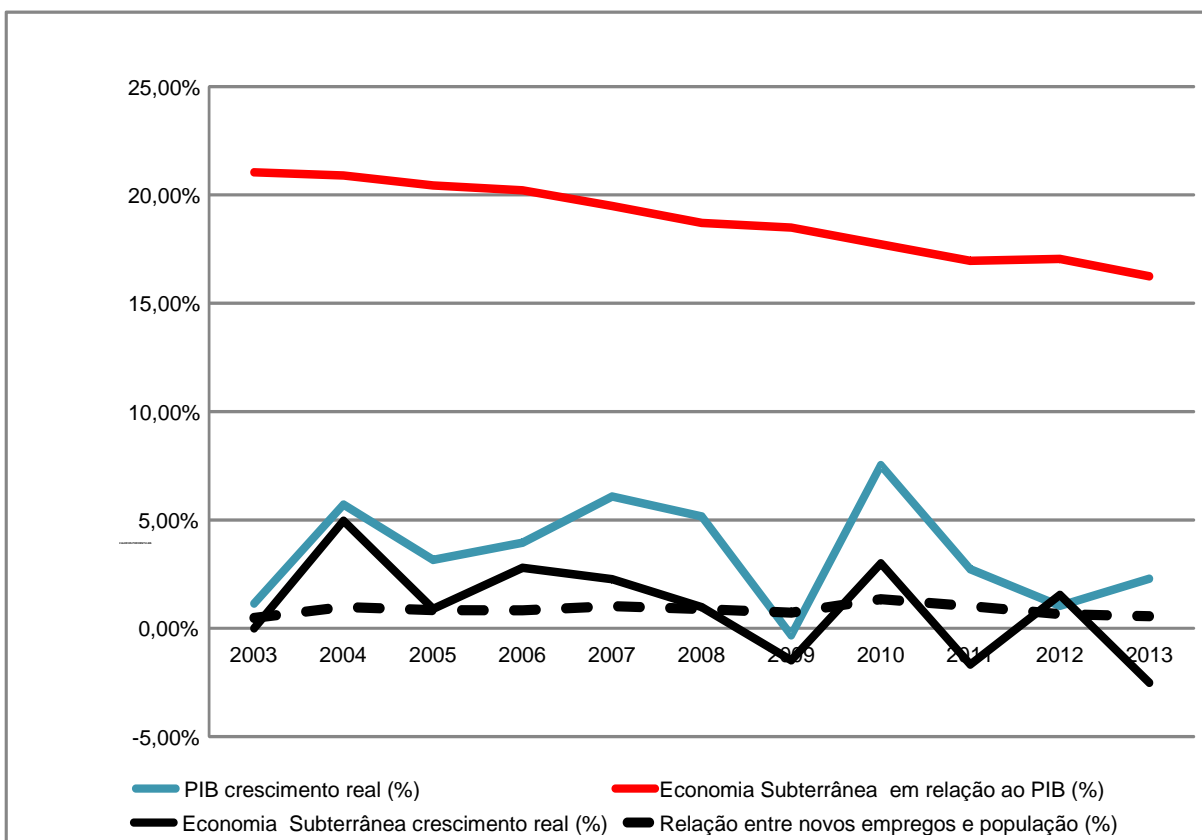
Para este estudo é importante fazer uma comparação isolada da economia subterrânea. No primeiro momento é preciso chamar atenção para a coluna ES x PIB (%). Veja que em 2003 o número da economia informal diante do PIB ficou em 21,0%. Este número a partir daí veio apenas declinando ano após ano chegando

então em 2013 com a participação de 16,2% da economia subterrânea em relação ao PIB do mesmo ano.

Essa porcentagem se for avaliada de forma isolada não reflete a real situação. No gráfico abaixo pode se perceber que a economia subterrânea real oscila a medida que o PIB real também oscila. Percebe-se que no ano de 2004 essas duas variáveis oscilam em uma relação muito próxima.

Importante chamar atenção para o ano de 2012, Figura 29, pois trata-se de um ano em que a variável economia subterrânea crescimento real está com 1,5% e a variável PIB em crescimento real está com 1,0%. Conclui-se então que a economia subterrânea neste momento cresceu mais que o PIB em valores reais.

Figura 29: Variável economia subterrânea crescimento real



Fonte: Ferreira (2014).

Na Tabela 9 será apresentado por Ferreira 2014, uma comparação entre os empregos criados formais e o crescimento populacional. Levando-se em conta as variáveis empregos formais e população o número de empregos criados é menor que a população em todos os anos. Esse dado reflete que as políticas públicas governamentais não atendem totalmente a população mesmo com o crescimento populacional se mantendo estável.

Tabela 9: Comportamento dos Empregos Formais e População

Período	Empregos formais	População (pessoas)	Novos empregos x população (%)	Crescimento populacional
2003	860.887	180.619.108	0,5%	-
2004	1.796.535	182.911.487	1,0%	1,3%
2005	1.561.533	185.150.806	0,8%	1,2%
2006	1.549.602	187.335.137	0,8%	1,2%
2007	1.943.050	189.462.755	1,0%	1,1%
2008	1.707.289	191.532.439	0,9%	1,1%
2009	1.397.844	193.543.969	0,7%	1,1%
2010	2.629.827	195.497.797	1,3%	1,0%
2011	2.026.571	197.397.018	1,0%	1,0%
2012	1.301.842	199.242.462	0,7%	0,9%
2013	1.117.171	201.032.714	0,6%	0,9%
<b>Acréscimo</b>	<b>17.892.151</b>	<b>20.413.606</b>		

Fonte: Ferreira (2014).

A Tabela 10 traz a correlação entre a variável Produto Interno Bruto e Economia Subterrânea. Esta tabela tem uma importante fundamental para o entendimento desta pesquisa, isso devido ao fato, de haver uma correlação altíssima de 87% entre elas. Este dado reflete que quanto maior a economia formal maior também será a economia informal, não havendo distanciamento entre elas.

Para explicar melhor esta ideia é preciso entender que conforme explica Viali (2010) a correlação mede a força ou o grau de relacionamento entre duas variáveis,



ou seja, saber se as alterações sofridas por uma das variáveis são acompanhadas por alterações nas outras.

Tabela 10 - Correlação entre PIB e Economia Subterrânea

Período	PIB	Econ. Subterrânea
2003	3.361.316	707.486.969,6
2004	3.553.324	742.635.516,8
2005	3.665.598	749.342.194,7
2006	3.810.647	770.286.431,0
2007	4.042.769	787.793.290,2
2008	4.251.845	795.468.592,3
2009	4.237.825	783.714.145,5
2010	4.557.090	807.256.638,5
2011	4.681.626	793.713.558,9
2012	4.729.895	805.961.464,7
2013	4.837.950	785.683.115,1
<b>Correlação</b>		<b>87%</b>

Fonte: Ferreira (2014).

Pode-se observar na Tabela, que à medida que o Produto Interno Bruto oscilou para valores maiores a Economia Subterrânea acompanhou na mesma relação de correlação. Entende-se que a economia informal está diretamente ligada a economia formal. Em tese quanto maior é o poder de compra em uma economia formal, maior será o volume de vendas em uma economia informal. Neste ponto o comércio-formiga segue os mesmo padrões que estão sendo colocados aqui.

Com o objetivo de avançar na teoria com o intuito de explicar de melhor forma as interações no ambiente fronteiriço a próxima seção então é sugerida com um propósito de estudar e explicar como funcionam as redes e a interação do fluxo e do fixo. O fixo são os espaços geográficos, a estrutura. Os fluxos compreendem a dinâmica. Como será apresentado na seção seguinte o conceito geográfico de rede urbana se dará quando os fluxos e os fixos estão interligados.

## 5.5 Os demais Crimes na Fronteira

A questão do contrabando e comércio ilegal é muito combatida pelos órgãos repressores do Estado, uma reportagem veiculada pelo Jornal Folha de Boa Vista (2001), em que a Polícia Militar apreendeu 150 sacos de alho e 600 peças de roupas, entre outros produtos, feita esta semana durante a atuação da corporação no período do Carnaval em todo o Estado. Os produtos foram apreendidos em uma

picape Fiat Strada Adventure, encontrada abandonada no Município do Bonfim, que faz fronteira com a República Cooperativista da Guina.

A polícia divulgou na ocasião que depois da apreensão do carregamento de alho, o veículo e todo o material apreendido foram entregues à Inspeção da Receita Federal no Bonfim, na fronteira, por se tratar de produtos de descaminho, para que fossem adotadas todas as medidas cabíveis ao caso, os proprietários do material apreendido, como também o dono do carro e condutor não foram localizados no momento da apreensão, mas esse tipo de situação ocorre com muita frequência e na maioria dos casos passam sem maiores problemas muitos produtos contrabandeados.

Na fronteira com a Venezuela, a 220 km de Boa Vista, o tráfico de drogas e o contrabando de combustíveis e eletroeletrônicos lideram as apreensões. Na fronteira com a Guiana, a 120 km da capital, o tráfico de drogas e de armas é o principal crime fronteiriço. Em ambas as fronteiras, Brasil/Guiana e Brasil e Venezuela, é intensa a entrada ilegal de estrangeiros, os infratores utilizam rotas clandestinas abertas na floresta conhecidas como *transmuambeiras* ou *caminhos verdes*, para fugir da fiscalização, uma vez que a característica geográfica dificulta o trabalho dos policiais.

No lado da fronteira com a Venezuela, em Pacaraima, a região é de fronteira seca (com vegetação pouco densa) e parte de seu território está dentro de duas reservas indígenas, a Raposa Serra do Sol e a São Marcos. A travessia legal é feita apenas pela BR-174, onde ficam a Delegacia da Polícia Federal e a unidade de fiscalização aduaneira da Receita Federal.

O contrabando ocorre, segundo autoridades da Delegacia da Polícia Federal em Pacaraima, em razão da grande diferença do preço entre combustíveis (gasolina e diesel) na Venezuela em comparação ao Brasil - a maior incidência é de contrabando de gasolina, o que gera a possibilidade de lucro fácil com a gasolina contrabandeada.

Mas a fiscalização tem sido intensificada e que já apresenta bons resultados. Dois exemplos podem ser observados: diminuição da fila para abastecimento no posto de combustível venezuelano, no começo de 2009 era comum haver imensas

filas que chegavam perto da delegacia, bem como a diminuição do número de acidentes na BR-174 envolvendo veículos que transportam gasolina irregularmente.

Em Bonfim, segundo o mesmo site, o delegado da Polícia Federal Alexandre Delorenzo afirma que o trabalho de investigação é essencial para combater os crimes fronteiriços. O contrabando e tráfico ocorrem tanto de forma terrestre, utilizando pelo menos cinco rotas clandestinas abertas na mata, quanto pelo rio Tacutu, que divide o Brasil e a Guiana. A fiscalização é feita no posto da PF em Bonfim, na BR-401, como também no posto da operação Sentinela, instalado após a ponte dos Macuxi, na entrada de Boa Vista.

No município de Normandia, que também faz fronteira com a Guiana, Delorenzo disse que a PF estuda montar patrulhas móveis para reduzir o contrabando que utiliza, além das rotas clandestinas, o rio Maú. Ainda que o atual efetivo seja insuficiente, o delegado igualmente destaca os primeiros resultados da operação. Desde que foi implantada, não houve mais nenhum registro de furto de veículo do tipo Corolla no Amazonas, que entrava em Roraima e seguia até a Venezuela, onde era vendido por preço abaixo do mercado ou trocado por drogas.

Com o objetivo de coibir os crimes nas áreas de fronteira, a Polícia Federal, em conjunto com a Força Nacional de Segurança, Polícia Militar e Polícia Civil, realiza atualmente a operação Sentinela, essa operação, para quem viaja constantemente, percebe que não é permanente, por falta de um aparato policial e por falta de recursos, mas há postos da operação em Pacaraima, instalado no prédio da SEFAZ; após a ponte dos Macuxi, na entrada de Boa Vista; e no Jundiá, em Rorainópolis, na divisa com o Amazonas.

Em outubro de 2010 a média de atendimentos diários no setor migratório, em Pacaraima, foi de 150 solicitações (cerca de 50 estrangeiros e 100 brasileiros). Durante o mês de janeiro, período de férias escolar no Brasil, o número de atendimento diário chega a 400.

Um novo acordo firmado entre Brasil e Venezuela recentemente possibilitou a expedição da Carteira de Fronteiriço, que permite que venezuelanos residentes em Santa Elena trabalhem no Brasil e vice-versa. “A procura tem sido grande, com média de três pedidos diários. A Carteira de Fronteiriço possibilita ainda a retirada

de documentos no Brasil e a abertura de conta em banco, mas permite acesso apenas até a cidade de Pacaraima.

As mercadorias contrabandeadas, grande quantidade de mercadorias apreendidas são encaminhadas à Receita Federal, mercadorias vindas da Venezuela, oriundas do descaminho, abastecem o mercado roraimense, em especialmente o de Boa Vista. Outros produtos irregulares, provenientes da Guiana, roupas falsificadas, tênis, perfumes, entre outros produtos.

As mercadorias apreendidas são encaminhadas à Receita Federal, que é responsável pelo processo de perdimento dos produtos que entram irregularmente no país (sem o recolhimento dos impostos) bem como dos materiais utilizados para a prática do crime de descaminho, como tanques de veículos adulterados para aumentar a capacidade de transporte de combustível.

Quando uma mercadoria é apreendida, são abertos dois procedimentos distintos: um administrativo, na Receita Federal (onde pode, dentre outras, serem aplicadas as penas de multa e perdimento da mercadoria) e um procedimento criminal na Polícia Federal (que começa com o inquérito policial e pode dar origem à ação penal pelo crime do art. 334 do Código Penal - crime de contrabando ou descaminho).

Segundo a Polícia Federal, são realizadas operações em conjunto com a PRF e PF, visando combater os crimes na região de fronteira, principalmente o descaminho, contrabando e tráfico de drogas, além de crime internacional, ocorre naquela região de fronteira com a Guiana e é encaminhado à Polícia Federal.

Ainda segundo a polícia, os traficantes atravessam a droga pelo rio Tacutu, que divide os dois países, e as mulas se encarregam de transportá-la pelas *cabriteiras* que cortam Bonfim e Normandia, até chegar à Capital. Não há ponto fixo na travessia do rio Tacutu. Dos dois lados (Brasil e Guiana) existem inúmeros caminhos utilizados pelas 'mulas'. Por isso, é praticamente impossível monitorar todo o movimento. A região é enorme e em alguns trechos, de difícil acesso. O tráfico só fica menos intenso quando o Exército faz manobras naquela região.

Quando os traficantes saem das cabriteiras, bem longe das barreiras de fiscalização, as mulas da maconha utilizam apenas um trecho da BR-401 até chegar

ao Cantá, município vizinho da Capital. “E novamente eles pegam outras cabriteiras até chegarem à beira do rio Branco”. Então, atravessam a droga em canoas.

No caso da cocaína e seus derivados, entre eles o potente óxi, Roraima se tornou talvez o principal corredor da droga da região Norte. Pela fragilidade na fronteira do Brasil com a Venezuela, os narcotraficantes conseguem entrar no país sem muitos problemas. O ‘modus operandi’ é quase o mesmo utilizado pelos guianenses. Quando aperta a fiscalização na BR-174, em Pacaraima, as mulas pegam as cabriteiras e desaparecem em meio às serras.

A cocaína que abastece Boa Vista também chega de Manaus (AM) pela BR-174, mas entra principalmente pela fronteira com a Venezuela. Roraima se tornou rota internacional porque bolivianos e colombianos, grandes produtores de coca do mundo, vizinhos daqui, descobriram a vulnerabilidade das fronteiras.

Os tipos de apreensão mais comum realizada pela Polícia Federal durante a fiscalização no posto são entorpecentes (maconha em maior quantidade) e produtos falsificados, com indícios de tráfico de pessoas com fim de prostituição e Contrabando de produtos falsificados, que é o que ocorre com mais frequência, principalmente aos sábados, feriados, e próximo a datas comemorativas.

Outro problema, considerado grave no combate a contravenção é a falta de efetivo da Polícia Federal (PF) e Polícia Rodoviária Federal (PRF) nas fronteiras brasileiras com os países vizinhos é mais político do que estratégico, quando deveria ser o contrário. É político porque a realização de concursos públicos depende de decisões políticas. Essa denúncia segue afirmando que uma das causas desse estado de caos é a inexistência planejamento.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Roraima está situado no extremo Norte, dividido longitudinalmente pelo rio Branco, com uma distribuição demográfica bastante irregular, apresentando áreas de fronteiras com a Venezuela e a Guiana, que exigem, por parte do Governo Federal, um tratamento no sentido de proteger esses espaços e, ao mesmo tempo, estabelecer atividades comerciais para explorar melhor as duas fronteiras.

A economia do Estado, na década de 70, reduzia-se a uma pecuária extensiva e a algum extrativismo, não havendo uma riqueza que pudesse participar do mercado nacional ou de exportação. Não obstante, a geopolítica, instrumento do Estado desde o século XVIII, deu-lhe atenção especial, por reunir ali entradas terrestres e aquáticas para a Amazônia.

A história do Estado relata que, por mais de um século, uma fortaleza e três fazendas de gado faziam parte da paisagem formada por campos e florestas, ocupadas em sua maior parte por índios de diversas etnias. Diferentemente de outros Estados da região Norte do país, Roraima demorou para se desenvolver, e contribuiu para o surgimento de uma elite política, porque estava muito atrasado com relação aos seus vizinhos da Amazônia e seus governantes. Estes todos nomeados pelo governo central e, teoricamente deveriam traçariam planos para mudar a realidade.

Nas últimas décadas, essa preocupação norteou as ações dos governos que se sucederam no poder estadual, além do Governo Federal, o qual demonstrou preocupação com as fronteiras, no país como um todo. Mas, especificamente no caso de Roraima, estabeleceram-se relações bilaterais com a Venezuela e a Guiana, inclusive construindo a ponte sobre o rio Tacutu para favorecer as atividades de comércio nas cidades fronteiriças, no caso Bonfim, do lado brasileiro; e Lethem no lado guianense.

Esses municípios que fazem parte da faixa de fronteira Norte, apresentam características muito peculiares e são, em sua maioria, compostos por vilas, como as cidades anteriormente citadas. Elas têm a importância garantida pela posição geográfica estratégica e são importantes. No caso de Bonfim, ligada diretamente a Boa Vista, distante apenas 125 quilômetros, proporcionando uma grande movimentação de veículos e, também, atraindo os investimentos que melhoram as infraestruturas urbana, bem como melhores serviços, que resultam em aumento dos valores de PIB municipal.

Portanto, é através destas cidades que deve se desenvolver as relações com outros pontos do território através dos aeroportos, das grandes rodovias, da rede bancária, dentre outros.

A presença de uma aglomeração urbana com características peculiares como as das cidades-gêmeas que, apesar de não se apresentarem em grande número e de não organizar em um subespaço regional, destacam-se como pontos de entrada e permanência de migrantes estrangeiros no país.

O Estado de Roraima ainda não conseguiu desenvolver plenamente sua economia, mesmo com a chegada da energia elétrica da Venezuela, que se mostrou insuficiente para a demanda energética do Estado e do asfaltamento das rodovias que o ligam a Manaus e aos dois países vizinhos.

Por outro lado, a questão fronteiriça e o chamado comércio-formiga estão na ordem do dia, e é preciso explorar melhor o potencial do comércio fronteiriço, em particular, o que já se estabelece entre Lethem e Bonfim.

A maioria dos municípios reflete seu surgimento das colônias agrícolas, mas o contínuo abandono de lotes e o refluxo populacional do meio rural apontam para uma queda acentuada na estrutura da produção minifundária. No geral, a agropecuária, com exceção do arroz irrigado, encontra-se em refluxo, mesmo com o pequeno crescimento do rebanho bovino.

Podemos dizer que o Estado tem sua vocação econômica dentro deste contexto, mas como no Amazonas existe o modelo Zona Franca, o comércio entre Pacaraima e Santa Elena de Uairén, como entre Bonfim e Lethem, pode render desenvolvimento econômico para o Estado.

Assim, esta pesquisa destacou as relações fronteiriças e o comércio-formiga com suas implicações, com o objetivo de trazer de volta a discussão ao campo político, econômico e geopolítico para o entendimento do que se tem feito e o que há por fazer nas relações econômicas das duas fronteiras, cujo foco central reside nas cidades-gêmeas Bonfim e Lethem.

Pensar novas diretrizes para a faixa de fronteira é uma premissa relevante ao aprimoramento do processo de comercialização e negociação entre os países da América do Sul com os quais o Brasil estabelece esse importante elo fronteiriço. E requer políticas públicas específicas para o atendimento desse nicho de mercado em franca expansão, objetivando a execução e retomada de projetos que são congelados pela própria gerência administrativa estatal.

Não identificamos nenhum projeto regional para identificação das riquezas minerais e, conseqüentemente, energética que possibilite a sua autossustentabilidade. Tal iniciativa promoveria as alternativas de crescimentos destinadas às cidades-gêmeas, permitindo uma significativa modificação na base econômica de desenvolvimento, focada em distintos de desenvolvimento econômico e incorporando novas iniciativas promissoras ao desenvolvimento de base comunitária.

Os arranjos comunitários sofrem diretamente o impacto da falta de um planejamento para as novas tendências de mercado que, além de reduzir os impactos ambientais, promovem a inclusão de pessoas e a proteção da rica biodiversidade existente nos limites territoriais da faixa de fronteira internacional, das quais o Brasil tem o privilégio de estabelecer com distintas nações na América do Sul. Isso requer adoção de uma agenda positiva de exportação e a identificação do modelo de produção do país, reconhecendo as potencialidades das cidades-gêmeas no que tange à diversidade cultural e ao intercâmbio de saberes.

O comércio-formiga é a principal variável na dinâmica fronteiriça em função de um jogo de poder, no qual os vetores e os atores de difusão são maiores que os atores da força de contenção. E o incipiente recurso estrutural disponibilizado para a fiscalização comprometem significativamente os avanços a partir da utilização dos tributos que advêm das práticas de comercialização, reduzindo significativamente a geração formação de emprego e renda.



O comércio-formiga e os descaminhos que ocorrem em todas as áreas de fronteira de dimensões, como as de Bonfim e Lethem, sempre serão motivos de preocupação, assim como o contrabando, o tráfico de pessoas, o tráfico de drogas, veículos roubados que atravessam a fronteira, os produtos piratas e tantas outras situações que precisam ser tratadas na dimensão de sua importância para prevalecer a legalidade e evitar tantos casos registrados nessas infrações citadas.

Por conta disso a diplomacia brasileira deve reconhecer, nesses novos enclaves sociais, a rica interação existente na dinâmica territorial e, acima de tudo, reconhecer nesse processo as comunidades que promovem a soberania nacional.

Os preços praticados são inquestionavelmente convidativos, porém a forma irregular de consumo acarreta prejuízo ao Fisco, porque não favorece a captação de recursos para aplicação de investimentos públicos na faixa de fronteira, corrompendo o papel agregador, que é o de gerar novas alternativas de emprego e de renda. Ao contrário, os ilícitos e as práticas irregulares comprometem os avanços aos que exercem com qualidade o papel empresarial, além de reduzir significativamente as contratações formais.

O aparelhamento público, sendo incipiente, diminui o controle e monitoramento, pois o reduzido contingente inviabiliza a prática de verificação da demanda visitante. Sem ações contundentes nas fronteiras, fica difícil investir na atividade comercial legal, pensando nas alternativas, para se consolidarem novas bases econômicas destinadas ao aprimoramento e desenvolvimento sustentável da região de faixa de fronteira internacional. Nesta, estão inseridos homens e mulheres advindos de diversas partes do mundo, que almejam melhoria da qualidade de vida nesse contexto de produção das cidades.

## REFERÊNCIAS

ANDERSEN, S. M. **Geopolitics and Ecology in Brazil (1964-1985)**: the effects of brazilian geopolitics on the natural environments of Amazonia and the Plata River Basin. 2005. 904 p. Tese de doutorado - Aberdeen University, Aberdeen, 2005.

ANTUNES, E. M.; SENHORAS, E. M.; TREVISAN, R. **Dinâmica fronteiriça no arco brasileiro no contexto das Áreas de Livre Comércio. Cadernos de Finanças Públicas**. Brasília, n. 12 p. 39-63. Dez. 2012

ANSELL, C.; WEBER, S. Organizing International Politics. **International Political Science Review**, v. 20, n. 1, p. 73-93, 2000

ÁVILA, V. F. de et al. **Formação educacional em desenvolvimento local**: relato de estudo em grupo e análise de conceitos. Campo Grande: UCDB, 2000.

BACKHEUSER, E. **Problemas do Brasil (estrutura geopolítica)**: O Espaço. Rio de Janeiro: Editora OMNIA, 1926.

BECKER, B. K. A Geografia e o resgate da geopolítica. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 50, n. Especial, p. 99-126.

BOULLÓN, R. C. **Planejamento do espaço turístico**. Bauru: EDUSC, 2002.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 44ª edição. São Paulo: Saraiva, 2010.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Estratégia Nacional de Segurança nas Fronteiras**. Brasília: MIN, 2003. Disponível em: file:///C:/Users/Angela/Downloads/Apresentacao%20ENAFRON%20-%20REU%20TEC.pdf. Acesso em: 23 fev. 2013.

\_\_\_\_\_. **Proposta de reestruturação do Programa de Promoção do Desenvolvimento de Área de Fronteira – PDFF**: Faixa de Fronteira. Brasília: MIN. 2005.

\_\_\_\_\_. **Programa de Promoção do Desenvolvimento de Área de Fronteira – PDFF**: Faixa de Fronteira. Brasília: MIN. 2009.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. Agência Nacional de Águas. **Região Hidrográfica Amazônica**. A maior do mundo em disponibilidade de água. Disponível em <<http://www2.ana.gov.br/Paginas/portais/bacias/amazonica.aspx>>. Acesso em: 22 de Junho 2011.

BRASIL, Ministério de Minas e Energia. **Resenha Energética Brasileira**. Exercício de 2010 (preliminar), Maio de 2011. Disponível em <[http://www.mme.gov.br/mme/galerias/arquivos/publicacoes/BEN/3\\_\\_Resenha\\_Energetica/Resenha\\_Energetica\\_2010\\_-\\_PRELIMINAR.pdf](http://www.mme.gov.br/mme/galerias/arquivos/publicacoes/BEN/3__Resenha_Energetica/Resenha_Energetica_2010_-_PRELIMINAR.pdf)>. Acesso em: 22 de Junho de 2011.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Avança Brasil**. Brasília: MPOG, 2003. 22 p. Disponível em:<<http://www.abrasil.gov.br/nivel3/index.asp?id=246&cod=NRIQU>>. Acesso em: 13 de agosto de 2013.

BRASIL. Presidência da República. **II Plano Nacional de Desenvolvimento**. Brasília, 1975.

BRASIL. Marco Regulatório dos Incentivos Fiscais da Zona Franca de Manaus, Amazônia Ocidental e Áreas de Livre Comércio (2ª Edição – legislação referente aos incentivos fiscais administrados pela SUFRAMA – atualizada até agosto de 2011). Coordenação Geral de Estudos Econômicos e Empresariais - COGEC (org.). - Manaus: Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), 2011.

BRITO, Dagonet Maria Chaves. Conflitos em Unidades de Conservação. Artigo, p.1. [www2.unifap.br/csociais/wp-content/plugins/.../csociais-a04n12008.pdf](http://www2.unifap.br/csociais/wp-content/plugins/.../csociais-a04n12008.pdf). Acesso em 29/01/2009.

BRYCE, M.D. **Desenvolvimento Industrial**: um manual para acelerar o progresso econômico. São Paulo: Editora Pioneira, 1964.

CARVALHO, P. N; SENHORAS, E. M; VITTE, C. C. S; Inflexões Geopolíticas e Nova Agenda Brasileira de Policymaking em Segurança e Defesa na América do Sul. In: FÓRUM DO MERCOSUL, 6, 2006, Aracaju. **Anais do...** Aracaju : UFS, 2006. p.

CASTRO, Celso. **Amazônia e defesa nacional**. Rio de Janeiro : Editora FGV, 2006.

CASTRO, T. A formação territorial do Brasil: contrastes e confrontos. **Revista ECOSUL**, Montevideu, v. 2, dez. 1980.

CATTA, L. E. Sobreviver é preciso: pobre a e estratégia de sobrevivência em uma cidade de fronteira. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina. **Anais de...** Londrina: ANPUH, 2005. Disponível em: < <http://anpuh.org/anais/?p=?p=14578>>. Acesso em: 11 dez. 2013.

CATAIA, Marcio Antônio. “Fronteiras: Territórios em Conflitos” do XIII Encontro Paranaense de Estudantes de Geografia (EPEG), apresentada na noite de 23 de maio de 2008, na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Transcrição da mesa-redonda

CENTENARO, Estela Peixoto. *Perspectivas sobre a Segurança Fronteiriça: O foco brasileiro na fronteira sul-americana*. Monografia de conclusão de curso. UFRR. Boa Vista/RR. 2014.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço, um conceito chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 15-47.

CORRÊA, Roberto Lobato. Interações espaciais. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Org.). *Explorações geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

COSTA, Wanderley Messias da. *Geografia Política e Geopolítica discursos sobre território e o poder*. São Paulo: Editora Hucitec e Editora da Universidade de São Paulo, 1992.

COSTA, Francisco de Assis. Nem tudo no ouro reluz: considerações para uma economia política da garimpagem na fronteira amazônica. In: MATHIS, Armin; REHAAG, Regine (Org.). **Consequências da garimpagem no âmbito social e ambiental na Amazônia**. Belém: Buntstift/Fase/Katalyze, 1993. p. 10-35.

COUTO E SILVA, Golbery do. **Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.

DINIZ, Eugenio. **O Projeto Calha Norte**: antecedentes políticos. 1994. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1994.

FARAGE, Nádia. **As muralhas dos Sertões**: os povos indígenas no rio Branco e a colonização. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

FARRET, Ricardo. Especificidades das áreas urbanas de fronteiras. In: CASTELLO, Lara Regina et ali (Orgs.). **Fronteiras na América Latina**: espaços em transformação. Porto Alegre: UFRGS/Fundação de Economia e Estatística, 1997. p. 107-113.

FERNANDES, Ana Cristina. (2001). Da reestruturação corporativa à competição entre cidades: lições urbanas sobre os ajustes de interesses globais e locais no capitalismo contemporâneo. **Espaço & Debates**, São Paulo, v. 16, n. 39, p. 26-45, 1996.

FERNANDES NETO, Pedro. **Caracterização geográfica da faixa de fronteira continental do Norte do Brasil**. 40f. Monografia (Graduação) – Departamento de Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

FERNANDES NETO, Pedro. A Faixa de Fronteira Internacional Norte do Brasil: uma análise comparativa entre os dois pares de cidades-gêmeas de Roraima: Pacaraima (Brasil) / Santa Elena (Venezuela) e Bonfim (Brasil) / Lethem (Guiana). In: ENCONTROS DE GEÓLOGOS DA AMÉRICA LATINA, 10, 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo : USP, 2005. p. 1-22. Disponível em: <http://www.retis.igeo.ufrj.br/wp-content/uploads/12.pdf>. Acesso em: 3 ago. 2013.

FERREIRA, A.B.H. **Dicionário Aurélio**: Dicionário Escolar da Língua Portuguesa. Curitiba: Positivo. 2005

FERREIRA, A. C. Interações na fronteira Brasil-Uruguai: um estudo de caso das cidades de Jaguarão-RS (Brasil) e Ríó Branco (Uruguai). **Revista Eletrônica Boletim do Tempo**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 37, 2009. Disponível em: [http://www.relinter.rs.gov.br/upload/1345565617\\_Texto%20Integra%C3%A7%C3%A3o%20Fronteira%20Brasil%20-%20Uruguai.pdf](http://www.relinter.rs.gov.br/upload/1345565617_Texto%20Integra%C3%A7%C3%A3o%20Fronteira%20Brasil%20-%20Uruguai.pdf). Acesso e: 11 mar. 2013.

FILHO, F. G. A **Paradiplomacia Subnacional no Brasil**: uma análise da política de atuação internacional dos governos estaduais fronteiriços na Amazônia. 2011. Tese (Doutorado Interinstitucional em Relações Internacionais e Desenvolvimento Regional) - Programa de Doutorado Interinstitucional em Relações Internacionais e Desenvolvimento Regional, Universidade de Brasília/UFRR/FLACSO, Brasília, 2011.

FLEURY, Pedro Rocha e SARTI, Ingrid Piera Andersen. **Soberania, fronteiras e integração regional**: uma análise sobre a reorientação política para os limites da Amazônia. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 32, 2008, Rio de Janeiro. Disponível em: [http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_view&gid=2283&Itemid=230](http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=2283&Itemid=230). Acesso em: 24 maio 2013.

FOUCHER, Michel. **Fronts et Frontieres**. Paris: Fayard, 1992.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Suframa**: Superintendência da Zona Franca de Manaus: Potencialidades do Estado Roraima. Manaus, 1998.

GUHL, Ernesto. **Las fronteras políticas y los limites naturales**. Bogota : Fondo FEN, 1991.

GARCIA, Etelvina. **Modelo de desenvolvimento**: Zona Franca de Manaus: história, conquistas e desafios. 2. ed. Manaus: SUFRAMA, 2004.

GEMELLI, V. **As redes do tráfico**: drogas ilícitas na fronteira Brasil e Paraguai. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós Graduação Stricto Sensu, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu, 2013

GODOI, Rafael ; CASTRO, Sérgio. **Fronteiras abertas**: o retrato do abandono da aduana brasileira. Brasília: SINDIRECEITA, 2009.

GOLDEMBERG, José. O TNP e o Protocolo Adicional. **Política Externa**, São Paulo, v.19, n.2, p.115-121, set./out./nov. 2010.

GOTTMANN, Jean. **The significance of territory**. Virgínia: University Press, 1973,

GOTTMANN, J. **La politique des états et leur géographie**. Paris: Armand Colin, 1952.

GUYANA. Ministry of Natural Resources and Environment. **Guyana national land use plan**: Guyana Lands and Surveys Commission with assistance from Development of Land Use Planning Project. Georgetown, 2013.

HAESBAERT, R. **Territórios alternativos**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “Fim dos Territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HERCULANO, F.E.B. **A SUFRAMA e a dinâmica do desenvolvimento regional nortista**. 2005. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2005.

HOUAISS. **Minidicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro : Objetivo, 2004.

IBGE. **Atlas do Desenvolvimento do Brasil 2005/2006/2007**. Rio de Janeiro, 2007.

LAFER, C. **A Identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira**: passado, presente e futuro. 2. ed. São Paulo : Perspectiva, 2004.

LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 2. ed. São Paulo: Alfa - Omega, 1975.

LENCIONI, S. Reestruturação urbano-industrial no Estado de São Paulo: a região da metrópole desconcentrada. **Espaço & Debates**. São Paulo, n.38, 1994, p.54-61.

LIPIETZ, A. **Miragens e milagres**: problemas da industrialização no terceiro mundo. São Paulo: Nobel, 1988.

MACHADO, L. O. Limites, fronteiras, redes. In: STROHAECKER, T. M. et al. (Orgs.). **Fronteiras e espaço global**. Porto Alegre: AGB, 1998. p. 41-49.

\_\_\_\_\_. **Limites e fronteiras**: da alta diplomacia aos circuitos da ilegalidade. n.d. Disponível em <http://acd.ufrj.br/fronteiras/pdf/liafront.pdf>. Acesso em 10 out. 2010.

MACHADO, L. O. **Ciência, tecnologia e desenvolvimento regional na faixa de fronteira do Brasil**. Brasília: Parcerias Estratégicas, 2006.

MAGALHÃES, M. G. S. D. O estado de Roraima e as fronteiras com a Venezuela e a Guyana. **Textos & Debate**, n. 12, 2007.

MARTIN, A. R. **Fronteiras e nações**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 1998.

MEDEIROS, L. A. **CPI da Pirataria**: os segredos do contrabando e da falsificação no Brasil. São Paulo: Geração Editorial, 2005.

MEIRA MATTOS, C. **Geopolítica e teoria das fronteiras, fronteiras do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1990.

\_\_\_\_\_. **Brasil, geopolítica e destino**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992.

MÉLO, José Luiz Bica de. Reflexões conceituais sobre fronteira. In: CASTELLO, Iara Regina et alii (Orgs.). **Fronteiras na América Latina**: espaços em transformação. Porto Alegre: UFRGS/Fundação de Economia e Estatística, 1997. p. 68-74.

MIRUS, R.; SMITH, R. S. Canada's underground economy: measurement and implications. In: LIPPERT, Owen; WALKER, Michael (eds.). **The underground economy: global evidence of its size and impact**. Vancouver: Fraser Institute, 1997.

MORAES, A.C.R. de. Los circuitos espaciales de la producción e los círculos de cooperación en el espacio. In: YANES, L. et al. (Org.). **Aportes para el estudio del espacio socioeconômico**. Buenos Aires: [s.n.], 1985. T. 3.

MORAES, A. C. Robert. **Geografia**: pequena história crítica. São Paulo: Annablume, 2009.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Ratzel**. São Paulo: Ática, 1990.

MORIN, Edgar. **O método 1**: a natureza da natureza. Porto Alegre: Sulina, 2. Ed., 2003.

MOTA, S. S. Portuñol, sujeito e sentido: efeitos de uma política educacional em Noite no Norte. **Revista da Associação Brasileira de Hispanistas**, São Paulo, v. 1, n. 1., 2011. Disponível em: [http://www.hispanistas.org.br/abh/images/stories/revista/Abehache\\_n3/127-144.pdf](http://www.hispanistas.org.br/abh/images/stories/revista/Abehache_n3/127-144.pdf). Acesso em: 24 jun. 2013.

MOURÃO, G. M. N. **Desenvolvimento econômico em regiões de fronteira**: uma análise em Roraima/Brasil. RORAIMA, Integração Venezuela-Brasil- Guiana vol. VI, 1992.

NASCIMENTO, L. R. C. **Incentivos fiscais ao capital e crescimento econômico na Região Norte**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

NASCIMENTO, M. R. Desenvolvimento e defesa da Amazônia: o papel do Calha Norte. **Revista Geonorte**, v.7, n.1, ed. especial 3, p.1516-1531, 2013.

OLIVEIRA, E. R. **Democracia e defesa nacional**: a criação do Ministério da Defesa na presidência de FHC. Barueri : Manole, 2005.

PEITER, P. ; FERNANDES NETO, P. Relatório do Trabalho de Campo a Roraima em Outubro 2001, Grupo RETIS, UFRJ. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10, 2005, Rio de Janeiro. **Anais do...** São Paulo : USP, 2005.

PEITER, P. C.. **Geografia da Saúde na Faixa de Fronteira Continental do Brasil na Passagem do Milênio**. Rio de Janeiro: UFRJ/IGEO, 2005.

PEREIRA, M. C. Reconstruções identitárias em sociedades plurais: os povos da fronteira Brasil – Guiana. **Reflexão e ação**, v. 18, n. 1, 2010. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/1305>. Acesso em: 2 abr. 2012.

PROCÓPIO. A. **A integração continental pelo narcotráfico**. 1999. Disponível em: <[http://www.iri.edu.ar/revistas/revista\\_dvd/revistas/R17/A%20integra.htm](http://www.iri.edu.ar/revistas/revista_dvd/revistas/R17/A%20integra.htm)> Acessado em 28 de dezembro de 2013.

PROCÓPIO, A. **Subdesenvolvimento Sustentável**. 2. ed. Curitiba : Juruá, 2008.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RORAIMA. Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento. **Anuário Roraima em Números**. Boa Vista: SEPLAN, 2009.

RORAIMA. Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento. **Estratégia de Desenvolvimento Sustentável do Ecoturismo do Estado de Roraima**. V. I Relatório Final. Boa Vista: SEPLAN, s/d.

\_\_\_\_\_. **Informações Socioeconômicas do Município de Bonfim - RR 2010/**. Boa Vista: SEPLAN, 2010.

\_\_\_\_\_. **Informações Socioeconômicas do Município de Bonfim – RR 2012**. 2. ed. Boa Vista: SEPLAN, 2012. 61p.

\_\_\_\_\_. **Panorama e vetores do desenvolvimento de Roraima**. Boa Vista: SEPLAN, 2013. V. 2.



RORAIMA. Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento. **Panorama e vetores do desenvolvimento de Roraima**. Boa Vista: SEPLAN, 2013. V. 3.

\_\_\_\_\_. **Plano Plurianual (PPA) 2012 – 2015**. Boa Vista: SEPLAN, 2013.

\_\_\_\_\_. **Plano de Desenvolvimento para Faixa de Fronteira**. Boa Vista: SEPLAN, 2012.

\_\_\_\_\_. **Zoneamento ecológico-econômico da Região Central do Estado de Roraima**. Boa Vista: SEPLAN, 2002.

RÜCKERT, A. A. **O Rio Grande do Sul como um território de internacionalização segmentada do espaço nacional**. In: Rio Grande do Sul: paisagens e territórios em transformação. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

RUDIO, F. V. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. 38. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

SACK, Robert. **Human Territoriality: its theory and history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986. 256 p.

SANDRONI, P. **Novíssimo Dicionário de Economia**. Ed. Best Seller. São Paulo. 1999.

SANTOS, B. S. **Um discurso sobre as ciências**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, C. D. A formação e produção do espaço urbano: discussões preliminares acerca da importância das cidades médias para o crescimento da rede urbana brasileira. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 5, n. 1, p. 177 – 190, 2009.

SANTOS, E. H. A. **Brasil e Venezuela: cooperação e integração econômica: corredor de integração regional Amazonas - Roraima - Bolívar– Orenoco**. 2011. Tese (Doutorado Interinstitucional em Relações Internacionais e Desenvolvimento Regional) - Programa de Doutorado Interinstitucional em Relações Internacionais e Desenvolvimento Regional, Universidade de Brasília/UFRR/FLACSO, Brasília, 2011.

SANTOS, M. **O trabalho do Geógrafo no terceiro mundo**. São Paulo: Hucitec, 1978.

\_\_\_\_\_. Circuitos espaciais da produção: um comentário. In: SOUZA, M. A. A; SANTOS, M. (Org.). **A construção do espaço**. São Paulo: Nobel, 1986. p.121-134.

\_\_\_\_\_. **Metamorfose do espaço habitado**. São Paulo, HUCITEC, 1997.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. São Paulo: Record, 2001.

SANTOS, N. P. D. **Políticas públicas, economia e poder: o estado de Roraima entre 1970 e 2000**. 2004. Tese (doutorado) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará. Belém: UFPA, 2004. 270 f.

SAQUET, M. A. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 73-94.

SCHNEIDER, E; ENSTE, D. H. Shadow economies: size causes, and consequences. **Journal of economic Literature**, v. 38, p. 77-114, 2000.

SENHORAS. E. M. **Regionalização internacional e a inserção brasileira de micro e Área de Livre Comércio**. 2013. Disponível em: <http://works.bepress.com/cgi/viewcontent.cgi?article=1401&context=eloi>. Acessado em: 4 jan. 2014.

SENHORAS. E. M. Dinâmica fronteira das cidades-gêmeas entre Brasil e Guyana. **Revista Geonorte**, v.7, n.1, Ed. Especial 3, p.1077-1094, 2013. Disponível em: <http://www.revistageonorte.ufam.edu.br/index.php/edicao-especial-3-geografia-politica>. Acesso em: 12 abr. 2014.

SILVA, J. M. A cidade dos corpos transgressores da heteronormatividade. In: SILVA, Joseli Maria (Org.) **Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidade**. Ponta Grossa, Toda palavra, 2009. p. 135 - 149.

SILVA, A. R. F. **Perspectivas das políticas territoriais na faixa de fronteira internacional da Amazônia Oriental brasileira: estados do Pará e do Amapá**. 2011. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

SILVA, A. B.. **Geopolítica na Fronteira Norte do Brasil: O papel das Forças Armadas nas transformações socioespaciais do Estado de Roraima**. 2007. Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SIMÕES, S. O. **Dinâmica das cidades-gêmeas da Fronteira Guyana (Lethem) – Brasil (Bonfim) e a questão aduaneira/tributária**. 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2014.

SOARES, T. **História da formação das fronteiras do Brasil**. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1972.

SOUZA, M. J. L. O Território: sobre espaço e poder: autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. C.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

SORRE, M. **Textos de Max. Sorre**. São Paulo: Ática, 1984.

STEIMAN, R. **A geografia das cidades de fronteira: um estudo de caso de Tabatinga (Brasil) e Letícia (Colômbia)**. 2002. 117 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

TELLES, V. S. Ilegalismos urbanos e a cidade. **Novos Estudos**. São Paulo, n. 84. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002009000200009&scr>. Acesso em: 10 dez. 2013.

TERRA, L.; ARAUJO, R.; GUIMARÃES, R. B. **Conexões: estudos de geografia do Brasil**. São Paulo: Moderna, 2009.

TOSTA, O. **Teorias geopolíticas**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984.

VAZ, A.; AMORAS DOS SANTOS, H. E.; MOREIRA, F. K.(Orgs.). **Amazônia: discursos e realidades**. Boa Vista: UFRR, 2008.

VIALI, L. Material didático. Série Estatística Básica. 2010. Disponível em: [http://www.pucrs.br/famat/viali/especializa/eae\\_fenge/material/apostilas/Corregre.pdf](http://www.pucrs.br/famat/viali/especializa/eae_fenge/material/apostilas/Corregre.pdf) Acesso em: 16 abr. 2014.

WAIBEL, L. **Capítulos de geografia tropical e do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1979. 326 p.

WACHOWICZ, R. C. **Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização**. Curitiba: Lítero Técnica, 1985.

WHITTEMORE, R; KNAFL, K. **The integrative review: updated methodology**. Journal of Advanced Nursing, v. 52, n. 5, 2005.